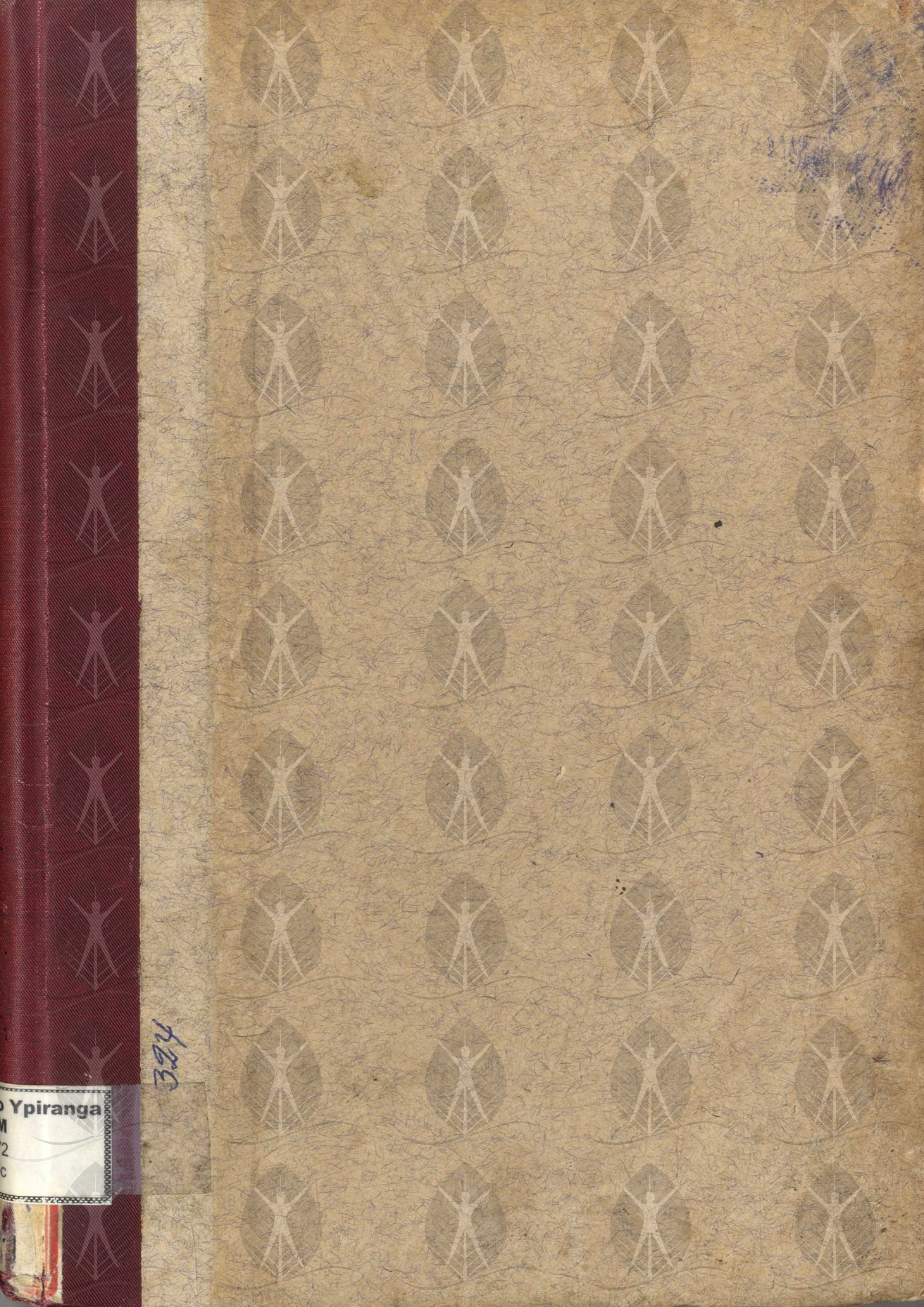


Ypiranga
M
2
c

324



SEC
395921
-319-



Dr. Mario Ypiranga Monteiro

ARTHUR CEZAR FERREIRA REIS

(Membro correspondente do Instituto Historico e Geografico Brasileiro, da Academia Nacional de Historia do Equador, da Sociedade Geografica de Lima, dos Institutos Historicos do Pará, Ceará, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul).

MARIO YPIRANGA MONTEIRO
—
ADVOGADO
324

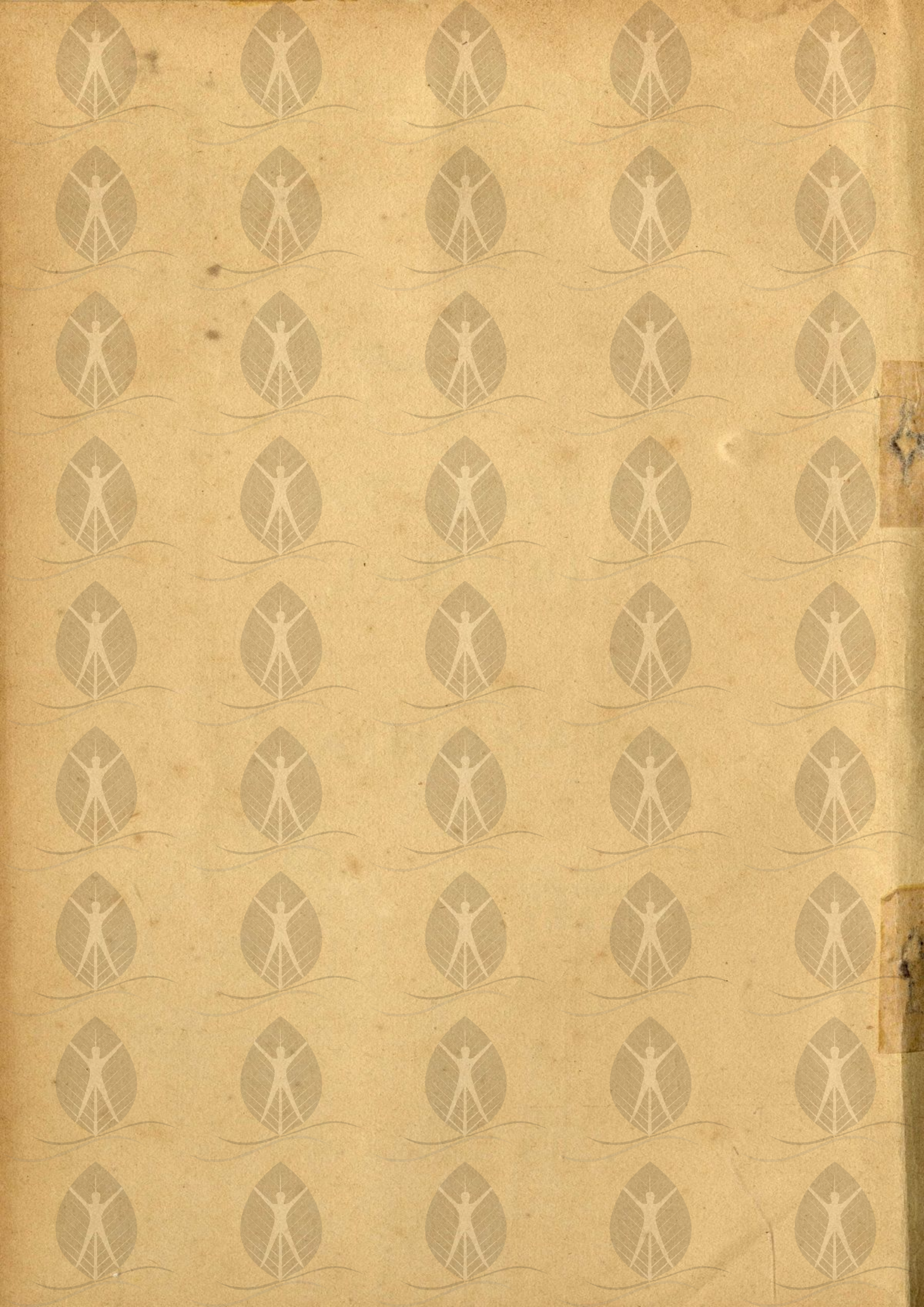
**A
CONQUISTA
ESPIRITUAL
DA
AMAZONIA**

Bt. Mário Ypiranga Monteiro
Manaus Amazonas



*Abil
294-72
R375c*

ESCOLAS PROFISSIONAIS SALESIANAS
Alam. Barão de Piracicaba, 560 — S. Paulo



DO AUTOR

- HISTORIA DO AMAZONAS, Manaus, 1931.
A EXPLOÇÃO CIVICA DE 1832, Manaus, 1932.
O ENSINO DA HISTORIA DO AMAZONAS NA ESCOLA PRIMARIA. Manaus, 1934.
MANAOS E OUTRAS VILAS, Manaus, 1934.
A QUESTÃO DO ACRE, Manaus, 1937.
AS INSTITUIÇÕES DO BRASIL COLONIAL, Manaus, 1938.
PANORAMA ECONOMICO-FINANCEIRO DO SEGUNDO REINADO. A NAVEGAÇÃO A VAPOR ESPECIALMENTE DO AMAZONAS, Tese oficial ao III Congresso de Historia Nacional, Rio, 1939.
A POLITICA DE PORTUGAL NO VALLE AMAZONICO, Belem, 1940.
AS ORIGENS HISTORICAS DE PARINTINS. Comunicação ao IX Congresso Brasileiro de Geografia, Florianopolis, 1940.
A CONQUISTA DO ACRE. Comunicação ao III Congresso Riograndense de Historia e Geografia. Porto Alegre, 1940.
SOLDADOS, CASAES E DEGREDADOS NA COLONIZAÇÃO DA AMAZONIA. Comunicação ao III Congresso Riograndense de Historia e Geografia. Porto Alegre, 1940.
LOBO D'ALMADA, UM ESTADISTA COLONIAL. Manaus, 1940.
O CICLO POMBALINO NA AMAZONIA. Belem, 1941.
PAULISTAS NA AMAZONIA E OUTROS ENSAIOS. Rio, 1941.
D. ROMUALDO DE SOUZA COELHO. Belem, 1941.
A HISTORIA PARAENSE E A MARINHA DE GUERRA BRASILEIRA. Belem, 1941.
MONTE ALEGRE. ASPECTOS DE SUA HISTORIA. Belem, 1942.
VESTIGIOS ARTISTICOS DA DOMINAÇÃO LUSITANA NA AMAZONIA. Revista do Patrimonio Artistico e Historico Nacional. Rio, 1942.
O DESCOBRIMENTO DA AMAZONIA. Belem, 1942.
FRANCISCANOS DA PROVINCIA DE SANTO ANTONIO NA CONQUISTA DA AMAZONIA. Porto Alegre, 1942.
HISTORIA DE OBIDOS. Em publicação.



A' Memoria de

Frei Cristovam de Lisboa,

Luis Figueira,

José de Madalena,

Frei Teodosio da Veiga,

Frei José Alves das Chagas,

Frei Josualdo Machetti,

Frei Gil de Vilanova,

Frei Inacio Martinez,

Monsenhor Lourenço Giordano,

João Balzola.

Heroes da fé, simbolos de energia
construtiva na grande obra de con-
quista espiritual da Amazonia.



Prefacio

Artur Cesar Ferreira Reis é o historiador da Amazonia. Cabê-lhe o titulo. Está, a sua empresa, como do Brasil dizia o padre Nobrega: o seu programa e a sua benemerita obsessão.

O vasto territorio que emerge do mais denso sistema fluvial do mundo com as linhas físicas hesitantes, na insegurança do desenho panorâmico, embaraçadas as suas características topográficas no dédalo dos caudais em que se esbatem, cósmico e incompleto — já foi o inferno dos seringueiros e o paraíso dos naturalistas. Ninguém lhe resumiu o terror errante, a magia fatal e a brutalidade absurda, com a exatidão descritiva de Euclides: a verdade e o sentimento. Em todo caso, de Humboldt a Saint-Hilaire, de Martius a Bates e von den Stein, do primitivo Alexandre Rodrigues Ferreira a Rangel e Cruls, o que sobrelevava naquele inundado mundo era a natureza: paisagem desordenada, que o homem invadiu antes do tempo; forças diluvianas, em cujas contingencias se refletiam os dramas da evolução da terra, ainda a meio alagada pelas aguas do Genesis; o mistério, os espaços silenciosos, a fabulosa vida das matas que irrompem dos "igarapés" a grande sombra... Tínhamos de juntar-lhe o duro esforço colonizador que começou a domesticar a região estupenda: mais do que o tapuia de beira-rio, do

que o caboclo "cauchero", do que as sedentárias e ralas populações instaladas nas cidades amazônicas. Tínhamos de estudar a invasão da cultura pelo vale-sem-fim; o desdobramento paciente da civilização irradiando dos núcleos primários; a substituição gradual dos índios ribeirinhos por uma sub-raça que os desalojou, assimilou ou destruiu; o abasileiramento perseverante da planície imensa, graças á inteligência e á tenacidade do missionário: a discreta Cruzada que integrou tudo aquilo no patrimonia da lingua, do povo, da soberania e da fé! Este trabalho — de análise histórica — não ha quem o faça mais severa e brilhantemente do que Artur Cesar Ferreira Reis.

*
* *

Começou pela obra de conjunto — o que parecia audaz, mas era vantajoso: Historia do Amazonas, Manaus 1931. Examinando no seu conjunto tres seculos e meio do povoamento, fez-lhe a síntese a traços largos, e ao mesmo passo fixou os problemas que dasafiavam estudo mais detido e tranquilo. É claro, que do particular para o geral o caminho é seguro. Da monografia ao trabalho amplo a evolução é prudente e lógica. Mas do geral para o particular — tratando-se das indagações históricas — ainda é menos susceptivel de erro: não já do minucioso erro dos pormenores, porem dos equivococ vastos de apreciação, classificação e critica, erros funestos de itinerario e objetivo, de que se deduzirão — ai de nós! — as leis da história. Poude Ferreira Reis julgar o que ha de pacifico e duvidoso ou polêmico naquela consideravel massa de informações: e, guiado pelo seu honrado senso de verdade, frequentou os arquivos na tri-

plice esfera, municipal, estadual, nacional. “Manãos e outras Vilas” constitúe um modelo dessa pequena história das cidades, aparentemente restrita, como um edificio velho que respirasse, no seu bairro, a dignidade e a placidez das casas patriarcais, indispensaveis á harmonia ou á simplicidade do logar, porem de transplantação impossivel. Temos de ir vê-las no seu quarteirão remoto. Completam uma fisionomia urbana: conservam a sólida imobilidade dos monumentos. A’s vezes, tambem a sua belêza repousada e ilustre. Mas o autor não é homem dos ambientes acanhados. Saiu do seu quarteirão de Manãos antigo para afrontar de novo as aguas grossas — n’“A Politica de Portugal no vale Amazônico”, Belem 1940, iusta revisão das batalhas diplomaticas e do esforço imperial em que se empenhou a metropole no reconhecimento, na salvaguarda e na retenção das terras equatoriais de sua conquista. Voltou á miniatura, sabiamente combinada com a moldura fluvial, em duas biografias: d’um governador andêjo, heróe de viagens úteis e lidas fronteiriças, Lobo d’Almada; e d’um bispo virtuoso, D. Romualdo de Souza Coêlho. Este ultimo livro — retrato d’um benéfico prelado — foi como o prefácio do que ora se publica, sobre a colonização religiosa do Amazonas.

Ferreira Réis é bom católico. Daí a iniciativa de dar a Deus o que é de Deus, na justiça respeitavel de sua História. Não exagerou, não se excedeu em panegiricos fáceis, não se extraviou em considerações vagas: alinhou datas, recoseu fátos, disciplinou topônimos, juntou nomes, dividiu zonas de influencia, esboçou tendencias, narrou incidentes, estabeleceu condições e qualidades daquele desmedido trabalho — e ofereceu-nos com isto um resumo

da crônica das missões amazônicas, do início á atualidade. Se quizesse demorar-se em pacientes pesquisas, e as reduzisse a volumes compactos, teria trabalho para o resto da vida. Preferiu antecipar-se á exaustiva análise com este livro primoroso: e prestou serviço relevante ás letras nacionais. Serviço importante e nobre: ajuda a tirar da penumbra do passado esquecido uma prodigiosa coleção de santas reputações. Catequistas de palavra milagrosa. Frades-estadistas, missionarios-construtores, jesuitas-fundadores de cidades, carmelitas-sertanistas, salesianos-taumaturgos. Bemaventurados desbravadores da selva, mansos evangelistas das aldeias "nhengaibas", os "linguas" que espalharam o catecismo pelas tribus do rio Negro e do Tapajós, explicando-o ao jeito do gentio, discipulos do padre Figueira, precursor, do padre Sotto-maior, martir, do padre Vieira, general e oráculo da Cruzada branca.

Disséera Antonio Vieira: "Na antiga Babel houve setenta e duas linguas; na Babel do Rio Amazonas já se conhecem mais de cento e cincoenta, tão diversas entre si como a nossa e a grega: e assim quando lá chegamos, todos nós somos mudos e todos eles surdos. Vêde agora quanto estudo e quanto trabalho será necessário, para que esses mudos falem, esses surdos ouçam" (Sermão da Epifania, 1662). E convictamente: "... A maior empresa que tem a Companhia e por ventura a mesma Igreja, onde só o numero das nações bastará para assombrar o mundo..." (Novas Cartas, publicadas pelo P. Serafim Leite, p. 260). Profetizava. Antevia o império. Fremia de entusiasmo em face de sua amplidão. Império da Cruz. "Outros lhe chamem rio das Almazonas; mas eu lhe chamo rio das Almazinhas..." (Sermão da primeira oitava da Páscoa, 1665).

* * *

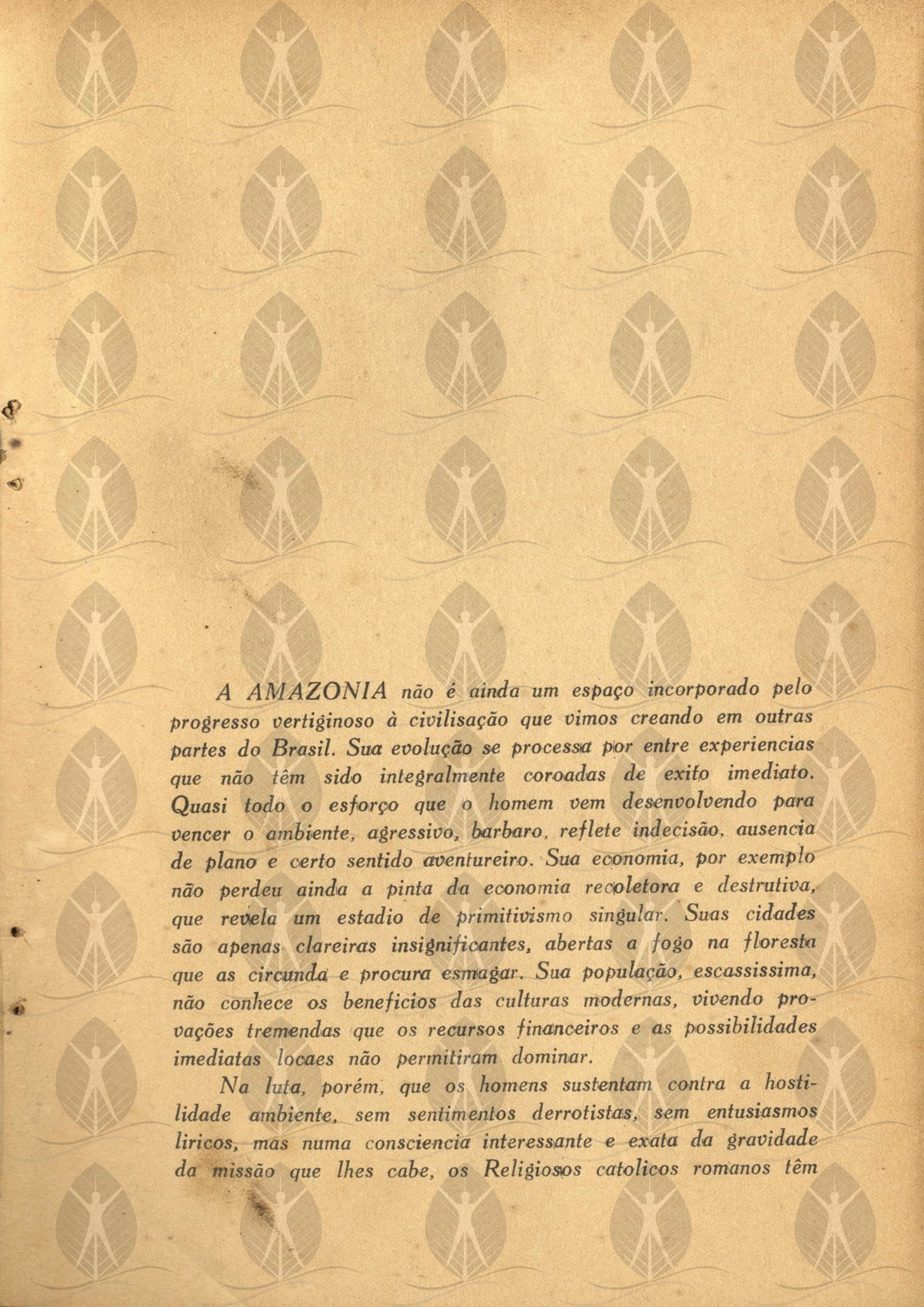
O Brasil mereceu a Amazonia, incorporou-a, estendeu-se ao longo do grande vale, e dela se orgulha: não apenas pelas promessas, pela riqueza, pela terra, pela água, pelo homem e pelo espaço; também pelo espírito que subjuguou o deserto, pela crença que lhe domou a barbárie, pela humanidade — conduzida na benção dos apóstolos — que a encheu de vida nova, em nome da outra vida. O missionário agiganta-se nesse horizonte soberbo: calmo, estoico, irredutível; foi o genio obstinado da catequese que abriu os roteiros definitivos... O presente livro evoca esses húmidos caminhos e leva-nos á velha Babel amazônica que, graças a Deus, se transformou n'um mundo brasileiro. As suas 150 linguas simplificaram-se na lingua nacional, "univoce" expressão da Pátria indissolúvel, em que continuamos a confessar o nosso reconhecimento aos mensageiros de Cristo, creadores daquela civilização.

PEDRO CALMON

Da Academia Brasileira

Rio, Agosto de 1942.





A AMAZONIA não é ainda um espaço incorporado pelo progresso vertiginoso à civilização que vimos criando em outras partes do Brasil. Sua evolução se processa por entre experiências que não têm sido integralmente coroadas de êxito imediato. Quasi todo o esforço que o homem vem desenvolvendo para vencer o ambiente, agressivo, bárbaro, reflete indecisão, ausência de plano e certo sentido aventureiro. Sua economia, por exemplo não perdeu ainda a pinta da economia recoletora e destrutiva, que revela um estágio de primitivismo singular. Suas cidades são apenas clareiras insignificantes, abertas a fogo na floresta que as circunda e procura esmagar. Sua população, escassíssima, não conhece os benefícios das culturas modernas, vivendo provações tremendas que os recursos financeiros e as possibilidades imediatas locais não permitiram dominar.

Na luta, porém, que os homens sustentam contra a hostilidade ambiente, sem sentimentos derrotistas, sem entusiasmos líricos, mas numa consciência interessante e exata da gravidade da missão que lhes cabe, os Religiosos católicos romanos têm

sido uma energia bem comandada, uma vontade de vencer, uma realidade impressiva, que produz frutos dia a dia sensíveis, que lhes garantem o respeito da nação. Como também deve merecer respeito a contribuição magnífica de civis e militares que, desde os idos coloniais, trabalham o grande episódio do combate à floresta tropical do extremo-norte do Brasil. Nesse particular, a contribuição do elemento militar está exigindo páginas que a registrem nas minúcias e revelem ao país a existência de tipos tão admiráveis como aqueles coloniais que criaram os impérios francês e inglês, desbravando, reconhecendo, disciplinando, civilizando.

Neste ensaio procuramos fixar, embora sem as grandes minúcias que o tema exige, os esforços dos Religiosos que, desde os Franciscanos da Província de Santo Antonio e da Companhia de Jesus, até os Salesianos, vêm tomando contacto com a Amazonia e realizando obra cheia de magnitude e de conteúdo fraterno, esforços que nem sempre foram compreendidos e deram margem a acusações afastadas da realidade.

Não traçamos, é certo, uma historia da Igreja Catolica no seu capitulo magnifico de civilização da Amazonia. Apenas riscamos um bosquejo dessa epopea, contribuição sincera para conhecimento do que ela foi e está sendo ainda em nossos dias.

Belem, Maio de 1942.

Arthur Cezar Ferreira Reis

A EMPRESA DO DESCOBRIMENTO E COLO-
NIZAÇÃO que se iniciou mais intensamente no seculo XVI,
dirigindo-se para o mundo novo americano, foi uma empresa
seguramente dominada pelo sentido espiritual. E' bem certo que
a finalidade economica sensivelmente a marcou, como os objetivos
heroicos, aventureiros, tambem a animaram. O sentido espiritual,
todavia, desde o inicio da jornada pelos mares nunca dantes
navegados, fixou-se tão fortemente que, de certo modo, dá a
pinta mais forte ao cometimento que os lusitanos realizaram.

Nação formada ao entrecchoque com os «infiéis», do Islam,
Portugal não abandonou jamais os imperativos que a cristan-
dade lhe impunha. Membro proeminente dessa mesma familia
que a cristandade organisara na Europa, todos os empreendi-
mentos a que se lançou, no Velho Mundo, tiveram a distingui-los
o sentido espiritual, melhor diremos catolico. Não é forte, con-
sequentemente, a tése do historiador inglês, de que Portugal
foi nação pioneira do catolicismo.

Atingindo a Africa, o Oriente, o Novo Mundo, com a
feitoria e o fortin que expressavam o dominio e a preocupação
mercantil, os portuguezes chantavam sempre o padrão da igreja
universal, tomando as terras e as gentes sob a proteção dos
principios morais e religiosos que lhes guiavam a caminhada.
Se sua vocação apostolica era vivissima e recortava os capitulos
mais vibrantes de sua formação historica! (1)

No Brasil, pôde-se mesmo afirmar que, encontrando as mul-
tões nativas desservidas de cultura material e espiritual que
estadiasse em condições acima de primarias, a obra de empossa-

(1) A bibliografia acerca do tēma é vasta, mas serão suficientes as
seguintes obras: «Portugal, pioneiro do catolicismo», Edgard Prestage. «Historia
Eclesiastica de Portugal», Miguel de Oliveira. «Portugal. A sua ação missio-
naria», M. A. da Cunha. «A Dilatação da Fé no Imperio Português»,
J. Alves Correia.

*Havia interesse de fato nessa conquista espiritual
em virtude da diversidade de cultos, crenças,
etc.*

mento e posterior colonisação foi experimentada e levada adiante com o exito que todos conhecemos, através a força impressionante da Igreja, para cuja cooperação apelavam os Monarcas portugêses. Porque era necessario, inicialmente, conter a impetuosidade do gentio, traze-lo a colaborar com o reinól e, finalmente, integrá-lo no sistema de trabalho que caracterisava a civilisação que se importava da Iberia. E só a habilidade do missionario, a serviço da Religião e do Estado, podia permitir a consecução daqueles objetivos imediatos e essenciaes. Se só o missionario possuia o espirito de sacrificio que lhes dava a santidade de martir!

Quando, na justa contra o calvinista francês ou reformista inglês, holandês e irlandês, os homens da velha Lusitania sentiram os perigos a que andava exposta a colonia, dado que o concorrente estrangeiro ameaçava os interesses mercantis e espirituais que os portugêses representavam, ameaçava pela insistencia porque teimava em localisar-se no litoral leste-oeste e pelo entendimento maneiroso por que se aproximava da massa bugre, impoz-se-lhe, de pronto, a necessidade de buscar a ajuda do missionario, que realisava serviço eficiente nos territorios do centro e do sul da colonia.

As expedições que marcharam a combater o estrangeiro, em consequencia, foram todas integradas por milicianos da catequese, os quaes não desmentiram, uma só vez, a confiança que havia em torno à sua eficiencia.

Plantando o marco inicial da posse na bacia amazonica, com a instalação do fortin do Presepio, que daria sombra para a futura cidade de Belém, os conquistadores, que haviam chegado em son guerreiro, sentiram, de logo, o imperativo da catequese, sem a qual mangraria ruidosamente o esforço que se despendesse para tornar iberico o vale do «Mayor Rio que ha em toda redondeza da terra».

A população indigena da região apresentava-se aos olhares extasiados dos advenas catolicos em Algarismos astronomicos. Seriam muitas centenas de milhares de individuos. Já ao tempo da jornadaa de Francisco de Orelana falava-se de multidões incontaveis. Os cronistas espanhoes, colhendo informes para os seus livros, acerca da aventura do loco-tenente de Gonzalo Pi-

zarro, afirmavam coisas sensacionais acerca das riquezas que se acumulavam às margens do rio e sobre os contingentes humanos, abrigados em centenas de malocas, algumas tão amplas que davam a idea de grandes cidades.

Quando Carlos V formulou as «capitulações» que asseguravam a Orelana poderes que o habilitavam à conquista, para a coroa dos Austrias, de Nueva Andaluzia, nome que se atribuiu então ao espaço amazonico, uma das clausulas fixava ao «Adelantado» a obrigação de trazer missionarios que tomassem a seu cargo a conversão da gentilidade, primeiro passo para a efetivação do plano de incorporação daquele mundo exotico.

Caldeira Castelo Branco, iniciando o dominio lusitano, compreendeu que a providencia mais necessaria era a do trato com o «infenito gentio muy domestico», e que lhe pareceu «diferente de todo o daquele estado...» (2).

André Pereira, na «Relaçam do que ha no Grande Rio das Amazonas novamente descoberto», descrevendo a terra, a gente, as aguas, as riquezas de que lhe contavam coisas mirabolantes os nativos Tupinambás, com os quais os lusitanos se deffrontaram inicialmente, de seu lado ponderou a necessidade da ação dos Religiosos que colaboravam com o Estado para que pudesse haver um dominio certo, seguro e permanente. Suas palavras, na «Relaçam», valendo como um testemunho avisado de quem sentia de perto o problema e o considerava em sua realidade palpavel, era uma advertencia a ser meditada. Se ele era um dos integrantes da expedição que Caldeira Castelo Branco comandava, assistira à instalação da casa forte do Presepio e, por fim, comparecera à Corte para noticiar diretamente aos estadistas reinos do significado da conquista e das necessidades que ela apresentava!

Gaspar de Souza, que foi Governador do Brasil e era um conhecedor do que valia a conquista, num epitome de conselhos e advertencias, sugerindo medidas imediatas, que tocavam todos os aspectos de um programa objetivo a realisar, ocupava-se da

(2) Carta Regis, de 4 de Setembro de 1616. Studart, «Documentos», vol. 4, pg. 9.

situação do nativo, que importava em manter firme ao lado do colono, tanto mais quanto a lição dos primeiros dias estava ainda bem fresca. E insistia em que se cuidasse da catequese: «Tambem ha muito mister aquella Conquista mais Religiosos para o acrescentamento dos indios aldeados...». Ano de 1617.

Simão Estação da Silveira, outro enamorado das novidades e exotismos amazonicos, em meio à sua exaltação, escrevendo os «Intentos da Jornada do Pará», dizia, com sua autoridade de homem da empresa que se principiava para a ampliação do imperio ultramarino iberico sobre as extensões extasiantes do extremo-norte do Brasil:

«Primeiramente se ha de levar por Norte a exaltação da nossa Santa Fé Catolica, a converção do gentio morador da terra com animo de caridade e desinteressado; por que este he o titulo e brasão da fundação, e instituição deste Reyno...».

E mais adiante, registrando suas impressões acerca das possibilidades de exito, dada a evidente manifestação de cordialidade e de bom genio que o gentio revelava:

«O Gentio da terra he brioso, engenhoso e tem alguas polido mais que outro do Brasil muito facil e tratavel, que deseja e procura nossa amisade e nos entregão os filhos para os doutrinarmos com os quais se deve usar toda a justiça, e caridade para os edificar e conquistar os animos, e com ela mais que com as armas se conquista como diz a sabiduria».

Pouco depois dele, era a vez de Manoel de Souza D'Eça, outro homem da conquista, nome que se ilustrava no contacto com a nova colonia e pelos serviços que já vinha prestando na construção do imperio lusitano nos tropicos sulamericanos. Dirigindo-se aos estadistas ibericos com uma serenidade que diferia profundamente dos entusiasmos de Simão Estação, num memorial elucidativo, «Sobre as Cousas do Gram-Pará», ano de 1619, advogava a remessa de catequistas:

«E porque o que mais se deve procurar para augmento da nossa santa fé e fazda. de Vossa Magede. e bem da terra he paz universal com todo o gnetio e sua conversão que he o principal intento de V. Magede. convem mandalo em minha companhia».

A unanimidade de vistas em torno ao problema da conquista do nativo, cuja colaboração sentiam todos ser essencial para exito na empresa, ecoando na Corte, onde, aliás, o ponto de vista da necessidade da conversão das massas nativas era official, pois que a expansão, ainda em pleno seculo XVII aparecia como um «Serviço de Deus», naturalmente impressionando, deu margem às instruções que começaram a ser expedidas no sentido das Ordens Religiosas tomaram a seu cargo os trabalhos de catequese das tribus que viviam no vale amazonico. Demais, abandonando o ar brando das primeiras horas, os Tupinambás, numa tremenda rebelião, estavam pondo em perigo a sorte da colonia. Os meios drasticos da punição militar garantiam um sucesso immediato, é certo, mas talvez não garantissem a colaboração futura que se desejava.

Vieram, inicialmente, os Franciscanos da Provincia de Santo Antonio. A seguir, a Companhia de Jesus. Depois, a Ordem Carmelitana, os Mercedarios, os Capuchos da Piedade. Finalmente, os Frades da Conceição da Beira e Minho.

Pelo sistema vigente para as demais regiões do Brasil, o Estado lhes confiava os encargos de catequese do gentio e de assistencia intelectual aos colonos, numa delegação de poderes que lhe tirava certas preocupações e lhe diminuia as responsabilidades, em si pesadas, na organização do Imperio. Para tal, todavia, socorria as Ordens, que colaboravam assim com o Estado, com congruas pagas aos Religiosos, do mesmo modo porque mandava que os cercassem de atenções, facilidades e garantias.

A legislação nesse sentido é abundante. Esclarece acerca das melhores intenções das autoridades civis. Proclama a excellencia do processo. Fala com eloquencia da confiança em torno

à atividade do catequista. Revela uma das direções mais serias da ação colonial a que a velha nação iberica obedecia.

Na Amazonia, não houve modificação de processo. As Ordens que vieram trabalhar receberam os mesmos favores e garantias que se lhes concedia em outros setores da porção sulamericana que coubera a Portugal na partilha tordesilhana. Receberam os mesmos encargos. Foram solicitadas a produzir com o mesmo ardor que exibiam noutras partes.

As obrigações, alem da conversão do gentio, ao gremio da catolicidade, o que envolvia tambem uma conversão ao dominio politico do europeu iberico, e da assistencia intelectual e espiritual aos moradores e filhos, constava, no particular do indigena:

- da modificação de seus habitos de nomadismo.
- do ensino da lingua portugûesa.
- do seu preparo tecnico, nos officios mecanicos.
- do agrupamento das tribus em nucleos de sentido urbano.
- da modificação do regimen de trabalho dispersivo num trabalho disciplinado, de fundo agricola.
- da reforma dos modos de vida social, atraves dos vinculos de familia e de maior exaltação às formulas de dignidade individual e domestica.

Todo um amplissimo programa que exigia sinceridade, espirito de sacrificio, ardor civico, consciencia isenta de qualquer segunda intenção. Pois que a gentilidade amazonica, não esqueçamos, atravessava estadios de cultura primarios, contra os quaes a luta devia ser orientada com uma galhardia particular. A intenção da politica das nações colonisadoras, tambem não olvidemos, não atingira a perfeição que os criticos da atualidade desejam, de aproveitar, em toda sua pureza, todas as condições e aspectos da cultura nativa, respeitando-a e de nenhum modo trabalhando por destrui-la ou substituindo-a pelas culturas do ocidente europeu. A intenção da politica das nações colonisadoras era a incorporação, aos seus grãos culturais, das po-

pulações de cultura diversa, que se consideravam inferiores. E dentro desse criterio, que era o criterio geral, defendido, louvado, as Ordens Religiosas deviam agir.

Atribuia-se aos missionarios o chamado «governo temporal» das multidões primitivas, governo que por varias cartas regias foi definido, em linhas gerais, como «paternal, como de paes curadores, tutores e defensores dos indios». Porque, na realidade, o mais immediato no esforço que se solicitava ao catequista era a defesa da liberdade do indio, que o colono, de vistas voltadas unicamente para os proprios interesses economicos, entendia apenas um braço a utilizar no comercio, na caça às drogas, nos serviços domesticos.

E' certo que as obrigações iniciais do governo temporal foram decretadas para os frades de Santo Antonio e depois para os Jesuitas. Com o andar dos tempos e a existencia de esforço missionario a cargo de outros Religiosos, a essas outras Ordens se estenderam os privilegios e imperativos.

Toda essa legislação, ampliada aqui, hoje, modificada ali, amanhã, em 1686 foi codificada no chamado «Regimento das Missões», que riscou um estatuto unico, o complexo de misteres, todas as divisões entre os poderes dos Religiosos e as outras autoridades da colonia, definindo a extensão das liberdades da colonia, definindo a extensão das liberdades do nativo. A Companhia de Jesus fôra a voz mais eloquente, como era a organização mais afortunada e produtiva no extremo-norte do Brasil, na consecução do texto regimental. Todas as Ordens, todavia, beneficiaram-se, apesar das diferenças que sempre se verificaram entre elas, do que no codigo se fixava.

Enfrentando as dificuldades que decorriam do espaço estranho onde operar, da belicosidade de certas tribus, do rigor do clima, da hostilidade dos colonos, da má vontade de Capitães-Mores, Capitães-Generais e outras autoridades civis, incidentando entre si pelos desejos incontidos de possuir maiores triunfos na campanha a que se atiravam numa mobilisação de vontades e sacrificios a toda prova, os catequistas da Amazonia portaram-se à altura de sua missão.

Incentivados pelos monarcas, advertidos por veses, compreendendo a excelencia da obra a que se dedicavam, negados pelos que se sentiam prejudicados em seus interesses pela ação constante que desdobraram como defensores da liberdade do gentio, jamais fugiram ou desertaram de suas obrigações que, ao contrario, aos pouco foi aumentando. Pode-se, mesmo, afirmar que sem a atuação que desdobraram, como vamos verificar nas paginas adiante, pelo exame do empreendimento de cada uma das Ordens, a civilização europea não teria chegado ao mundo amazonico com a rapidês e os resultados que alcançou.

OS FRANCISCANOS DA PROVINCIA DE SANTO ANTONIO foram os primeiros que compareceram à Amazonia para as tarefas de catequese. Tendo participado das justas que deram por finda a tentativa francesa no Maranhão, com bons fundamentos acreditamos, seguindo a lição de Frei Vicente do Salvador (1) e do cronista que escreveu a «Relação Sumaria do que obrou a Provincia de Sto. Antonio por seus filhos em serviço de ambas as Magestades» (2), que houvessem acompanhado Caldeira Castelo Branco quando aquele soldado da conquista lusitana veio fundar o primeiro estabelecimento no vale amazonico (3).

Solicitados a Felipe II por Jeronimo de Albuquerque, que lhes assistira à atuação nos entreveros maranhenses e os considerava à altura da magna comissão, já em 1617 quatro capuchos trabalhavam no Pará, onde haviam chegado a 28 de Julho. Eram eles Frei Antonio de Merciana, Frei Cristovam de São José, Frei Sebastião do Rosario e Frei Felipe de São Boaventura.

Pela ordem regia de 20 de Junho de 1618 foram encarregados do trato com a gentildade. Já desde Agosto do ano anterior montavam hospicio no Una, de onde passariam, em Junho de 1626, para o convento que ergueram em Belém.

A esse tempo, encontravam-se os cristãos ibericos com os concurrentes ingleses, holandeses e irlandeses que procuravam instalar dominio na região para o que mantinham feitorias comerciais e estabelecimentos fortificados, do mesmo passo que

(1) «Historia do Brasil», trecho que Capistrano de Abreu identificou no «Santuário Mariano».

(2) Manuscrito da seção de reservados da B. A. Paraense.

(3) «Franciscanos da Provincia de Santo Antonio na conquista da Amazonia», monografia do autor deste ensaio, em edição na Rev. do I. H. G. de Porto Alegre.

se impunham por alianças ao gentio da redondesa de suas posições. Numa reação muito natural, os ibericos atiravam-se sobre esses intrusos, contando com a energia que lhes caracterisava os gestos militares e certa experiencia que possuiam das zonas tropicais onde vinham montar colonia.

Os Franciscanos da Provincia de Santo Antonio, já em ativa atuação junto à bugrada das cercanias de Belém e Una, tendo conseguido exito nessa atuação, compareceram, então, com seus catecumenos, ajudando intensamente na campanha. Os intrusos brancos eram da familia protestante. «Herejes», na terminologia da epoca. A campanha contra eles, consequentemente, importava numa justa muito santa contra gente estranha, inimiga do catolicismo. Os Franciscanos, solidarizando-se com os soldados de Portugal, como antes o haviam feito em São Luis, trabalhavam pela vitoria do catolicismo.

Comquanto não esteja escrita ainda com as minudencias necessarias a historia desse capitulo da expansão lusitana no extremo-norte, nem por isso podemos ignorar o significado e o rendimento dessa cooperação dos Religiosos de Santo Antonio com as suas varias centenas de nativos. Porque todos quantos, cronistas antigos e modernos, inclusive os cronistas daqueles momentos heroicos, que vão sendo revelados modernamente, deixaram uma pagina registrando aqueles feitos, todos são unanimes em referir a contribuição preciosa dos Franciscanos, sem a qual, não esqueçamos, com a massa gentilica que trouxeram ao entrevero, não teria sido possivel obter os sucessos que encerraram a aventura dos «herejes». Porque esses «herejes» já dispunham de boas relações com o pessoal da terra, enquanto os portugêses que chegavam ainda não se tinham imposto decisivamente, apesar da experiencia dolorosa que os Tupinambás amargaram, quando pensaram em expulsa-los numa razia violentissima que confederou todos os grupos, da bôca do Amazonas ao Maranhão. Os Franciscanos, maneirosos, segurando bem os indios, junto aos quais agiam por Deus e pelo Estado, quebraram hostilidades, amansaram naturesas agitadiças, conseguiram alianças imediatas e sinceras.

Os governantes que sucederam a Castelo Branco, compreendendo o significado da presença dos Franciscanos, de seu lado

foram uma voz continuada por que eles permanecessem na tarefa catequista, adiantando à metropole que seus merecimentos eram palpaveis, tanto mais quanto o proprio gentio se lhes dedicava com verdadeiro entusiasmo. Jacome Raimundo de Noronha, por exemplo, falando em 1637 das condições gerais da Capitania, tocando todos os aspectos de sua vida, desde o problema de natureza administrativa aos assuntos economicos que já condicionavam, de certo modo, a colonização que se começava, escrevia:

«A Causa mais necessaria que ha naquellas partes para ter o gentio della sogeito, é vizitalos, e amparalos dos Religiosos Capuchos de Sato. Antonio aos quaes todo o gentio tem em muita veneração, e os amão como o unico remedio de suas necessidades, porque conhecem delles a charidade com que os tratão, e os perigos que se poeem para os defenderem assi na paz como na guerra, o que tem experimentado bem em todas as que ouve naquella conquista, que sempre nella se acharão por seu remedio os Religiosos dessa Religião como foi nos principios e tomada do Maranhão aos Franceses o Pe. frey Cosme, E frey Manoel, e na continuação das Guerras do Pará o Pe. frey Antonio da Merçeanã, e o Pe. Costodio frey Christovam de Lixa., e o Pe. frey Christovam de S. Joseph e todos os mais Religiosos se offerecerão sempre aos trabalhos daquella Conquista» (4).

Os colonos, com os quais viviam tambem em harmonia, de 1626 em diante com eles começaram, porém, a entrar em rixa. Porque tendo sido decretada, em 15 de Maio de 1624, medidas de defesa da liberdade do gentio, que os colonos só queriam ver como braços a escravisar para suas operações mercantis, Frei Cristovam de Lisboa, uma das inteligencias mais

(4) Studart, Documentos, pg. 49, tomo 4.

vivas que visitaram a Amazonia nesses idos iniciaes, intelligencia que soube penetrar agudamente as peculiaridades regionaes, estudando-as em mais de um epitome, mandado do Reino a Belém com o titulo de «Comissario do Santo Officio e da Mesa da Cosciencia na Prelazia Ecclesiastica, patente do Conselho Real de Ajudante do Governador e Protector dos Indios», pretendeu por em execução o Alvará Regio.

Os colonos, a camara municipal de Belém à frente, opuzeram-se. Frei Cristovam, maneiroso, prudente, cedeu. Exprobou, do pulpito e em todas as oportunidades que se lhe apresentaram, a attitude dos colonos. Mas cedeu na execução immediata do Alvará. Os Franciscanos, de então em diante, aos olhos daqueles homens que só viam de util no mundo barbaro que viviam as razões de natureza economica, passaram a ser como que inimigos de seus interesses materiais.

Mesmo assim, não se deram por vencidos na missão evangelica, enfrentando todas as dificuldades com animo forte, trabalhando sem cessar e colhendo frutos que lhes valiam como incentivos especiais para o proseguinto da jornada.

Os Aroans do Marajó eram velhos conhecidos dos Franciscanos. Grupos deles se tinham situado nas cercanias de Belém, aldeados pelos missionarios. Em 1666, em armas contra os portuguezes, que começavam a occupação permanente da ilha com as primeiras lavouras e um posto militar, puzeram em alarme a colonia. Mataram e saquearam. O pesqueiro real da ilha sofreu ataques. Os Franciscanos foram chamados. Frei Pregador Manoel do Espirito Santo partiu ao encontro da indiada como embaixador da paz. Os Aroans receberam-no por entre as mais carinhosas demonstrações de amizade, acedendo em tudo quanto propoz. Até mesmo vindo fixar-se mais perto de Belém, em tres grandes aldeas, montadas sob os cuidados dos Franciscanos.

No rumo da fronteira com a Guyana Francêsa, as dificuldades eram tambem impressionantes. Porque os franceses não abandonavam o projeto de descer sobre a margem esquerda do Amazonas, que eles entendiam ser o limite natural a que tinham direito. Os titulos lusitanos datavam do periodo da dominação

espanhola. Os indios, seduzidos pelos agentes franceses, mostravam-se meio indecisos. Frei João de Santo Athanazio, em memorial a D. Pedro, expuzera a situação, sugerindo providencias. Só em 1662, com a entrada dos Franciscanos naquela zona perigosa, começou a luta pela incorporação da gentilidade ao gremio português, pois nesse ano fundaram, no Jary, o prizona perigosa, começou a luta pela incorporação da gentilidade inclusive deslocando, dos trechos cubiçados pelos visinhos, para as cercanias de Belém, algumas dezenas de bugres do Cabo Norte. 21

Entre a boca do Amazonas e o Nhamundá, margem esquerda do Amazonas, exerceram a faina missionaria, com exitos animadores, mantendo sete nucleos que foram: Menino Jesus, Anaratuba, Bocas, Caviana, Urubucuará, Acapary e Parú. 12

Em 1687, 1693, 1694, 1707 e 1714, para resolver os incidentes que começavam a "perpetuar" o trabalho missionario na Amazonia, fizera-se, de ordem regia, a fixação das zonas de ação de cada Ordem. Pela penultima, realizada a 9 de Maio, no palacio governamental, em presença do Capitão-General e Governador Cristovam da Costa Freire, ficaram com os Frades de Santo Antonio os nucleos de Marajó, São José, Bom Jesus, Parú e Urubuquara. Pela de 1714, alargara-se a concessão. Mas em 1 de Março de 1715, Sua Magestade revogou-a, atendendo a uma reclamação da Provincia da Conceição.

Tanto na fase inicial da conquista como posteriormente, no ciclo da organização e consolidação da conquista, os Franciscanos de Santo Antonio eram uma dedicação cheia de frutos. Seus melhores membros, alem dos misteres de catequese, agiam no setor da inteligencia, contribuindo para o processo formativo da cultura espiritual da Amazonia. Assim. Frei Cristovam de Lisboa escreveu um Sermonario, impresso em 1638, uma relação historica das guerras contra os «herejes» no vale e louvada «Historia dos animaes e arvores do Maranhão», que permanece inedita no Arquivo Colonial de Lisboa. Frei João de Santo Athanazio, candidatado a primeiro Bispo do Pará, mais de uma vez ouvido por S. Magestade, compoz um «Roteiro Moral», para «missionarios», alem de estimado «Roteiro Doutrinal». Frei Boa Vista

de Santo Antonio escreveu artes e vocabularios das linguas Aroã e Sacaça. Frei Joaquim da Conceição e Frei Mateus de Jesus Maria fizeram catecismos, sumulas, gramaticas e vocabularios dos Aroãs, Aracajús e Maraumi. Frei Mateus e Frei João de Jesus occuparam-se com a lingua geral.

Dando magnifica demonstração em todos os cometimentos a que se dedicaram, revelando uma presença acima de restrições, pela extensão de beneficios que se lhes ficou a dever, os Franciscanos da Provincia de Santo Antonio bem merecem a homenagem respeitosa que lhe rendemos nestas linhas.

(77) Aroans (pag. 14) ou Aroãs (pag. 14) 2

A HISTORIA DA COMPANHIA DE JESUS na Amazonia é uma das paginas mais vibrantes da cronica do extremo-norte, pelo colorido que a reveste e a distingue sobre a das demais agremiações religiosas que militaram na formação espiritual das populações primitivas ou não do vale.

Tomando aproximação com a região, em 1636, quando Luis Figueira, que Serafim Leite biografou com aquela mestria singular que ha em todos os seus estudos historicos, a ela aportou, logo sentiu o ambiente que a convidava à empresa de seu grande ativo no Brasil. E com amor e o afinco que recortam e caracterizam sempre seus esforços missionarios, a ela se lançou.

Essa historia jesuitica na Amazonia tem, todavia, dois campos perfeitamente limitados. Um foi obra de Inacianos a serviço de Portugal. O outro foi obra de Inacianos a serviço de Espanha. No primeiro, a ação jesuitica durou mais de um seculo. No segundo, apenas algumas decadas.

A ação jesuitica a serviço de Portugal principiou, como já escrevemos, em 1636, quando Luis Figueira aportou a Belém, vindo de São Luis, e visitou o Tocantins, o Pacajaz e o Xingú, examinando as condições da vida local, as necessidades espirituais, procurando sentir o meio em toda sua realidade e peculiaridade. Nessa jornada, colhendo frutos admiraveis pela acolhida por parte do gentio e das autoridades que solicitaram a presença dos milicianos de Inacio de Loiola, pela imediata compreensão do problema humano amazonico, exposto com uma claresa meridiana por Luis Figueira ao Conselho Ultramarino, que se impressionou com a exposição e, medindo a seriedade do problema, decidiu enfrenta-lo dentro do sentido ou do programa que o missionario lembrava avisadamente.

Luis Figueira, apesar de cercado de favores e do entusiasmo que o levava à empresa, não pode instalar seus irmãos na Amazonia. A morte, à chegada ao vale, ano de 1643,

destruiu-lhe os projetos interrompendo os planos que a Ordem traçara para seus misteres no novo campo de trabalho.

Em 1653, foi a vez da tentativa de João Souto Maior e de Gaspar Fragoso, já recebidos, porém, com reservas porque os colonos temiam que a Companhia lhes viesse impedir a escravisação do gentio. Montando humilde capela e residencia, os dois sujeitaram-se a assinar um termo perante a Camara de Belém, prometendo não se meterem com o negocio da liberdade ou não dos indios. Pouco depois, dois outros jesuitas, Manoel de Souza e Mateus Delgado vinham reforçar na campanha, que começava na pregação sermonaria, no exemplo de desprendimento terreno, na moralisação dos costumes e, em breve, no trato com a sociedade gentia. Esse trato realizado com muita habilidade nos aldeamentos dos Tupinambás, Bocas, Nheehgaibas que se aglomeravam sob denominações varias nas cercanias de Belém. Era, evidentemente, o começo da grande obra que iria consagrar-lhes o nome.

Tamanho esforço, todavia, precisava ser ampliado. As dificuldades deviam ser removidas. A Companhia, no fim de contas, tinha vindo operar nas missões. E esse trato direto com a população nativa não podia ficar reduzido a uma assistencia espiritual nos aldeamentos antes significando obra de parocos que obra de missionarios.

A presença de Antonio Vieira que, ainda em Outubro de 1653, assumiu, em Belém, a direção dos serviços, projetando, como projetara Luis Figueira, um largo programa que, se a Ordem realisasse, seguramente haveria de ali ampliar rapidamente o imperio da civilisação, abriu perspectivas que animaram os milicianos seus companheiros.

Vieira, como Luis Figueira, compreendera a Amazonia. Sentira seus problemas humanos, que eram, inicialmente, seus problemas espirituais. E das cogitações passando à ação, organizou as tarefas, distribuindo o pessoal, distribuindo instruções, que compreendiam a educação dos colonos, a moralisação da sociedade, a instrução especializada de teologia e filosofia de sacerdotes seculares e a conversão das tribus espalhadas à margem dos cursos fluviaes. De seu lado, penetrava o Tocantins, que lhe deu uma consciencia mais exata da extensão, gravidade

e significação das responsabilidades que a região e suas gentes impunham à Companhia.

Sua retirada, em 1654, não perturbou a obra começada. Mesmo em face das dificuldades que colonos e autoridades creavam a todo momento e quasi que a proposito de tudo. Comquanto não se houvesse ampliado a atuação sobre as populações gentílicas, nem por isso as tribus, que já vinham sendo objeto de cuidados evangelicos, foram desamparadas. Disso resultando que, à sua volta, com novos poderes, com planos mais exatos ou mais arrojados, a conquista espiritual adiantou-se, tomando corpo e definindo-se em toda sua gigantesca proporção. E ao seu regresso, em 1655, com poderes e um programa ainda mais largo, a penetração ao interior se fez com rapidez, revelando as intenções da Companhia, que não desejava restringir-se às circumvisinhanças de Belém, mas buscar os grupos bugres onde ele estivesse estanciado e, ou desloca-los para sitios mais proprios à vida organizada, ou ajusta-los nas proprias malocas, reformadas, dignificadas em sua estrutura material e espiritual.

Nesse capitulo, em que o Jesuita fez as vezes de sertanista, recolhendo subsidios preciosos para um conhecimento mais seguro da hinterlandia, distinguiram-se, alem do proprio Antonio Vieira, que não media distancias nem canceiras, Soto Maior, Salvador do Vale, Francisco Veloso, Manoel Nunes, Manoel Pires, que percorrem o Tocantins, o Amazonas, o Pacajaz, o Jurunas, atingindo o rio Negro de onde desceram algumas dezenas de selvicolas para os vilarejos montados nas proximidades da capital paraense.

Os incidentes que em 1661-1662 puzeram em perigo a obra da Companhia no extremo-norte, não quebraram, porém, o ritmo de bravura que os Inacianos revelavam. A ofensiva contra a barbaria indigena proseguiu com a mesma intensidade, erigindo-se novos núcleos, capelas, centros de trabalho, tirando-se, do primitivismo em que viviam, milhares de selvagens. O seculo XVII, seculo I na Amazonia, obedecendo a ofensiva aos planos de Antonio Vieira, que olhara todas as dificuldades, todas as particularidades, todos os possiveis altos e baixos, foi um seculo de rendimentos admiraveis, durante o qual os Jesuitas levantaram um quadro do que era a região, do ponto de vista de seus

recursos, de sua gente, de sua configuração fisiografica, de suas possibilidades economicas, sondagem minuciosa, que nos permite avaliar o quantitativo e qualitativo da obra realizada. Quadro que consta das paginas de cartas, memoriaes, relatos de viagens, literatura copiosa que mais cresceu no seculo seguinte.

Nesse seculo seguinte, não foi menor a projeção dos trabalhos da Companhia. Seu campo de ação, como o campo de ação das outras Ordens, estava fixado desde 1693-1694. Compreendia: «tudo o que fica para o sul do rio das Amazonas,

terminando pela margem do mesmo rio, e sem limitação para o interior dos sertões, por ser a parte principal e de maiores consequencias do Estado, pela razão de serem os mais antigos d'elle e pela grande atenção que merecem as suas grandes virtudes».

Incluia essa repartição os rios da margem direita do Amazonas, o que vale dizer uma area como nenhuma outra se concedera. Porque às demais Ordens, em numero de quatro, fora repartida a margem esquerda. Os Jesuitas possuíam, assim, os aldeamentos do Tocantins, do Xingú, do Tapajós e do Madeira. Os que haviam estabelecido na margem esquerda, como Gurupatuba, que mais tarde seria Monte Alegre, entregaram às outras comunidades, inclusive a zona rionegrina, que eles tinham sido dos primeiros a visitar em suas internações afoitas.

Metendo hombros a empresa, aumentados em sucessivos contingentes os grupos que amansavam a Amazonia, obedeceram a uma politica de maior irradiação, qual a de manter na hinterlandia, ao envez de apenas desce-los, as tribus que iam sendo domesticadas e se entregavam aos cuidados de seus amigos e defensores de batina. Ao envez de aldeamentos nas cercanias de Belém, aldeamentos semeados no Tocantins, no Xingú, no Tapajós, no Madeira.

Nessa fase, homens da estatura de João Daniel, João de Betendorf, Manoel da Mota, Bento da Fonseca, Manoel Ferreira, José Vidigal, Teodoro Barbosa, Domingos Antonio, Antonio Meisterburg, Anselmo Eckarrt, Lourenço Kaulen, Luis Alvares, muitos dos quaes com um ativo que vinha do seculo

anterior, escreveram com seu heroísmo as paginas mais brilhantes da historia da Companhia, cujos processos eram mandados seguir às outras Ordens, de certo modo estabelecendo os alicerces de um grande imperio que se fundara principalmente na utilização do nativo, na sua educação, no aproveitamento dos imperativos do ambiente, na construção de uma ordem social de bases moraes intangiveis.

Quanto à ação jesuitica a serviço de Espanha, capitulo interessantissimo da expansão que aquela nação realisava sobre extensões coloniaes sulamericanas que sustentava lhe pertencerem, começou por volta da oitava decada do seculo XVII, tendo por base da penetração a cidade de Quito, que um autor moderno chama de «quartel-general donde se concentraron los primeros soldados de Cristo, los primeros apóstoles de la Companhia, procedentes de Lima, ciudad de los Virreyes, com miras a la conquista espiritual de las naciones barbaras del oriente andino» (1).

Foram protagonistas mais destacados da obra de evangelisação entre as tribus que se distribuïam desde o Marañon até a foz do rio Negro, justamente o trecho onde se manteve mais forte a atuação de intenção espanhola, entre outros: Samuel Fritz, João Batista Sana, Juan Batista Julian e Carlos Brentano.

Samuel Fritz, de todos, merece uma referencia especial. Porque sua atuação de certo modo não é apenas um serviço para Espanha, mas uma obra realisada em beneficio da civilização sulamericana.

Tendo pacificado a gentildade do Solimões, entre elas os grupos Omaguas, Jurimaguas, Cuchivaros, fundou cerca de vinte oito aldeamentos, entre os Omaguas, que dominavam largo trecho ao longo do Marañon, a partir do Napo, e ao longo do Solimões até o Rio Negro. Percorrendo a Amazonia, de oeste a leste, em 1689, e de leste a oeste, em 1691, levantou uma carta das aguas e terras que percorrera e de outras zonas amazonicas sobre que colheu informes com seus irmãos espanhoes ou portuguezes. Sagrou-se, no concenso de quantos lhe têm

(1) «Vicariato apostolico de San Leon del Amazonas (Loreto-Perú). Antecedentes historicos — Frey Lucas Espinosa — pg. 2.

estudado as atividades, «Apostolo do Amazonas», titulo que se atribuiu tambem, com muito boas razões, a Antonio Vieira.

Esse trabalho que a Companhia produziu servindo os interesses de Espanha, em 1710 foi encerrado, com a chegada dos Carmelitas lusitanos, após escaramuças militares. Pagina de relevo nos fastos da Ordem no Vice-Reinado do Perú, mesmo numa sintese acerca da historia espiritual da Amazonia brasileira não pode ser posta a margem, pelo que proporcionou e pelo sentido altamente humano de que se revestiu.

A historia da Companhia de Jesus na Amazonia, cujas maiores refregas e cujos beneficios à Amazonica registramos nestas e em paginas adiante, evidentemente é um dos capitulos fundamentaes da historia do extremo-norte.

A FAMILIA CARMELITANA principiou sua colaboração com o Estado português no Brasil a quando da obra de expansão sobre o litoral leste-oeste, ficando pé, para a materialização de seus esforços evangelicos, em Olinda, que ficou sendo, assim, durante muito tempo, o quartel general de onde partiam os novos cruzados para as justas da catequese.

Em 1616, prosseguindo na faina que lhes monopolisava a atenção, levantou casa em São Luis, de onde irradiou para Belem satisfazendo convite que se lhe endereçou. Ano de 1624. Frei Francisco da Purificação, santo varão, que passou pela terra a derramar exemplos de virtude, Commissario Provincial em São Luis, em 1627, recebendo a doação que fez à Ordem de uma casa na antiga rua do Norte, na chamada atualmente cidade velha, em Belem, o capitão-mór Bento Maciel Parente, veio plantar a arvore carmelitana na Amazonia.

Nos primeiros tempos, os Carmelitas dedicaram-se à educação da mocidade. Abriram, no pequeno convento, aulas de filosofia e teologia e solfa, além de ativo exercicio em torno à moralisação dos costumes dos colonos. Era uma tarefa pesada, sabendo-se da especie de gente que vinha para a colonia e do grau de conhecimentos que possuíam para transmitir aos filhos. Tarefa de inteligencia e de policia de costumes, numa sociedade que se constituia sem grandes freios, como se pode verificar das atitudes que seus membros assumiam de quando em vez.

Já em 1698, ampliando seu raio de ação intelectual, transferiam de São Luis para Belém o curso permanente de filosofia e teologia que funcionava naquela capital. Porque as aulas a que nos referimos, proporcionadas à mocidade paraense, não tinham caracter efetivo. Frei José de Lima, que enchia de felicidade a Ordem por seus atributos de cultura, evidenciados nos cursos que professou no Brasil e na Europa e nos livros que deixou,

encarregado da aula que funcionava na metropole maranhense, manteve-se à testa da aula de Belém, o que assegurava confiança.

Por ocasião do repartimento das areas missionarias da Amazonia, em 1693, nenhum trecho foi atribuido aos Carmelitas. Os Jesuitas, porém, recebiam uma extensão a trabalhar que estava acima de seus recursos imediatos. Porque, portanto, não chamar a serviço a familia carmelitana, que revelava excelentes atributos missionarios no Maranhão?

Em 1694, reformado aquele repartimento, por nova carta regia, mês de Novembro, coube aos Carmelitas a zona do Rio Negro, para onde se dirigiram prontamente, iniciando a catequese das dezenas de tribus que ali se localisavam e onde as Tropas de Resgates faziam anualmente grossas especulações para as propriedades agricolas de Belém e S. Luis. Montaram, então, oito aldeamentos: Santo Elias do Jaú, Aracary, Comarú, Mariuá, São Caetano, Cabuquena, Bararuá e Dary. Foram figuras de prol nessa empresa: Frei José de Santa Maria, Frei Martinho da Conceição, Frei Sebastião da Purificação, Frei André de Souza e o irmão leigo Mateus de Santo Antonio.

Os Manao, naquele distrito, comandavam a gentilidade. Eram os mais aguerridos. Enfrentavam os sertanistas com uma impetuosidade interessante. Todos os esforços tentados para conseguir demove-los de semelhante attitude, que creava fundas dificuldades à expansão lusitana, vinham fracassando. Os Carmelitas, mandados ao encontro deles, conseguiram resultados favoraveis?

A cartada era dura. Os Carmelitas não a despresaram. Frei Matias de São Boaventura, já na terceira decada do seculo XVIII, conseguiu a amisade do tuchaua Camandary, por intermedio do qual foi possivel trazer a relações pacificas os Manao, com meia duzia de tuchauas, mais os Barés e Banibas, localisados no vilarejo que tomou o nome de Santo Eliseu de Mariuá e mais tarde seria capital da Capitania de São José do Rio Negro, hoje Estado do Amazonas. A cartada fora vencida. Se, por intermedio da conquista espiritual dos Carmelitas, a dominação lusitana extendia-se agora ao longo do Rio Negro, de sua foz à zona das cachoeiras!

Em 1695, sabedor das atividades que Jesuitas a serviço de Espanha realisavam no Solimões, entre as massas Cambebas, Jurimaguas, Tarumás, Ibanomas, Portugal tomou-se de precauções para limitar essas atividades, ou, mais propriamente, conter essa irradiação visinha, que punha em perigo seus interesses no trecho que Pedro Teixeira, em 1639, assinalara, em documento publico, posse solene, como espaço pertencente a corôa portugêsa. E alem das ordens para que se fizesse inquerito, incorporasse pela força das armas a zona litigiosa, os Carmelitas foram solicitados a empenhar-se em tarefa do mesmo porte da que lidavam no Rio Negro.

Frei Manoel da Esperança, Provincial da Ordem, em consequencia, esteve presente ao ato de posse que o Capitão José Antunes da Fonseca tomou dos distritos do Solimões. O Capitão-General Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho, que a esse tempo percorria o interior, verificando das condições regionaes, inclusive os riscos a que andava exposta a colonia, em face da cobiça incontida dos estrangeiros lindeiros, entregou então, à comunidade carmelitana, a incorporação das nações gentilicas daquele pedaço amazonico.

Frei Manoel da Esperança imediatamente providenciou na execução da diligencia que se lhe atribuia. E em substituição aos Jesuitas a serviço de Espanha, Carmelitas portugêses encarregaram-se dos aldeamentos, que mudaram de sitio, atirando-se à santa empresa com o mesmo ardor porque se portavam no Rio Negro.

Pela carta regia de 10 de Dezembro de 1697 e deliberação de 12 de Novembro do mesmo ano, do Conselho Ultramarino, não devia demorar o aportuguesamento do Solimões. Os Jesuitas a serviço de Espanha, apesar da politica que Frei Manoel da Esperança e Frei Vitoriano Pimentel, que o substituiu, desenvolveram, não queriam ceder. Tudo quanto os Carmelitas procuravam realisar, eles desfaziam mantendo-se junto aos seus catecumenos. Expulsos, porém, pela força das armas em 1710, os Carmelitas de então em diante jogaram-se à diligencia missionaria, encarregando-se dos aldeamentos que os espanhoes deixaram, mudando-os para outros sitios e agindo com o mesmo ardor porque se portavam no Rio Negro. Suas fundações mais

importantes no Solimões foram: Coary, Tefé, Mineroá, Paraguari, Tracuateua, Envirateua, Turucuatuba, São Paulo dos Cambebas, São Pedro.

Muitos milhares de índios, pela conversão a que procederam, passaram a integrar assim a grande família cristianizada em que o Estado se empenhava com a ajuda dos Religiosos. A área de operações dos Carmelitas só tinha equivalente na área de operações dos Jesuitas. Na ordem dos serviços, como estes, sagravam-se credores de estima e de admiração. Seus homens, com sacrifício da própria vida, e só no Solimões a Ordem teve a inscrever, no Agiologio, quatro nomes, não hesitavam em esforços. Seus aldeamentos, conhecendo uma prosperidade sensacional, perdiam aos poucos os ares rudes dos primeiros tempos para transformar-se em vilarejos, com habitações à europeia, igrejas de pedra e azulejos.

La Condamine, quando desceu o Amazonas, em 1743, encantou-se com o que se lhe deparou ao longo do Solimões:

«A S. Paul nous commençâmes à voir aulieu de maisons & d' Eglises de roseaux, des chapelles et des presbyteres de maçonnerie, de terre & de brique, & des murailles blanchies proprement. Nous fumes encore agréablement surpris, de voir au milieu de ces deserts des chemises de toile de Bretagne à toutes les femmes Indiennes, des coffres avec de ferrures & des clefs de fer dans leurs ménages, & d' y trouver des aiguilles des petits miroirs, des couteaux, des cifeaux, des peignes, & divers autres petits meubles d'Europe que les Indiens se procurent tous les ans au Para dans les voyages qu' ils y font pour y potter le Cacao qu'ils recueillent sans culture sur les bords du Fleuve. Le commerce avec le Para donne à ces Indiens & a leurs Missionaires un air d' aisance, qui distingue au premier coup d'oeil des Missions Portugueises, des Missions Castellanes du haut Maranon...» (1)

(1) «Relation Abrégée d'un voyage fait dans l'intérieur de l'Amérique Meridionale», pgs. 90-91.

Nenhum elogio melhor que esse, de um homem da magnitude cultural de La Condamine, que percorria a Amazonia de olhos abertos em trabalhos científicos rumorosos. Expressão de significação acima de qualquer duvida no cenario da inteligencia europea de seu tempo, La Condamine era um depoimento admiravel, que trazia aos Carmelitas um prestigio mundial.

Nessas missões, do Solimões, como nas missões do Rio Negro, os Carmelitas mantinham aulas de musica e de canto, aproveitando as habilidades e inclinações dos catecumenos para as artes.

Em Tefé, por exemplo, onde sediavam as missões do Solimões, mantinham uma orquestra, em que os instrumentos tinham sido feitos pelos nativos. Em Mariuá, onde sediavam as missões do Rio Negro, mantinham um cõro na igreja local, o qual se fez ouvir por ocasião da chegada do Capitão-General Mendonça Furtado, durante a solenidade religiosa que ali se realizou em homenagem ao mano de Pombal. Aliás, nessa mesma ocasião, discursara um catecumeno, filho de um tuchaua, saudando o governante em muito bom português.

A familia carmelitana, como vamos verificando através esta resenha, bem merecia a confiança que nela tinha depositado D. Pedro II quando mandou entregar-lhe a manutenção do dominio português na alta hinterlandia. Recebera incentivos para a façanha, agradecimentos posteriores, mas, como todas as Ordens, censuras e ajuda quasi insignificante para a proporção do cometimento. Pelo que ainda em principios do seculo XVIII, recapitulando, em memorial, todas as grandes empresas em que tinham provado virtude e conseguido exito para a Coroa Lusitana, o Prior e mais Religiosos do Convento de Belém, desejando levar adiante a construção do monumental convento e igreja de Belém, solicitavam a concessão de recursos, que não faltavam às outras comunidades catolicas toda vez que se propunham meter ombros construções da grandiosidade da que levantavam com tanto esforço (2).

(2) Memorial da seção de manuscritos da B. A. Paraense.

A ORDEM DE NOSSA SENHORA DAS MERCÊS foi das primeiras que vieram trabalhar na catequese do selvagem americano, nos domínios que Espanha começava a conquistar nas Índias Occidentaes.

Já no seculo XVI a encontramos operando em santa missão no Vice-reinado do Perú, que se extendia do Panamá à Patagonia, compreendido nele, tambem, a uma fiel interpretação do tratado tordesilhano, a Amazonia.

Em 1639, quando Pedro Teixeira visitou Quito, a Ordem alcançara exitos surpreendentes. O cabo lusitano encheu-se de entusiasmo, lembrando-se de trazer para Belém aquella gente que se cercava de tanta gloria. E passando à materialisação da idea, com seus companheiros de jornada peticionou a 24 de Janeiro de 1639 ao Provincial, para que a Ordem abrisse casa na capital da Capitania paraense, «pelo grande fruto que esperamos em Deus e sua Santissima Mãe, que se ha de fazer em almas dos moradores da dita cidade, e conversão da Gentilidade que ha grande numero, e perecem por falta de Doutrina que já agoardão pela misericordia de Deus e de seus Ministros...». Prometiam-lhe «citio para a dita Fundação, e terras para todo genero de Lavouras, e gado para sustento do dito Convento».

Frei Francisco Munhoz de Baana, vigario provincial dos Mercedarios, despachou favoravelmente: «agradecia como piede el Santo Zelo del Senor Cappitam mór y de los mas Cappitanes, y officiales del Armada Portugueza, por ser tanto del servicio de Dios nuestro Sênor y de sua Stma. Madre, y bien de las Almas de los infideles y que para la fundacion dava y dio Religiozos para tan sancta obra conbien...»

À baixada de Pedro Teixeira, principiada a 16 de Fevereiro, acompanharam-no Frei Afonso de Armijo, quitenho illustre, Frei Pedro de la Rua Cirne e dois irmãos leigos, João da

Mercê e Diogo da Conceição. Iam começar a obra dos Mercedarios espanhoes na Amazonia que seria breve lusitana.

Frei Afonso de Armijo «havia voltado de Espanha donde tinha sido procurador Geral de todas as Religioens daquelle Reino no anno de 1634, varão doutissimo, Religiozissimo, e summamente pobre, muito zeloso na honra de Deos...». Frei Pedro de la Rua Cirne — «que desde então se chamou de Santa Maria, natural de la Pana, o qual tinha trabalhado muitos annos na doutrina dos Indios, era de boa saude, e costumado a soffrer rigores de diversos climas contrarios...».

Para a obra que se lhes cometia e onde deviam provar aquelas virtudes catequistas que distinguiam a Ordem, o convento quitenho deu-lhes «todos os ornamentos necessarios» e o Bispo da capital equatoriana, Frei Pedro de Veiedo, «varias cruces de prata, e alguas Imagens».

A 12 de Dezembro, os Mercedarios atingiram Belém. Em caminho, haviam-nos alcançado mais dois sacerdotes da Ordem, mas depois da posse tomada das terras occidentaes do Napo para a coroa portuguesa, tinham falecido dois mercedarios: Frei Afonso de Armijo e o leigo Diogo da Conceição. Seriam os primeiros contratempes. Não seriam os unicos.

Frei Pedro de la Rua Cirne, assumindo as responsabilidades da obra a iniciar, deu, de logo, os passos necessarios para que se cumprissem as promessas feitas em Quito. Mateus Cabral, homem de posses, cabedais, concedeu-lhe, com sete vacas para patrimonio inicial da Ordem, os chãos necessarios à construção do Convento. E no ano de 1640 — conforme Baena, Berredo, Frei Diogo da Trindade e o cronista anonimo da «Noticia da Fundação deste Convento das Mercês desta Cidade de Santa Maria de Belém do Grão-Pará», que se guarda na Biblioteca Nacional, o Convento começou a ser erigido, com os meios materiais, de certo muito parcos, que o momento e a cidade permitiam. Em Março, já estava fundado. Com o Convento, a primeira igreja, mais tarde, já em meados do seculo XVIII, reconstruida inteiramente, com amplas proporções, grandiosidade que ainda lhe conhecemos e admiramos, risco do arquiteto bolonhez Landi e direção constante e produtiva de Frei Lino José Freire, obra de tal vulto que mereceu, numa certidão, que

consta do codice 18764, da Biblioteca de Madrid, em 19 de Agosto de 1763, os louvores do Capitão-General Manoel Bernardo de Melo e Castro.

A Ordem das Mercês, instalada efetivamente, podia principiar sua atividade missionaria e civilisadora. E principiou. Outras Ordens já haviam grangeado titulos de beneemerencia. Os Mercedarios deviam, em consequencia, para manter aqueles titulos quitenhos, produzir com o mesmo entusiasmo. Demais, não eram portugêses.

E' conveniente recordar aqui que os Mercedarios distinguiam-se como educadores. A casa de Quito era um dos grandes centros de trabalho cerebral do Reino visinho. Em Belém, não esquecendo essa occupação espiritual, alem das «pregações e confissões» a que se entregaram, abriram escolas para os filhos dos colonos, a titulo de noviços, ensinando «bons costumes e latim».

A essa altura, porém, restaurava-se a soberania lusitana. O Pará, como as outras capitancias brasileiras, declarou a sua fidelidade à mãe patria. Os Mercedarios tendo vindo de terra espanhola, eles proprios espanhoes, mereciam confiança? Não seriam um foco de graves perigos para a dominação portugêsa? Suas relações, embora ainda muito novas com os colonos e nativos, mas impressionantes, não trariam alguma duvida?

Escreveu Frei Diogo da Trindade noventa anos depois; «houve algumas duvidas pelas quaes os mandarão expellir». Realmente, D. João IV, informado da fundação, mandou chamar à sua presença Frei Rua de la Cirne para ouvi-lo e seguramente certificar-se dos perigos ou não que haveria com a presença dos missionarios espanhoes em pedaço de seu cubiçado ultramar.

O Procurador do Conselho Municipal de Belém, Felipe da Costa, com um «requerimento de sento e oito cidadãos e Povo feito ao Governador, Gomes Freyre de Andrade», solicitou, então, que não se efetivasse a expulsão. O Governador, ante o requerimento, expoz a Lisboa os acontecimentos, advogando igualmente a permanencia dos Mercedarios, que se creavam um clima de simpatias.

Frei Rua de la Cirne, por seu lado, frente a S. Magestade, falou das intenções da Ordem, que colaborava na obra de civilização, sem atender a preocupações de natureza politica que podessem dar margem a desconfianças, temores ou mesmo quaesquer perigos.

D. João IV, compreendendo os sentimentos que animavam os Mercedarios, otimos elementos para a obra de conquista espiritual daquele longinquo distrito de seu imperio, fez expedir um alvará, a 9 de Dezembro de 1645, que autorisava a permanencia no Pará e lhes assegurava a proteção e amisade da Corôa através seus delegados na colonia. A Ordem, em consequencia, segura de seus direitos, atirou-se à faina missionaria.

À baixada, em direção a Belém, Frei Pedro de la Rua Cirne tivera oportunidade de verificar a extensão dos danos que as Tropas de Resgates, as Tropas de Guerra faziam na hinterlandia, para satisfazer os interesses mercantis dos colonos. Sentira, então, a necessidade de uma ação energica, constante e fraterna para a conversão daquelas massas amerindias que fugiam à aproximação dos advenas europeus. Atirando-se à empresa, com um denodo especial, Frei Cirne e seus companheiros realizaram um esforço assinalavel.

Assim, em 1663, Frei Teodosio da Veiga penetrou o Urubú, afluente da margem esquerda do Amazonas, tomando contacto com a gentilidade regional. Logo a seguir, organizou um nucleo no rio Negro, o nucleo de Aruim, com os Tarumás, nucleo que seria, mais tarde, transferido para a fóz do Jahú, a cidade de Airão. Ainda no Rio Negro, trabalhou Frei Raimundo das Mercês. No Baixo Amazonas, estabeleceram as aldeas de Amatory, Anibá e Uatumã. Na costa boreal do Marajó, situaram um povoado. Os de Anibá e Uatumã prosperando pouco, juntaram as respectivas populações em um só, na aldea de Saracá, originando o que seria depois a vila e atual cidade de Silves.

Em 1693, por ocasião de ser fixado o limite territorial da ação de cada Ordem, os Mercedarios foram mantidos nas duas casas do Rio Negro e Urubú, autorizando-se-lhes, mais, a tomar conta do vale do Rio Negro, na hipotese dos Jesuitas não o quererem: «E querendo os Padres da Companhia este tal distrito, tendo para ele Missionarios competentes, o deixareis

à sua disposição com a advertencia porém que fareis conservar nelle os dez religiosos das Mercês que actualmente estão fazendo missão por esta parte.

«E quando os padres da Companhia não queiram o tal districto ou não mandem para elle os padres que forem necessarios, procuraveis que os das Mercês continuem a missão que têm, a qual nunca lhes será tirada».

Ao envez da Companhia, foram os Carmelitas que tomaram a seu cargo o distrito rionegrino. Os Mercedarios continuaram, em consequencia, com os nucleos que já possuíam no Baixo Amazonas, deixando o sitio do Aruim. Extendendo, todavia, seu campo de ação, a outras partes do Estado, devidamente autorizados ergueram hospícios na vila de Nossa Senhora de Nazaré da Vigia e em Santa Cruz de Cameté, obrigando-se a manter, nesses estabelecimentos, escolas para os filhos dos colonos.

Suas tarefas não podiam evidentemente ter a extensão e importancia das tarefas das outras comunidades religiosas. E isso porque não dispunham de pessoal abundante. E tanto assim que mais de uma vez foram intimados a remeter maior numero de missionarios para os cometimentos catequistas.

Em 18 de Fevereiro de 1696, S. Magestade mandou entregar ao Procurador, que mantinham junto à Corte, 100\$000 por conta de suas congruas. Nesse mesmo ano, a 25 de Janeiro, louvara-lhes os serviços realizados no Urubú, onde «procedem como bons Religiosos». Já em 19 de Dezembro de 1712, porém, fazia-lhes advertencias severas ameaçando-os de expulsão se não produzissem mais e melhor e intimando o comissario dos Religiosos a visitar, como faziam os Superiores das outras comunidades, os distritos de Amatary, Urubú e Saracá. Quatro anos decorridos, a 6 de Junho, o Ouvidor do Pará, João Mendes de Aragão, firmava atestado em que registrava, por entre louvores, os trabalhos a que se vinham dedicando como missionarios e os serviços prestados ao poder publico em momentos dificeis em outros setores do norte do Brasil (1). Em 13 de Abril de 1723, o Monarca ordenava que se retirassem das missões, acu-

(1) Alves Correia, ch. cit. pg. 21. Tomo II.

sando-os de «mãos religiosas» e se estarem a servir dos indios «como escravos para as suas grangeirias e commercios».

Os altos e baixos da apreciação de suas atividades evidentes, nem por isso podemos increpa-los de elementos improdutivos. Pois que às vespuras do desmoronamento do edificio missionario, prosseguiam com a mesma ausencia de espetaculosidade, nos seus misteres catequistas: na aldea do Anibá, estava o padre André de Matos; na aldea do Saracá, o padre Frei Severo de São José e Frei Antonio Gonçalves; na aldea do Gurupy, que então era ponte integrante do Pará, os Padres Frei Manoel da Cunha e Frei José de Almeida. Exercia o Commissariado Geral da Ordem, no Convento de Belém, Frei Felix da Silva (2).

No tocante à educação da mocidade, prosseguindo a tarefa que lhes tinha marcado os começos de atividade no extremo-norte, transformaram o convento de Belém num grande centro de ensino, onde estudavam os moços paraenses que ali dispunham de uma otima biblioteca, compreendendo os campos da historia, da geografia, das ciencias naturais, da filosofia, da teologia, do direito canonico, das latinidades. Os classicos franceses, latinos e lusitanos estavam presentes. Algumas centenas de volumes, alem do que constava da cela de cada religioso. Um setor magnifico, enfim, de alta cultura, que dignificava a Amazonia (3).

(2) Certificado datado de 28 de Setembro de 1754, do commissario Frei Felix da Silva. Seção de ma. da B. A. Paraense.

(3) Consta o catalogo dessa biblioteca de inventario existente na B. A. Paraense.

OS FRANCISCANOS DA PROVINCIA DA PIEDADE, organizados em Espanha, em fins do seculo XV, por Frei João de Guadalupe, que se empenhara «em corrigir, com vida de penitencia descuidos que o tempo foi introduzindo na Ordem do santo patriarca de Assis», instalaram-se em Portugal em 1500, quando esse mesmo Frei João de Guadalupe abriu a primeira casa no Reino, para isso contando com a colaboração de D. Jaime, Duque de Bragança.

Essa primeira casa foi levantada «a meia legua de Vila Viçosa, sitio onde existia uma antiga ermida dedicada a Nossa Senhora da Piedade», de lá passando os capuchos a outras localidades, sempre cercados das simpatias publicas pelo espirto de renuncia que os caracterisava.

Vivendo de vistas voltadas para obras de caridade, não lhes entrava no pensamento qualquer projeto de conquista espiritual no Novo Mundo, onde outros Religiosos trabalhavam em meio à gentildade.

Em 1692, todavia, Manoel Guedes Aranha, que tinha o posto de capitão-mór de Gurupá, onde representava S. Magestade, incidentou com os Jesuitas, que erigiam, à sombra do velho fortim dos Mariocai, um hospicio e convertiam a indiada da redondesa. E do incidente passando a um pedido a D. Pedro II para que dali retirasse os homens da Companhia de Jesus, solicitou a vinda dos Capuchos da Piedade, cuja fama estava alcançando a America, para substituir aqueles missionarios.

Manoel Guedes Aranha alegara que os Jesuitas «lhe embaraçavam e prohibiam que as muitas aldeas de indios, que com grande despesa de sua fazenda tinha elle reduzido e contractado descer para junto da fortaleza de Gurupá, esperando com brevidade que mais fosse possivel viessem para este Estado religiosos missionarios da Provincia da Piedade».

D. Pedro, acedendo à solicitação, ordenou ao Superior da Ordem «cuja casa capitular era no Porto», que preparasse um contingente de missionarios, que seguisse para Gurupá a iniciar-se nos misteres da catequese. Ao mesmo tempo que ordenava ao Capitão-General Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho e ao capitão-mór (cartas regias de 19 de Fevereiro de 1691) que fizessem levar adiante as obras de edificação de um convento que ali se principiara para agasalhar os novos batalhadores da cristandade (1).

Em cumprimento às ordens de S. Magestade, os Frades da Piedade dirigiram-se à Amazonia. Em Novembro de 1693, nove Frades desembarcavam em Belém, logo se dirigindo a Gurupá, que seria a séde das missões. O hospicio que D. Pedro mandara concluir estava ainda em alicerces. Guedes Aranha hospedou-os em casa confortavel, enquanto dava adiantamento às obras para acabamento do edificio (2).

Os frades, como era natural, inteiramente crús em materia de trato com o selvicola, extranharam o ambiente. Tudo era agreste. A vida, carregada, e não vivida, com extrema dificuldade e sujeita a mil perigos, donde terem supplicado ao Monarca providencias para que se lhes assistisse com alguma coisa que os tirasse das provações que começavam a padecer. Mas, entrando a trabalhar, lançaram-se a obras pias, que lhes asseguraram, immediatamente, as melhores simpatias dos moradores e das autoridades.

Entre as amizades com que contaram, teve vulto especial a do capitão-mór Hilario de Souza de Azevedo, que, ao falecer, lhes deixou em testamento «huma Ermida que fabricou em pouca distancia da Cidade do Pará, para junto dela fazerem enfermaria para os doentes que viessem do certão, com obrigação de sua mulher os sustentar enquanto viva e de lhes fazer cazas em que assistão sempre dous Religiosos, e por morte de sua mulher cincoenta mil reis todos os annos para a sua ordinaria».

(1) Cartas regias de 19 de Fevereiro de 1691, dirigidas áquelas duas autoridades.

(2) Sobre a conclusão do hospicio, cartas regias de 7 de Janiro de 1696, 7 de Dezembro de 1697, 4 de Novembro de 1707 e 20 de Fevereiro de 1709.

D. Pedro II, informado do assunto, mandou que o Capitão-General houvesse por legal o testamento, ordenando que permitisse na execução da parte relativa à enfermaria, do mesmo modo que mandava cercar os frades de facilidades e conforto em Gurupá.

Em 1693 e 1694, pelas cartas regias de 19 de Março e 29 de Novembro, procedera-se à divisão do espaço onde deviam agir os missionários. Aos Frades da Piedade coube um dos setores mais amplos: todas as terras das redondezas de Gurupá, bem como os distritos do rio Amazonas até o Nhamundá, inclusivé o Xingú e o Trombetas:

«Aos Religiosos da Provincia da Piedade, que hão de assistir no Gurupá, mando assignalar por districto todas as terras e aldeas, que estiverem junto da Fortaleza e assim todas as demais terras, que ficam para cima da Aldea de Urubuara e subindo o Rio das Amazonas se compreenderão no seu districto os Rios do Xingú, das Trombetas, e do Gueriby, que teem muitas aldeas de paz, e muito mais por domesticar» (3).

Na realidade, um setor de amplas proporções, que exigia atividade e coragem. Os Capuchos Piedosos aguentariam o peso da empresa? Na experiencia a que iam ser submetidos, provariam as mesmas virtudes dos demais soldados da crusada catequista?

Compreendendo a extensão da responsabilidade que lhes cabia, os Frades da Piedade comportaram-se com evidente successo. Seguindo os passos das outras Ordens, adotando-lhes os processos de trabalho, obtiveram exitos sensiveis, montando aldeamentos, operando descimentos, convertendo dezenas de tribus, explorando rios, como o Trombetas e o Nhamundá, disciplinando o gentio com que tomavam contacto ou sobre que recaia sua atenção mais direta. Só em 1727, no Trombetas, conseguiram reduzir toda a massa gentilica, distribuida em mais de

(3) Carta regia de 19 de Março de 1693.

duas dezenas de tribus, que se espalhavam até a zona tida como fronteira da colonia holandesa de Surinam.

Frei Francisco de S. Manços foi o heroe desse feito. Como de outros o foram Frei Manoel de Marvão, Frei Francisco de Alvor, Frei Alexandre de Portel.

Alem do hospicio de Gurupá, mantiveram os Piedosos o de São José, que levantaram em Belém, o de Arapijó, onde aldearam os Nambibares, os Capunas e Manins; o de São João Batista dos Tocantins, o de São João Batista dos Jamundazes, o de Pauxys, onde nuclearam os Arapiuns, os Condorizes e Coriatis; o de Santa Cruz de Aracajus, que agremiou os Manaos, os Carascorati e os Ambicuaras; o de Santo Antonio de Sorubiú, com os Orojoans e os Apamás; o de São Braz de Motutú com os Torazes; o de São Francisco de Gurupatuba, com os Apamás, os Tapuyassús, os Goncares; e o de Santa Barbara de Croamamena, com os Tapiquonás e os Nambicuáres (4).

Desses nucleos, resultariam povoados e vilas que ainda hoje são um documento da atuação dos frades: Monte Alegre, então Gurupatuba; Obidos, então Pauxys; Faro, então Nhamundá; Porto de Mòs, então São Braz; e Alenquer, então Sorubiú.

Louvados a principio, negados por vezes, como aconteceu em 17 de Julho de 1710 e em 17 de Maio de 1730 (5), mantiveram uma linha de conduta que não merecia as reservas que do Reino lhes vieram. Frei João de São José, que foi Bispo do Pará, e uma das penas mais afiadas no comentar as coisas regionais, apontando falhas, criticando atitudes, censurando habitos, Frei João de São José depoz em seus diarios de viagem pelo interior da Amazonia a favor dos Piedosos que lhe pareceram, pelo que encontrou a lhes assinalar a passagem, missionarios de otimos propositos e não melhores praticas (6).

(4) Frei João de São José, «Viagem e Visita do Sertão», Revista do I. H. Brasileiro — Tomo IX.

(5) Rivara, «Catalogo», pg. III. Anais da B. A. Estadual Paraense, tomo 3.º, pg. 303-304. Antes, em 20/II/1699, S. Magestade excetuara-os de uma censura dirigida às outras Ordens. Rivara, obr. cit. pg. 84.

(6) «Viagem e Visita do Sertão», Revista do I. H. Brasileiro, tomo IX.

E' certo que tiveram rugas com autoridades militares de Pauxis e de Gurupá. Mas essas mesmas autoridades com eles se entenderam às mais das vezes em tom muito cordeal, facilitando-lhes a tarefa, como eles tambem lhes levavam a sua colaboração construtiva toda vez que havia necessidade de realizar obras naqueles estabelecimentos militares.

Experimentados na faina catequista, os Frades da Piedade não fugiram às obrigações que lhes confiou o Estado Português, provando bem na grande prova a que se submeteram.

OS CAPUCHOS DA CONCEIÇÃO DA BEIRA E MINHO, ultimo grupo religioso a comparecer a Amazonia, chegaram a Belém em 1706. Segundo Baena, não traziam autorização para erguer hospicio, o que não lhes pareceu um embaraço forte, pois, no mesmo ano da chegada, tendo recebido por doação de José Velho um trecho de sessenta braços de terra denominado Porto do Tição, onde é presentemente o Arsenal de Marinha, principiaram as obras de uma casa, onde se instalaram.

Encontrando o campo das atividades missionarias tomado pelas Ordens que lhes haviam precedido, nem por tal se desinteressaram do assunto, procurando realizar tarefa util, que lhes grangeasse simpatias e os tornasse benemeritos, no mesmo estilo da benemerencia que vincava o esforço das outras familias religiosas.

E tanto assim, que, a 15 de Abril já se falava do Reino acerca das atividades catequistas que realisavam, trabalhando em descimentos nas costas entre a margem esquerda do Amazonas e a fronteira da Guiana Francesa, zona, aliás, onde Franciscanos de Santo Antonio e Jesuitas agiam de quando em vez. A atuação naquele distrito importava em grossos titulos, porque o gentio ali era constantemente solicitado pelos franceses, sempre a sonhar com uma irradiação que lhes desse aquela porção do mundo amazonico. Frei João de Santo Antonio, que exercia as funções de Commissario da Provincia, dirigira-se a S. Magestade expondo seus planos de ação, o cometimento que seus companheiros já produziam e requerendo ajuda da parte das autoridades paraenses para que o rendimento de sua tarefa fosse mais seguro e intenso. S. Magestade, pelos caminhos legais, aprovara o feito e ordenara ao Governador que cooperasse na iniciativa dos Capuchos, fornecendo-lhes anualmente escoltas para os descimentos.

E' preciso, em tempo, aliás, registrar que S. Magestade, a 6 de Setembro de 1706, mandara que o Capitão-General Castelo Branco repartisse entre os Franciscanos de Santo Antonio e os Capuchos da Conceição as aldeias que os primeiros vinham mantendo. Em consequencia, reunira a Junta de Missões a 9 de Maio de 1707, assentando entregar aos Capuchos os nucleos de Cayã, Conceição, Carajó, Marajó e Tuerê.

No primeiro momento, houve acordo geral. Com o decorrer dos anos, traavaram-se de razões as duas comunidades, provocando a carta regia de 19 de Fevereiro de 1714, que mandou restabelecer na posse dos Franciscanos os aldeamentos, determinando que os Capuchos deixassem Belém e fossem ocupar-se das missões do Maranhão.

Os Capuchos representaram, porém, contra a medida. E o resultado immediato foi a revogação da carta regia por outra de 12 de Fevereiro de 1715.

Logo após a carta regia de 19 de Fevereiro, expedira-se outra, a 23 de Fevereiro, ordenando que o hospicio dos Capuchos fosse demolido e insistindo na ida deles para o Maranhão. Essa carta regia tambem foi revogada por uma segunda, de 1 de Março de 1715.

Impunha-se, todavia, uma politica habil que pozesse termo aos incidentes entre Capuchos e Franciscanos. A 22 de Junho de 1715 o Monarca ordenava ao Governador, a proposito da repartição dos indios das aldeias da ilha de Joanes, que se entendessem as duas familias, assentando bases para essa solução.

Os Capuchos, até então, olhados com certas reservas, aos poucos foram conquistando graças e mercês reaes. E assim, ainda em 1715, receberam sino e paramentos mandados pela real bondade, para o estabelecimento instalado no Jari, no sitio Tocaré. A esse tempo os frades desciam os Guayanazes para o Marajó, obtendo aprovação para a vontade que demonstravam de situa-los na ilha.

Mantidos em Belém, lembraram-se os Capuchos de estabelecer, para uso domestico, como faziam os Piedosos no Gurupá, um pequeno hospital, mais uma enfermaria. Dirigiram-se ao Monarca. Ano de 1724. A 13 de Janeiro, depois de ouvidos o Governador João da Maia da Gama e a camara de Belém,

que informaram com simpatia, D. João V despachou favoravelmente, autorisando-se «aos missionarios da Provincia da Conceição do Grão Pará para que possuão nella ter hua Caza onde se venhão recolher, curar, e receber o seu provimento que lhe vae deste Reino; com declaração porem que de nenhuma maneira possa ser Hospicio».

Chegando à Amazonia, às vespervas da catastrophe pombalina, os Capuchos da Conceição da Beira e Minho não puderam produzir como os outros gremios catolicos. Embora, foram igualmente uma força para a grande jornada da catequese e para a espiritualisação da conquista.

SOLICITADOS A COOPERAR COM O ESTADO
na formação da sociedade amazonica, mediante a conquista espiritual do nativo, que não devia ser apenas um braço para as operações negocistas, as necessidades domesticas dos colonos e os serviços materiais da administração publica, mas um elemento humano significativo, que integrasse essa sociedade regional, com a dignidade moral que a catequese permitia, as Ordens que vieram trabalhar na Amazonia nem sempre foram compreendidas em suas atitudes ou apreciadas em seu esforço gigantesco.

O Estado, como já sabemos e não será demais lembrar aqui, concedia aos Religiosos obrigações amplissimas. Mandava, às autoridades civis e militares, que lhes concedessem atenções, garantindo-lhes a atuação, que beneficiava os interesses oficiais. Concedia-lhes congruas que, ainda em 1692, não tinham passado dos 950 reis para trinta Religiosos da Companhia, apesar das solicitações que as comunidades faziam para que houvesse aumento, visto que não era possível viver, distante das oportunidades materiais, com aqueles recursos minguados. Concedia-lhes, compreendendo a veracidade de taes alegações, autorização para manter indios fôrros em trabalhos de que resultasse rendimento para ajustar as despesas feitas. Louvava-os de quando em vez, mas advertia-os sem demora toda vez que contra elas se levantava uma voz denunciando-os como fugindo aos deveres marcados do Reino.

A politica reinól, nesse particular, foi uma politica cheia de oscilações bem frequentes e fortes. Os Jesuitas, apontados geralmente como os melhores missionarios, talvez por isso mesmo padeceram as maiores, mais severas e injustas criticas e advertencias. Aliás, é preciso recordar tambem que nenhuma das Ordens que atuaram na Amazonia escapou dessas advertencias, que provocavam o revide delas, pela exposição de suas razões, pela defesa

imediate e geralmente esmagadora, pela referencia ao que estavam realizando com uma compenetração absoluta de suas obrigações e muitas vezes alem desses simples deveres.

A serie de cartas regias, alvarás e decisões do Conselho Ultramarino, expedida para a Amazonia, constituindo grosso capitulo do direito colonial, é o comprovante mais autorizado para expressar o sentimento flutuante das intenções governamentais. Em 1 de Abril de 1680, por exemplo, a ordem expedida objectivava confiar todos os trabalhos de catequese aos Jesuitas, louvados pelos serviços em outras Capitánias, onde provavam admiravelmente bem. Em 1 de Março de 1683, mandava pagar as congruas ordinarias e conceder bom tratamento aos Franciscanos da Provincia de Santo Antonio. Em 2 de Setembro de 1684, advertia o Provincial da Companhia para que mantivesse maior numero de sacerdotes e menos leigos, sendo eles portuguezes e não estrangeiros. Em 2 de Setembro de 1684, ainda, prohibia que o Governador assinasse as certidões para os Jesuitas haverem os alimentos das rendas reais, porque não tinham eles missionarios em numero exigido pelas ordens reais. Em 22 de Março de 1688, mandava que o Governador cercasse os novos missionarios da Companhia, que seguiam para a colonia, de ajudas e favores, para que levantassem missões no Madeira. Em 23 de Março de 1688, ordenava auxilio e protecção aos Jesuitas. Em 23 de Março de 1688 mandava que se permitisse aos Missionarios a remessa, em navios para as ilhas e para o Reino, das drogas que considerassem necessarias à aquisição de recursos para a construção e manutenção de igrejas e residencias. Em 17 de Outubro de 1690, ordenava ao capitão da fortaleza do Gurupá que cobrasse os impostos dos bens dos Missionarios porque eles eram iguaes aos demais moradores e, consequentemente, sujeitos ao pagamento das obrigações marcadas em lei. Em 17 de Outubro de 1690, observava, ao Governador, que as canoas expedidas pelos missionarios às drogas no interior não eram isentas de registro e de pagamento de impostos, pois os missionarios eram vassallos iguaes aos demais. Em 26 de Fevereiro de 1693 explicava que a jurisdição temporal atribuida aos Missionarios não excluia obediencia às autoridades civis e eclesiasticas. Em 17 de Janeiro de 1699 explicava que a jurisdição temporal dos

Missionarios não se extendia aos territorios das Capitánias de Donatarios. Em 20 de Novembro de 1699, mandava providenciar contra os Religiosos que mantivessem os nativos em trabalhos de interesse mercantil das missões, com graves prejuizos dos colonos. Em 11 de Abril de 1702 attribuia ao Ouvidor do Pará a comissão para cientificar os Religiosos de que S. Magestade sentia repugnancia em que se desviassem para objetivos temporais. Em 23 de Dezembro de 1705 ordenava que o Governador cientificasse os Missionarios de que não desviassem os indios para empregos que não estivessem especificados em lei.

A politica reinól, evidentemente, revestia um carater fluante, incentivando, negando, premiando e condenando, sempre, porém a impor maiores obrigações, a exigir maiores sacrificios, a ordenar que não houvesse descanso, descanso que as autoridades civis e militares gosavam, mas se não queria permitir aos catequistas, descanso necessario pelo rigor do clima e pelos outros muitos imperativos da região.

Faz-se mister indicar, neste passo, que as Ordens Religiosas tiveram igualmente suas falhas, que deram margem a certas observações. E as falhas, residindo principalmente nas rivalidades que as separavam por desejarem todas maiores glórias, maiores exitos. Logo ao principio da conquista, Frei Cristovam de Lisboa investiu contra Luis Figueira e seus companheiros de comunidade, acusando-os de prejudiciais à obra em andamento. Depois, em memoriaes, em pequenos incidentes que quebraram a paz da colonia, negaram-se, esquecendo momentaneamente os principios de catolicidade que deveria presidir a seus gestos mais intimos.

A questão da liberdade do gentio, de quantas explicam as dificuldades que os Religiosos encontraram em seu caminho, foi, a rigor, porém, aquela que fornece uma compreensão mais perfeita. Defendendo essa liberdade, contra a voracidade do colono, os Religiosos, a Companhia de Jesus a frente de todos, tiveram de arcar com a odiosidade dos civis que enxergavam no nativo apenas uma energia, um braço, uma utilidade preciosa para a construção de sua economia.

Sem o indio, o colono não sabia caminhar pelo sertão, não sabia colher uma droga, realizar uma sortida contra outros aldeamentos a cata de escravos, fazer uma embarcação, plantar

uma especie vegetal, erguer um abrigo, cosinhar a alimentação diaria, fiar o algodão das vestes, remar uma ubá, pescar, caçar, identificar, finalmente, as particularidades regionais. O indio, naturalmente, era o senhor de todos os segredos locais. Sua colaboração, mesmo forçada, era tudo. Demais, não havia rebanhos africanos que autorisassem liberalidades com o homem da terra.

Os Religiosos, atirando-se abertamente contra a natureza da colonia, alicerçada na pratica escravista, forçosamente adquiriam mil inimigos, dispostos a tudo para vence-los e afasta-los da comunhão paraense cortando-lhes a desenvoltura liberal com ameaças, atitudes intempestivas, reclamações perante as autoridades reinóes e gestos ainda mais marciais, se necessario.

Pela ordem cronologica, o primeiro entrevero ocorreu em 1661, quando explodiu em Belém o movimento dos colonos, que copiavam a atitude belicosa dos moradores do Maranhão. Antonio Vieira, que procurava conter os animos, numa aproximação serena com as autoridades e o povo, foi vitima das investivas do populacho, que não suportava a Companhia e poz fora os milicianos que a integravam ali (1).

Dai por diante, as refregas seriam quasi continuas, dando à Capitania um ar de região anarquizada. Colonos, de mãos dadas com Capitães-mores, Governadores e camaras municipaes, investiram quasi incessantemente sobre os Religiosos. As instruções vindas do Reino para defender a integridade fisica dos missionarios e cercal-os de garantias nos misteres que lhes confiava o Estado, como que eram letra morta. Sob os periodos de Cristovam da Costa Freire, Bernardo Pereira de Barreto, Alexandre de Souza Freire e José da Serra, os incidentes se amiidaram. E' o ciclo inicial do seculo XVIII, trabalhado pela filosofia nova, que se dirige mais vivamente contra a ação de Roma. Apenas João da Maia Gama se portou com generosidade, proclamou abertamente a excelencia do que os Religiosos, principalmente os Jesuitas, faziam, defendeu-os, exaltou-os, entrou em choque com os colonos aos que denunciou por suas atitudes e seus objetivos contrarios à civilização ocidental que os Missionarios realisavam.

(1) Sobre a atuação de Antonio Vieira, alem dos estudos de Lucio de Azevedo, o tomo I da coletanea publicada por Hernani Cidade.

Os ventos que vinham do Reino, a esse tempo, sopravam mais vivamente na direção oposta aos Jesuitas. A legislação, consequentemente, tinha um carater mais claro de advertencias, de chamados à ordem, de reservas, que davam a entender que realmente na colaboração que se solicitara aos Religiosos, esses estavam agindo sem freios, sem respeito às leis, aos regulamentos, à vontade de S. Magestade.

Os colonos, imaginando uma ofensiva facil, compareceram perante o Rei e o Conselho Ultramarino, pela palavra de seus procuradores, que acusaram, que investiram contra os Religiosos, que lhes negaram tudo, apontando-os como perigosos aos interesses da Coroa. Paulo da Silva Nunes, procurador da camara de São Luis, como no seculo anterior Jorge de Sampaio, tomou a frente do movimento. A camara de Belém deu-lhe poderes para representa-la tambem. Abriu-se, com uma intensidade sensacional, o que João Lucio de Azevedo chamou, com muita prioridade, a «campanha de libelos». Ora libelos dos colonos contra a Companhia, ora libelos da Companhia contra os colonos e seus defensores (2).

Inaugurou-se uma literatura violenta de prós e contras. As acusações subiam de intensidade. Às referencias dos procuradores dos colonos, os procuradores da Companhia, como Bento da Fonseca, Betendorf explicavam uma a uma as suas razões, replicavam com altivez, desmentiam, falavam uma eloquencia vieirense, elucidavam com depoimentos e provas com que esmagavam sempre os contendores.

O inquerito que tambem se abria a essa altura, porque pelo incessante das acusações, pela periodicidade delas e das defesas todo esse momento rumoroso tem de haver-se como uma grande devassa que se não encerrou senão com a drasticidade pombalina, é um inquerito que produz efeitos os mais desiguaes. Porque umas vezes os juizes pesam os argumentos, põem de banda as paixões e sentenciam com dignidade; outras, porém, servindo o partido que inveja os Jesuitas, sentenciam ao sabor daquelas paixões.

(2) Melo Moraes divulgou varias peças desse largo processo. Na Biblioteca Nacional, a documentação a respeito é volumosa.

Em 1734, para conhecer, in loco, dos sucessos, veio de Lisboa o desembargador Francisco Duarte dos Santos. Sua sindicancia envolvia todos e tudo. Constava dos ultimos libelos, contra a Companhia, que ela era agora a voracidade mais forte na exploração do braço indigena, na satisfação de proventos mercantis condenados pelos Geraes, prohibidos pela legislação papal. Seus rendimentos aumentariam de maneira desproporcional, face às condições de quasi miseria que viviam os colonos, desajudados de tudo, desservidos de qualquer bemestar material.

O sindicante ouviu o Governador, ouviu os colonos, ouviu a camara de Belém, ouviu os Superiores das varias Ordens que missionavam no Estado. Promovem um inquerito rigoroso. Abriu bem os olhos, para ver seguramente, penetrantemente. E a conclusão a que chegou foi em sua quasi totalidade favoravel aos Jesuitas. Poucos tinham falado mal deles. As acusações eram sem o fundamento espetacular que se imaginara no Reino (3).

E se havia culpas a expor e a merecer penalidades, os colonos não se poderiam eximir delas, porque o ativo de enormidades que praticavam era quasi sem conta. A pobreza que experimentavam não decorria da concurrencia desleal dos missionarios, servidos de abundancia de braços nativos para os seus misteres, mas da inercia a que os proprios colonos se tinham habituado, como da incapacidade para vencer a menor dificuldade que lhes surgisse.

Já antes, em 1729, haviam deposto na devassa figurões da terra, Autoridades, Prelados de Ordens, Sertanistas, Militares. Todos, a uma voce, louvavam o esforço missionario dos Jesuitas, reconhecendo que Portugal lhes devia serviços que nenhuma outra Ordem ou elementos civis e militares produziam com tanta probidade e desinteresse terreno. Entre outros, Diogo Pinto da Gaya, uma das maiores organizações bandeirantes da região; Miguel de Siqueira Chaves, soldado de muitas decadas de ações pela soberania de sua patria nas terras amazonicas; o dr. Miguel Monteiro Bravo, «cavaleiro professo na ordem de Cristo, do desembargo de Sua Magestade e seu desembargador na Casa

(3) O relatorio do desembargador Duarte está divulgado por Melo Moraes na «Historia dos Jesuitas», Tomo II, pg. 122-150.

da Suplicação, e Ouvidor do crime das apelações pelo dito Senhor». Este, a quando de sua permanencia em Belém, para instalar a Ouvidoria Geral do Grão-Pará, tivera ocasião de verificar do zelo que os Inacianos demonstravam na catequese, na educação dos filhos dos colonos, em todas as obrigações que lhes consumiam os dias na colonia barbara que procuravam amansar em seus instintos materiaes. Sua contribuição, na defesa dos Loiolanos, fora preciosa e clara: «sempre observei neles um constante zelo do serviço de Deos, e de Sua Magestade, assim no espiritual, como no temporal são geralmente de bom procedimento, de letras e de inculpavel vida me parecem serem mui uteis à conservação, e regimen daquelle Estado e bem das almas que nelle habitão» (4).

Com o advento de Sebastião José de Carvalho e Melo, a guerrilha sustentada contra as posições dos catequistas, sempre os Jesuitas a receber as sortidas mais fortes, mais constantes, ia tomar o character de um movimento concertado com pericia e com a intenção de vencer, custasse o que custasse, todos os processos violentos, desonestos, servindo para a finalidade desejada. O poderoso primeiro ministro, nesse particular, foi um inimigo que não cedeu numa linha, mantendo a pressão cada dia com maior intensidade, o que lhe assegurou a vitoria que alcançou com tanta retumbancia.

Tendo mandado para a Amazonia, como Capitão-General e Governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão, e chefe da comissão portuguesa de limites com as colonias espanholas naquele setor, seu proprio irmão, ordenou-lhe inicialmente a execução de um vasto plano de valorisação do extremo-norte. As comunidades religiosas, nesse plano, deviam servir como cooperadoras, facilitando a ação do delegado do governo, que já agasalhava o proposito de aos pouco ir se desfazendo dessa cooperação para realizar sosinho todo o trabalho de civilisação que se propunha empreender.

Nos primeiros tempos, as relações entre os Religiosos e o Governador decorreram cordeaes. O Capitão-General trazia instruções para examinar a ação dos missionarios, principalmente

(4) Melo Moraes, obs. cit. pg. 281.

os Jesuitas, que se elogiava, mas de cujas intenções havia desconfianças no seio do partido pombalino. Agindo com certa habilidade, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, nome do mano de Pombal, estudou a situação, servindo-se das informações e da experiencia dos Missionarios. Já, porém, a proposito da fundação de um povoado no Japurá e outro no alto Solimões, quasi á foz do Javary, fins de 1751, principios de 1752, começaram os atritos. Mendonça Furtado e o Provincial dos Jesuitas, padre José Lopes, desentenderam-se, trocando officios que foram revelando a proximidade do temporal que se armava (5). Os serviços das demarcações serviram, a seguir, para dar mais vigor aos «entreveros». Tudo quanto ocorria, dificultando os passos do Commissario-Demarcador, era atribuido a manejo oculto dos Jesuitas. Às outras Ordens, por outro lado, tambem se começou a responsabilisar por pequenas nugas que iam surgindo. Os Carmelitas, que possuiam seus aldeamentos e missões no Rio Negro e Solimões, onde as comissões demarcadoras teriam de atuar, foram igualmente envolvidos nas acusações. Irritado, Mendonça Furtado desbordava em sua correspondencia com Pombal e outros maioraes da politica portuguesa, atirando-se contra os Religiosos. Os retratos que deles fez são o melhor depoimento do estado de animo do Capitão-General (6).

Fugiam os indios que deviam remar as embarcações em que o Demarcador e seus companheiros viajavam para a hinterlandia. Os Religiosos, principalmente os Jesuitas, eram apontados como autores da ordem para que os indios assim agissem. Não encontrava o Demarcador, em caminho para o Rio Negro, as farinhas e generos alimenticios que as aldeas, por ordem sua, deveriam ter um stock para entregar-lhe. E' que seguramente os Jesuitas tinham mandado que se não fizessem as farinhas ou colhessem os generos. Conspiravam os soldados da guarnição de Barcelos e se rebelavam. Os Jesuitas e Carmelitas evidentemente os haviam induzido à quartelada. Salvavam pecinhas, no Madeira, aldêa de Trocano, mais tarde

(5) Codices 588 e 1096, da B. A. Paraense.

(6) Essa correspondencia está divulgada nos Anaes da B. A. Paraense, Tomos de 2 a 8.

eleavda a categoria de vila com o nome de Borba a Nova, salvavam por ocasião da visita que o Capitão-General fazia ao logar. Os Jesuitas, num plano tenebroso contra a integridade territorial de Portugal em sua colonia sulamericana, preparavam-se até com artilharia para proclamar a independencia daqueles trechos, formando um grande imperio de fundo teocratico.

No tocante à obediencia às leis reaes, asseverava Mendonça, nenhuma Ordem estava isenta de culpa: era «violento aos Religiosos deste Estado o obedecerem as reaes ordens de Sua Magestade das quaes não receberem no seu comum ou no particular algum proveito porque sendo pelo contrario nunca tiverão destas partes mais observancia do que lerem-se, quando aqui chegavam, e se algum as queria reduzir a praxe, era logo embaraçada a sua execução com argumentos suphisticos de que se tirava hua concluzão, qual era que ficasse tudo na mesma forma em que estava, porque aquella era verdadeiramente de Sua Magestade, facto que poderá provar a Vossa Excellencia com infinitos exemplos...» (7).

Duante todo o periodo de sua assistencia na Capitania, continuava o Governador, os Jesuitas tinham se revelado grandes negociantes, industriaes, creadores, usufruindo lucros fantasticos. No Colegio de Santo Alexandre, em Belém, mantinham: «grandes armazens em que se recolhem as drogas que estes Padres extraem dos certões». (8). Só entre 1726 e 1756, esses lucros alcançavam os 159:898\$756. O commercio constava de azeites de andiroba, manteigas de tartarugas, salgas de peixe, tartarugas, carnes, farinhas, feijão, arroz, algodão, assucar e aguardente, produtos de olaria.

Carmelitas, Mercedarios, Franciscanos de Santo Antonio e da Conceição e da Piedade, adiantava, «faziam nas Aldeas os mesmos negocios, as mesmas dezordens, e as mesmas violencias...»

O panorama da Amazonia, entregue a gente de taes sentimentos materiaes, com tamanhos desejos terrenos e objetivos

(7) Of. de 23 de Maio de 1757, de Mendonça a Tomé Joaquim da Costa Côrte Real. Anaes da B. A. Paraense. pg. 214, Tomo 4.

(8) Anaes cit.

tão perigosos aos interesses de Portugal, riscado esse panorama pelo delegado de Pombal, era inquietante e estava exigindo providencias rapidas, severas.

Ora, em tudo quanto Mendonça Furtado mandava dizer para Lisboa, havia os excessos naturaes em quem está em luta aberta contra forças fortes. Sim, forças fortes. Porque os Religiosos, percebendo as intenções de Pombal e seus homens, trataram de defender-se, redusindo às suas justas proporções o que ocorria realmente na colonia.

No caso da fuga dos indios, o que se passava decorria da aversão dos nativos pelos serviços officiaes, quando não lhes davam assistencia bondosa, mas um trato rude, severo, a que se haviam desabitudo junto aos seus amigos Religiosos.

No caso da falta de farinhas e generos de alimentação, escondia o Demarcador as rasões invocadas muito justamente pelos Missionarios. Desde 1743 uma tremenda epidemia de variola ceifara muitos milhares de vidas nas aldeas, o que perturbara evidentemente o trabalho, com a diminuição de braços. A produção dos nucleos missionarios não podia, assim, ter um volume suficiente para o aprovisionamento que se lhe exigia (9).

No caso do prenunciamento da guarnição de Barcelos, o inquerito mandado proceder pelas autoridades competentes revelou que os soldados tinham feito a quartelada devido à falta de pagamento de seus soldos.

No caso das duas pecinhas encontradas em Trocano, elas ali estavam para defender a aldea das investidas constantes dos Muras, gentio de corso, o qual não cedia nas tentativas para uma aproximação cordeal com os brancos, preferindo as sortidas contra os brancos e os nativos que se acamaradavam com os brancos e com os missionarios. Aliás de anos antes vinham as ordens para que se fizesse a guerra a esse gentio, que creava um estado de agitação permanente na região do Madeira, pondo em grave perigo as comunicações entre Belém e Vila Bela, capital de Mato Grosso.

(9) Essa epidemia eliminou 40.000 vidas. Só em Belém, em 1750, segundo o Governador Gurjão, nas 900 casas do perimetro urbano desabitara 400!

No caso da desobediencia às leis regias, a accusação ainda era infundada, pois toda vez que uma ordem regia chegava e tinha relação com o problema do indio ou se referisse à situação dos missionarios, reunia, sob a presidencia do Capitão-General, no palacio governamental, uma junta de notaveis, integrada na generalidade pelas autoridades civis, militares e eclesiasticas. O assunto, que constituia a novidade, passava a ser submetido ao conhecimento da assemblea, para entrar em execução. As atas dessas reuniões existem na seção de manuscritos da Biblioteca Paraense e são um desmentido eloquente ao que Mendonça Furtado mandava dizer.

No tocante, finalmente, aos negocios rendosos que os Jesuitas e as demais familias religiosas promoviam, Mendonça, no mesmo officio em que se atirava contra eles, pulverisava as proprias accusações escrevendo: «Os vestidos sendo os mesmos que em toda parte tem aqui a diferença de que muitas das roupetas são de algodão grosso tintas na terra e as capas não passam de seis, que são do commum para aquelles Relligiosos que primeiro sahiram para fora. Os chapéos entendo que dura a vida toda do Relligioso a quem se dão, e os Çapatos grossos de duas sollas, são feitos em casa pelos seus officiaes e de cabedal tambem fabricado nas suas Fazendas.

O comer he o mais ordinario, que em outra alguma parte, reduzindo-se todo o mantimento que se gasta no Collegio a Vaca que vem dos seus curraes, Peixe salgado que lhe fazem os indios, Arroz, Farinha e Feijões das suas Fazendas e Man-teiga de Tartaruga que tambem lhe fazem os Indios» (10).

E no periodo de seu sucessor, o Capitão-General Manoel Bernardo de Melo e Castro, a cujo cargo correu a execução dos atos que mandavam expulsar os Jesuitas e apreender-lhes todos os bens, circulando versões de que possuíam grandes riquezas acumuladas, nada foi encontrado que confirmasse as versões. Os funcionarios encarregados de prender os Jesuitas, dar busca no Colegio, devassar a respeito das taes riquezas, excedendo-se em máos tratos e outras violencias com que pretendiam obter mercês officiaes, por mais que procurassem nada

(10) Ofc. cit. de Mendonça Furtado.

encontraram. Por um Bando, o Capitão-General intimou a quem tivesse escondido bens dos Loiolanos a vir entrega-los às autoridades, sob as penas da lei. Ninguém apareceu (11). Em poder dos Inacionos, ao contrario do que esperavam os agentes de Pombal, havia apenas objetos de uso pessoal, livros, uma ou outra moeda, objetos do culto e nada mais (12). As riquezas jesuíticas não existiam. Quando muito podiam ser compreendidas nas aldeas que tinham fundado, nas fazendas que tinham montado, nas igrejas que tinham construido, nos muitos milhares de indios que tinham tirado da vida selvagem e incorporado à vida cristã, nos martires de que se gloriavam, no esforço gigantesco que tanto eles como seus outros companheiros de comunidades religiosas vinham despendendo para crear na Amazonia um espaço onde a civilização occidental, cristã, não fosse ignorada.

Em 1759, apesar de toda a argumentação, as provas exibidas, os testemunhos invocados, Pombal vencia. O ato regio de 6 de junho de 1755 extinguiu o poder temporal dos Religiosos e lhes tirava os indigenas. Medidas posteriores, completando aquela, faziam encerrar as atividades civilisadoras dos Catequistas. A jornada missionaria ficava interrompida.

(11) Of. de 5 de agosto de 1760, de M. Bernardo a Tomé da C. C. Real.

(12) Relação divulgada em Antonio Ferrão, «O Marquez de Pombal e a expulsão dos Jesuitas», pgs. 296-303.

FOI, EVIDENTEMENTE, UMA MEDIDA que não consultou os intesses mais distantes do Imperio lusitano, aquella que Pombal ditou em 1755, excluindo os Religiosos da direção temporal e de certo modo espiritual do elemento selvático do Novo Mundo. Porque eles é que tinham, sem grandes garantias ou favores muito amplos de Estado, realizado a obra de que se orgulhava a Nação, de conquista mansa, suave, fraterna e util do gentio, que resistira, de inicio, ao colono voraz e incapaz de compreender a politica maneiroza, sutil, humana que os Missionarios empreendiam de olhos voltados para os principios da Religião Catolica e o pensamento generoso dos estadistas d'Alem Mar.

Foi evidentemente uma medida que não consultou os interesses mais distantes do Imperio. Porque à atuação de Jesuitas, Mercedarios, Franciscanos da Provincia de Santo Antonio, Carmelitas, Frades da Piedade e da Conceição, Portugal pudera incorporar ao seu patrimonio ultramarino a imensidade amazônica, criando uma posição admiravel sobre um mundo que outras gentes e raças tinham tentado ocupar. Com a incorporação, a revelação de um gigantesco emporio de materia prima, que garantiu, ao Reino, sucedaneos às especiarias que o Oriente não podia remeter mais com abundancia e frequencia.

A civilização penetrava na Amazonia, evidentemente, com a ajuda e quasi que por iniciativa direta e constante dos Religiosos. Os nucleos que se animavam em trabalho produtivo e garantiam a integridade da colonia eram fundação quasi total desses novos Apóstolos. Teriam errado, afirmou-se, procurando explicar ou justificar a providencia pombalina. Teriam tomado direção perigosa aos interesses momentaneos de Portugal. Estariam de plano para formar uma Monarquia Teocrática, o que certamente era conspirar contra os direitos mais legitimos lusitanos. Que se provou, porém, depois, de verdadeiro, em torno

a essas conclusões, divulgadas para comprometê-los e justificar os atos violentos de 1755?

Na Amazonia, os atos pombalinos não produziram os resultados que se imaginaram em Lisboa e na propria colonia. A exclusão dos Religiosos, Francisco Xavier de Mendonça Furtado tratou de aplicar novos métodos para manter o gentio em contacto com a civilização cristã. Serviu-se do Regimento das Missões para o conjunto de regras e artigos que organizou sob a denominação de «Diretorio» e mandou aplicar, inicialmente, à guisa de instruções ao comandante militar da antiga aldeia jesuitica de Trocano, que elevou a vila com o nome de Borba a Nova. Que resultados adviriam dessa orientação, aprovada por D. José I e louvada pelos que palmeavam o «iluminismo» ministerial?

Para dirigir os povoados que não obtiveram a mercê de um titulo de vila, Mendonça Furtado designou funcionarios civis que se deveriam encarregar de aplicar o «Diretorio» e zelar por seu êxito. (1) Para cuidar, porém, da formação espiritual dos povos desses nucleos e das vilas criadas, o Bispo Miguel de Bulhões instituiu as paróquias, para elas nomeando as autoridades religiosas necessarias. Dissemos necessarias. Não dissemos bastantes. Porque as dificuldades que surgiram para o preenchimento desses lugares não foram sem conta. Preliminarmente, não havia sacerdotes regulares em numero suficiente para a ocupação. Tudo quanto se vinha realizando em materia de Religião, no Estado, pesava aos hombros das varias Ordens que missionavam e convertiam. O clero secular era insignificante. Quasi que se resumia aos elementos que integravam o Cabido da Catedral. D. Miguel de Bulhões, que servia os planos de Pombal com sofreguidão, imaginou resolver o embaraço apelando para a colaboração das Ordens excluidas do mister cateuista. Seria uma solução?

A 5 de Fevereiro de 1757 houve junta no palacio do governo para estudar a situação. Estiveram presentes os Prelados das varias Ordens, o Bispo e o Capitão-General. Foi publicado

(1) A respeito desse e de outros sucessos, a correspondencia de M. F. é preciosa, estando divulgada nos Anaes da B. A. Estadual.

o Bando que declarava os índios livres da direção temporal dos Religiosos. Não houve protestos. Lavrou-se um termo, que recebeu a assinatura de todos os presentes, e consta do códice 1086, da seção de manuscritos da Biblioteca Pública Paraense. Era o principio da catástrofe (2).

A 10 do mesmo mês, por solicitação de Frei Miguel de Bulhões, realizou-se nova reunião, a que também compareceram os mesmos Prelados de Ordens. D. Miguel solicitou-lhes ajuda. Que fizessem seus subordinados permanecer nas paróquias que vinha de criar, na tarefa santa de trabalhar o espirito de lusitanos, mamalucos e gentio. Impunha-se ordem a bem dos mais legitimos interesses de Portugal e da causa da Igreja nessa tão distante e ainda tão bárbara colonia. O Superior dos Franciscanos da Provincia de Santo Antonio, o da Provincia da

(2) «Aos cinco dias do mes de Fevereiro de mil settecentos e sincoenta e sette annos nesta Cidade de Bellem do Pará no Coll.º de Santo Alex.º dos Relligiozos da Comp.ª de Jezus estando presentes o Exm.º e R.º Sr. Bispo D. Fr. Miguel de Bulhoens o Illm.º e Exmo. Sr. Governador e Capp.ºm Gn.ºl do Est.º Francisco Xavier de Mendonça Furtado o Dez.ºr Ouvidor g.ºl e mais Deputados da Junta: mandou o Illm.º e Exmo. Sr. Gn.ºl ler hum Bando, que tinha incerto, hum Alvará com força de ley de S. Mag.º emque digo de sette de Junho de mil settecentos sincoenta e sinco, emque o mesmo sr. Cassa, e tira aos Regulares a administração temporal que tinham nos Indios das Aldeias, e depois de lido o d.º Bando lhe intimou o mesmo Illm.º e Exmo. Sr. Gn.ºl da parte de S. Mag.º que nas aldeias se deviam concervar todos os bens, que dizem respeito ao comum das Missoens, expedindo os Prelados das Relligioens respectivãs ordens aos seus Relligiosos para assim observarem, enão cometerem algum excesso, Edecomo assim se fes o Referido fis este termo que todos assignaram e Eu João Ant.º Pinto da Sylva Secrta.º do Est.º por S. Magestade o escrevi

Declaração

Declaro que mais lhe intimou o mesmo Illm.º e Exmo. Sr. Gn.ºl que não só devam concervar nas Missoens tudo o que dis respeito ao comum dellas, mas também tudo o que pertence a Ornamentos e paramentos das Igrejas rezervandose so que tocar ao particular da Pessoa dos P.ºs Missionarios, e que os Prelados respectivos recomendassem efficassimamente os d.ºs Pes. Missionarios não fizessem ou admittissem alguas praticas aos Indios que fossem contrarias a esta Real determinação de S. Mag.º ficando por hua e outra correspondaveis a S. Mag.º aquem poderiam requerer no cazo que assim lhe parece justo de que fis esta declaração que todos assignaram e eu João Ant.º Pinto da Sylva Secret.º de Estado por S. Mag.º o declarey. R.º M. Bispo do Pará. Francisco X.ºr de Mendonça Furtado, Fr. Damazo de Loulé, Domingos da Piedade, Fr. Francisco de S.ª Thereza, Comiss.º da Conceição, Fr. Fran.º X.ºr da S.ª Prezid.ºte, Fr. Fran.º da Mag.ºda, Fr. Lino Jozé Freyre e comm.ºn Domingos Antonio e Pascoal de Abranches Madeira.

Conceição e o da Provincia da Piedade declararam obedecer às ordens de S. Magestade e atender ao pedido do Antístite. Já o Visitador da Companhia de Jesus, padre Francisco de Toledo, opoz restrições. Seus milicianos não podiam encarregar-se das paróquias senão na condição de coadjutores, nunca na de párocos, e sem sujeição ao Bispo. Leiamos, porém, o termo da Junta em que se passaram esses fatos, colhido ao referido códice 1086, da B. A. Paraense:

«Aos dez dias do mes de Fev.º de mil setecentos sincoenta e sete anos nesta Cidade de Belém do Pará no Palacio da Residencia do Illmo. e Exmo. Snr. Gnal. Capm. do Esto. Francisco Xavier de Mendonça Furtado, estando presente o Exmo. e Rmo. Fr. Miguel de Bulhões Bispo deste Bispado, o Dezembargador Intendente geral João da Crus Dinis Pinheiro, o Dezembargador Ouvidor geral Paschoal de Abranches Madr. e Dezembargador Juis de Fóra João Ignacio de Britto e Abreu e os Prelados Regulares das Relligions deste Estado e foy proposto pelo Exmo. e Reverendissimo Sr. Bispo, que sendo indubitavel competir aos Prelados Diocesanos na conformidade das Bulhas Pontificias especialmente do Smo. Padre Benedicto dessimo quarto que felizmente governa a Igreja de Deos e das repetidas ordens de S.M., a primeira expedida no anno de 1725, a segunda no de 1732, a terceira no de 1748, firmada pela Rial Mão do ditto Senhor e a quarta pelo Alvará comforça de ley de 1755 o qual o Illmo. e Exmo. Sr. Governador e Capitão-General deste Estado Francisco Xavier de Mendonça Furtado, mandou publicar nesta cidade, ajurisdicção de confirmar os Parochos Regulares das Aldeyas sendo nomeados e eleitos pelos seus respectivos Prellados, de os remover dos referidos Ministerios, parecendo conveniente e consequentemente de vizitar assim os Parochianos, como os dittos Parochos ficando elles sujeitos a correção dos sobreditos Prelados Diocesanos unicamente no que pertence ao Mi-

nisterio Parochial e devendo o mesmo Exmo. Reverendissimo Sr. Prelado desta Diocese exercitar a referida jurisdicção, o que dezejava executar com aquella prudencia e sucego, que era proprio no seu character, sem que houvesse a menor perturbação ou dezordem entre elle, e os Prelados Regulares lhes preguntava se suas Paternidades Mto. Rdas. tinham alguma Bulla Pontificia, ou ordem Real, que sustassem a execução das referidas Bullas e Ordens de S. Mage. ou se tinham outra qualquer duvida que suspendesse esta execução e Responderam uniformemente todos os Prelados Regulares que não tinham Ordem alguma contraria as determinaçoens, nem tambem selhes offreecia duvida em que S. Exa. Rma. as executasse na forma que ellas prescreveu. E propondolhe mais o Exmo. Rmo. Sr. Bispo, que devendo passar a ser Villas as Aldeyas que fossem mais Populosas na conformidade do refferido Alvará, nas quaes não deviam os Regulares exercitar o Ministerio de Parochos, porque conforme o mesmo Alvará S. Mage. só lhes premitia opoderem exercitar a jurisdicção de Parochos nas Aldeyas observandose aforma prescritta nelle, determinava, que estabelecidas as dittas Aldeyas em Villas pelo Illmo. e Exmo. Sr. Gnal. destinar-lhes Clerigos p.^a Parochos os quaes deveram assistir nas Cazas da Residencia dos Pc.^o Missionarios que athe agora exercitaram nas mesmas Aldeyas o Ministerio Paroquial, na mesma forma que tinha observado na Aldeya do Trocano que passou a ser Villa de Borba anova, e que nas Aldeyas, que não passassem a ser Villas estimaria S. Exa. Rm.^a muito que os Regulares seus Subditos ficassem exercitando o Ministerio de Parochos sugeitandose a sua jurisdicção na forma asima mencionada por esperar delles que desempenhariam as obrigaçoens dos seus Ministerios como benemeritos Filhos de tão Sagradas Relligiõens. Ao que respondeu o P. Vizitador e Vice Provincial da

Comp.^a Franc.^o de Toledo que de nenhum modo consentia que os seus Subditos ficassem exercitando o Ministerio de Parochos sugeytos a jurisdicção Episcopal mas que poderiam ficar naquellas Povoações exercitando unicamente o exercicio de Missionarios como coadjutores dos Parochos para o que reprezentou por escrito ao Illmo. e Exmo. Sr. General que fosse servido dar alguãs providencias precisas para subsistencia dos Padres nas refferidas Povoações, acuja representação não defferio naquelle acto o ditto Illmo. e Exmo. Sr. O Padre Commissario Provincial da Provincia de S. Antonio Fr. Francisco de Santa Thereza, o Padre Commissario Provincial da Provincia da Piedade Frei Damazo de Loulé, o Padre Regente da Provincia da Conceyção, Frei João de S. Thereza, e os Padres Frei Manoel Nicolao Roiz Religiozo de N. Sr.^a das Mercês, e Frei Francisco Xavier da Silva Religiozo de N. Sra, do Carmo, os quaes assistiram em nome dos seus Prelados mayores, responderam que não tinham duvida emque os seus Subditos ficassem exercitando nas Aldeyas o Ministerio dos Parochos, sugeitandose a jurisdicção Episcopal na forma que se tinha proposto. Declararam porém os tres refferidos Prelados do S. Antonio da Piedade e Conceyção que só se sugeytavam áditta jurisdicção interinamente emquanto, como Prelados Subalternos davam parte aos Prelados Mayores das suas Provincias para determinarem nesta parte o que lhes parecesse justo representando que se lhes tomasse este protesto que o ditto Illmo. e Exmo. Sr. General mandou se lhe escrevesse, ede como assim se propos e respondeu, foi este termo que todos assignaram, eu João Antonio Pinto da Sylva Secretario do Estado por S.Mage. escrevi.

R. M. Bispo do Pará.

Francisco Xavier de Mendonça Furtado.

Francisco de Toledo.

Fr. Damazo de Loulé.

João da Crus.

Fr. Francisco de S. Thereza.

Fr. João de S. Thereza.

Paschoal de Abranches da Madr.^a

A recusa dos Jesuitas, num momento tão difficil para a propria Companhia, não só trazia difficuldades para a organização dos serviços ecclesiasticos na Amazonia, como agravava a má vontade que já cercava a gente de Loyola nos circulos officiais. E assim foi.

Expedida informação pelo Capitão-General e pelo Bispo às autoridades maiores em Lisboa, a irritação de Pombal cresceu, vindo ordens terminantes para punir os elementos considerados nocivos à nova ordem que se queria estabelecer no extremo-norte do Brasil. (3) Era o primeiro golpe. Por seu turno, Mendonça Furtado despachara negativamente, ainda em 10 de Agosto, uma petição do Visitador Geral e Vice-Provincial dos Ignacianos, o padre Francisco Toledo, que desejava, entre outras coisas, saber se na condição de coadjutores do Prelado, «dizendo Missa, confessando e comungando os Feis, quer no tempo das Quaresmas (mas não tomando conta das desobrigas, que he officio proprio de Parochos), quer fóra delas ajudando abem morrer aqueles para que forem chamados, aconselhando inforo Poli aqueles que para isso os buscarem, fazendo doutrinas manhãs, e à tarde na Igreja aos que quizerem, ali onde se obrigarem a acudir, tendo escolas públicas para os meninos que concorrem a elas, e fazendo tudo o mais, que for ministerio proprio da Companhia, o que tudo estão prontos a exercitar, sem se intrometerem no officio de Paroco, pór serviço de Deus e de S. Magestade, lhes ade V. Exa. mandar dar tudo o que pertencer a sua comoda sustentação, e dos serventes que precisamente necessitarem assim como eguisamente das suas Igrejas, como vinho, cera, e hostias, e o mais de que carecem correndo os anos, como até agora tiveram...» Despachara secamente: «Visto o Rd.^o suplicante declarar, que não sugaitava os seus

(3) Suas ordens, como a correspondencia de Mendonça Furtado, constam de varios códices da B. Paraense.

Religiosos ao exercicio de Parocos, quando se lhe pediram Missionarios, se lhe deram as providencias necessarias...»

Era a negativa de acordo, que parece advinhar-se da petição do Missionario, de certo compreendendo em tempo o passo comprometedor da declaração feita na assemblea palaciana.

Já não ocorrendo o mesmo com os outros Religiosos, mais maneirosos, mais plasticos no trato das coisas officiais, os quais, como vimos, se não correram ao encontro do convite do Bispo, não se afastaram do caminho mais habil no momento, consequencia foi a utilização immediata deles, nas parochias que D. Frei Miguel de Bulhões começou a organizar. Pouco depois, porém, os Padres da Piedade foram mandados retirar do Estado. Os Frades da Conceição receberam ordem para trasladar-se ao Maranhão, onde tinham convento. E os Mercedarios ficaram sob vigilancia. Eram estrangeiros. Não tinham casa em Portugal. Sobre eles devia descer certa reserva, para evitar aborrecimentos futuros. (4)

Tanto o Capitão-General como o Bispo, em correspondencia com Pombal, haviam acusado os Jesuitas de estarem a despojar as igrejas das aldeas e demais estabelecimentos que mantinham no interior da Amazonia, de imagens, alfaias e outros objetos do culto. Tanto o Capitão-General como o Bispo, movendo-se em providencias, procuravam impedir que se consumasse o que lhes parecia um atentado aos interesses do Estado e da Religião. De Lisboa, a 5, 21 e 22 de Agosto de 1757 chegaram ordens e louvores ao Antistite pela maneira porque enfrentara a situação, aplaudindo-lhe as medidas contra os Ignacianos. Não foi só. Comunicou-se-lhe, a 1 de Agosto de 1758, que viriam novos Religiosos para ajudá-lo na tarefa ingente da reorganização ecclesiastica da Amazonia. Seriam dez Frades de Santo Antonio, que o Superior, frei Francisco da Rosa, enviava com congruas pagas pela fazenda real. Deu-se-lhe, nesse mesmo diploma, um programa para as relações entre as Ordens que ficavam operando no Estado e o Bispado. E a 14 do mesmo mês e ano, concordava S. M. com as sugestões de Frei Miguel quanto a

(4) Ordem Regia de 14 de Agosto de 1758. Códice 668, da B. A. do Pará.

haver apenas um convento de cada Ordem na capital, pagar a fazenda pública congruas aos Religiosos, que ficavam impedidos de qualquer operação de natureza mercantil, e passarem, finalmente, todos os demais estabelecimentos, dos antigos missionarios, como hospitais, e «outros usos pios»... à utilização oficial.

Frei Miguel, servindo a Pombal e na verdade também às coisas da Igreja, estava vencedor. Ao tempo em que se empossara no Mitrado, encontrara apenas seis freguezias em todo o Estado. Transformando os nucleos de catequese em freguezias, elevava-as a noventa e uma. E completando o trabalho em que se empenhava criava na hinterlandia, no territorio do Alto Amazonas, que a politica pombalina organizara como Capitania de São José do Rio Negro, uma Vigararia Geral, confiando-a ao reverendo José Monteiro de Noronha.

A 18 de Junho de 1760, S. Magestade aprovou a criação da Vigararia e a nomeação de Noronha, mandando conceder-lhe a congrua de 240\$000, que lhe atribuiria o Bispo, a ser paga pela Provedoria da Fazenda Real. A 10 de Abril, já mandara que as «Igrejas, Colegios, e noviciados, que forem cazas puramente religiosas e imediatamente dedicadas ao Culto Divino, Exercicios Espirituaes serão entregues a administração do Bispo dessa Diocese, ou quem seu cargo servir, na forma que tenho determinado». Como dois anos antes, em 1758, mandara dizer ao Prelado: que louvava «o ardente zelo, e fervorosa atividade, com que tem acrescentado hu tão grande numero de Paroquias a essa Diocese, com tão distinto serviço de Deus, e de S. Magestade».

A obra da organização da Igreja na Amazonia, fixada nos seus fundamentos por Frei Miguel de Bulhões, foi continuada por D. Frei João de São José e Frei João Evangelista Pereira, que encontraram dificuldades tremendas a vencer. Não havia clero para as freguezias. Não havia Religiosos seculares para substituir o clero regular. O Seminario de Belém, mantido por ordem regia, não produzia frutos, como se esperava. Não havia, de outro lado, recursos financeiros para manter o culto com a dignidade necessaria.

O Capitão-General Ataíde Teive, por exemplo, descrevendo para o Reino a situação angustiosa que se vivia na Amazonia

no tocante à vida espiritual, dizia: «A falta de sacerdotes, que se experimenta para parochiarem nas Vas., e lugares deste Bispado tem sido ocasião de se empregarem neste santo ministerio alguns menos habeis, e outros que pelos seus vicios, não deveriam ser mais occupados nelle, mas como he menos mau confiar as Igrejas de Sacerdotes deffeituzozos na esperança de que se emendarão, e do que tirar absolutamente o pasto espiritual às almas que o tem recebido, costuma o Vigario Capitular, remover de humas para outras Igrejas os que são culpados, ou de que tem menos boa informação, e isto que parece providencia, pode vir a ser ruina das mesmas almas, principalmente dos Indios, porque vendo prevericando o mesmo que os instrue nos dogmas da fé, e que os deve edificar, e persuadir com o exemplo, nenhum conceito farão das suas doutrinas, que por desgraça lhes são novas.

As tres Religioens de Nossa Senhora do Carmo, Nossa Senhora das Mercês, e Santo Antonio, tem suprido de forma, que se acham os Conventos sem Religiozos a celebrar os officios Divinos.

Da Sé tem sahido alguns Conigos, e Beneficiados, para servir de Parochos: os mais Sacerdotes, morreram huns, outros estão susepnsos, e prezos por culpas que não admitem desimulação. S. Magestade sendo-lhes presente o referido, mandará prover o que for do seu Catholico, e Real Agrado.»

Frei João de São José, nos diarios de viagens que realizou pelo interior, observou e assinalou a situação delicada que foi encontrando. Era tristissima a condição das paroquias, onde as igrejas ameaçavam ruina, dado que não se lhes assistia com recursos para conserva-las decentemente.

No alto Rio Negro, na região das cachoeiras, onde havia grandes riscos para os interesses territoriais de Portugal, ante a constante penetração e os propositos de evidente imperialismo demonstrado pelos hespanohes, sentia-se a necessidade imperiosa de acautelar esses interesses com o equipamento militar defensivo ou mesmo ofensivo, e o equipamento religioso sobre o gentio, que se deixava levar pelas seduções perigosas dos vizinhos. Fez-se fortificação nas melhores situações. Mas não se pode de pronto mandar a ajuda religiosa, tão urgente como aquela

outra. Foi necessario um esforço muito grande de parte das autoridades religiosas, em ação conjunta com as autoridades civis, para que se conseguisse sacerdote para tomar a seu cargo as freguezias da fronteira e a catequese do natural. Aliás, na Vigaria do Rio Negro essa falta de sacerdotes era em parte suprida pelo respectivo Vigario Geral, nas desobrigas que realizava.

Por todos os lados, compreendia-se que se carecia de remedio pronto, repido, seguro. Mas onde buscar esse remedio?

Numa relação, oferecida à consideração do governo reinol, em 1768, relação das «Igrejas, ou Paroquias do Bispado do Pará, pela qual consta o Numero, Nomes, e suas situaçoens: As providas de Parochos Collados, os nomes de cada hum dos existentes: As que estão exercitadas por encommendados: A razão porque não as servem os Proprietarios, os nomes destes, ahonde, e que tempo ha se acham auzentes», o Governador Athayde Teive como que completou aquela informação que transcrevemos atraz. Porque a relação era um indice impressivo do grao de enfermidade que padeciam as coisas eclesiasticas no vale.

Dezoito anos decorridos, a situação não perdera aquela côr de decadencia que estamos acompanhando. O Bispo Frei Caetano Brandão, recorrendo à magnanimidade de D. Maria 1.^a, confessava-lhe a miserabilidade que assaltava a Diocese, cujas igrejas, capelas, paroquias caminhavam para um fim triste se S. Magestade não mandasse o socorro que implorava. E depondo a respeito, o Capitão-General Martinho de Souza Albuquerque confirmava o que o Prelado afirmara. Aliás, pouco antes, de iniciativa propria, expuzera a realidade espiritual do Estado numa peça que vale ler-se para uma ideia integral do que ocorria.

Em fins do século XVIII, (1790), o panorama não desanuviara. Fale a respeito outra relação referente às condições precarissimas que atravessavam as igrejas e capelas de toda a região, constante do codice 897, da seção de manuscritos da Biblioteca Paraense, onde temos buscado a documentação sobre que se firma esta memoria. Oitenta e quatro templos careciam de alfaias, careciam de reparos urgentes. A obra de Frei Miguel de Bulhões e seus sucessores fora trabalhosa e de resultados um tanto precarios.

A EXPERIENCIA REALIZADA DEPOIS DOS JESUITAS com relação ao trato do gentio foi tentada através a execução do programa contido no Regimento do Directorio, a principio instruções que Francisco Xavier de Mendonça Furtado organizou, — colhendo textos e observações no antigo e precioso Regimento das Missões, decretado para uso nas zonas de catequese, — e expediu aos diretores que nomeou para os povoados não elevados a vila. Ele proprio, falando para Lisboa a respeito desse Regimento, escreveu: «Das ordens que expedi aos ditos Directores, faço presente a V. Magestade a copia nellas incluy as que conthem no Regimento das Missões e dizem respeito ao proveito e utilidade dos Indios».

Anteriormente, Mendonça Furtado, confiando os negocios de Borba, vila creada por ele no vale do Madeira ainda em 1757, ao tenente Diogo Antonio de Castro, fixara-lhe os limites de suas atribuições, num texto que em linhas gerais seria o Regimento a que nos vimos referindo.

Decorria desse Regimento uma serie bem ampla de imperativos aos homens aos quais fosse attribuida a direcção dos povoados. Entre outras coisas, toda a vida do gentio estava ali condicionada, inclusive o seu acesso a uma civilização à ocidental, se é que se poderia chamar de vida à ocidental aquela que se vivia nas terras e aguas da Amazonia barbara. Esses homens seriam catequistas civis, funcionarios do Estado, encarregados de animar o trabalho, dar-lhe a disciplina necessaria, sempre pesando sobre o braço nativo a grande empreza da criação economica.

Esses diretores, recrutados no seio da soldadesca e dos elementos que tinham vindo para a colonização e por qualquer motivo não obtinham o exito esperado, recebiam ordenados pagos pelas Provedorias das duas Capitancias que integravam o Estado. Tinham garantias. Como senhores de baração e cutelo,

podiam realizar as operações que julgassem de utilidade para o crescimento de núcleos e bem estar das respectivas populações. O Regimento limitava-lhes, de certo modo, a atuação. Limitação reduzida aos trezentos impressos que circularam, vindos de Lisboa, pois na realidade a liberdade tropicalíssima, que caracterizou toda a inteligência e execução dos textos da legislação decretada para o ultramar, autorizou o rompimento dessa limitação, entregando aos diretores poderes que não lhes haviam sido conferidos.

Mendonça Furtado ouvira o Bispo Frei Miguel de Bulhões, que lhe comunicara a sua sabedoria no tocante às coisas da região, produto de um contacto mais longo com os homens e o meio geográfico. Só depois de ter meditado longamente, pensando os prós e contras, é que se decidira a baixar as instruções, de que esperou os resultados mais espetaculares.

A darmos credito em suas palavras para a Corte, um sucesso magnifico veio trazer-lhe, de logo, a certeza de que seu plano frutificaria otimamente: as povoações animavam-se, a produção crescia, as rendas dos dizimos tomavam vulto. Os diretores, numa diligencia admiravel, entravam a trabalhar com vontade de acertar e provar o acerto da escolha que o Governador lhes fizera do nome. Vejamos por exemplo a carta de 18 de Novembro, em que fala cheio de entusiasmo no acrescimo dos dizimos, arrecadados nas povoações, progresso financeiro que ele attribuia ao «novo methodo que Sua Magestade foi servido mandar dar para o governo das referidas povoaçoens...» Veja-se, no mesmo sentido, a carta de 22 de Novembro de 1757.

Mal, porém, sahira do Estado, regressando à Europa, onde serviria na direção das coisas do ultramar, começaria a evidenciar-se que o programa não se cumpria, mesmo porque a gente mandada para as povoações não estava à altura do emprego.

Clamando contra a desordem que campeou nos povoados, onde os nativos se recusavam ao trabalho disciplinado, onde os diretores praticavam os maiores atentados à liberdade do gentio e aos interesses economicos da patria, servindo-se violentamente do bugre para satisfazer seus instintos vorazes, o Capitão-General Manoel Bernardo de Mello e Castro, substituto de Mendonça, pessoa da mais absoluta confiança de Pombal, denunciou o

fracasso da empresa. Foi de uma claresa e sinceridade que espantam, atendendo-se ao tempo em que ocorriam tais fatos.

Seus sucessores não se cançaram de insistir nas mesmas afirmativas e denúncias, tentando, como ele, coibir os abusos e evitar males maiores. Para tal puniram diretores, ezerceram fiscalização mais ou menos rigorosa, deram novas e mais vivas e claras instruções. Nada adiantou.

Em 1778, o Ouvidor e Intendente do Comercio, Agricultura e Manufatura da Capitania de São José do Rio Negro, dr. Antonio José Pestana da Silva, em longo memorandum, dirigido ao Rei de Portugal, oferecia um libelo tremendo contra o sistema, ruinoso, improdutivo, documentando as acusações, que fez contra os diretores, com casos, episodios, que elucidavam e retratavam fielmente a vida amazônica.

Seguiu-se-lhe outro Ouvidor, o dr. Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio, que feriu a mesma tecla, apontando acremente os desmandos dos diretores e a decadencia que se observava por todos os lados.

Em Portugal, já S.M. se fizera informado do que ocorria. Em 23 de Dezembro de 1762 dissera, de Lisboa, a Manoel Bernardo de Mello e Castro que os diretores pegados em falta deviam ser de logo submetidos a devassa e uma vez encontrados em culpa, sentenciados como descaminhadores da fazenda real pelo juizo que funcionasse no Estado.

Nenhum depoimento fora tão impressionante, porém, como o de Manoel Bernardo, datado de 14 de Outubro de 1763, a proposito de uma exposição do Ouvidor do Rio Negro acerca dos negocios daquela Capitania: não havia onde escolher diretores. Se todos os civis e militares do Estado, solteiros ou casados, eram da mesma bitola!

Pelo Directorio, os diretores deviam, como os Ouvidores e mais autoridades civis, fazer o descimento do gentio que se recolhia aos altos rios, fugindo ao contacto com o cristão europeu. Expedições, de que faziam parte em numero connsideravel e quasi total os nativos já amansados dos povoados, subiam os cursos fluviaes, procurando a gentilidade por meios suasorios e transferindo-a para esses nucleos a que se pretendia dar ares menos primitivos, menos rusticos. Os descimentos eram, porém,

mais agarramentos que descimentos. Porque o indio só raramente atendia ao convite dos sertanistas oficiais e o resultado era o emprego da força para arrebanhá-lo dos matos. Uma vez nas povoações, não se fazia a catequese suave que tinha sido a maior conquista dos Religiosos. Consequencia immediata era a fuga do catecumeno e a desmoralização gritante dos métodos officiais.

Aos poucos, foi cristalizando a idéia de que havia necessidade de mudar-se de direção, riscando novos rumos, entendendo-se o problema da aclimação do nativo às condições novas de vida, a que desejavam traze-lo, por um prisma mais aproximado da catequese religiosa. Seria um regresso? Seria uma confissão de fracasso total, de incapacidade?

Enquanto durou a ditadura pombalina, não se teve coragem para cogitar de novamente buscar a experiencia e a doçura dos catequistas de batina. O que não quer dizer que se não houvessem socorrido as autoridades, de quando em vez, desses soldados da Igreja para os misteres ingratos da conversão do bugre. Operação, já se vê, realizada com as cautelas bastantes, entre elas a de não confiar ao sacerdote os poderes amplos que ele conhecera no ciclo missionario.

Assim, em 1758, quando seguiu para o Rio Negro, onde foi exercer as funções de Vigario-Geral, o dr. reverendo José Monteiro de Noronha recebeu a incumbencia de tratar com o gentio, afeicioná-lo aos europeus, conduzi-lo ao caminho da igreja catolica. Depois, mandando-se vigarios para as zonas das cachoeiras do Rio Negro, confiou-se a eles o mesmo encargo, como se pode verificar da documentação que se conserva na seção de manuscritos da Bibliotheca Paraense.

Por fim, com o advento de D. Maria 1.^a, cujo governo foi uma preocupação constante de por abaixo quanto viesse do periodo pombalino, mais que provada a inutilidade do Directorio e a necessidade de apelar para os Religiosos, o Capitão-General Francisco Inocencio de Sousa Coutinho propoz a revogação do estatuto. Para o bem estar da gentilidade. Para o bem estar do proprio Estado. Para o bom nome de Portugal. A lei de 12 de Maio de 1798, decretada por D. Maria 1.^a, satisfez o apelo de Sousa Couinho. E entre outras medidas, mandou que

se voltasse aos empreendimentos missionarios, aconselháveis por todos os titulos.

Foi, porem, sob o conde dos Arcos, D. Marcos de Noronha e Brito, que se voltou a solicitar, às Ordens Religiosas, cooperação para vencer os obstaculos de toda monta que tinham feito mangrar tão desastrosamente o sistema leigo de trabalho e de conversão do gentio.

Autorizado a esse passo pela legislação de D. Maria, D. Marcos procurou a ajuda eficiente e proclamada dos Carmelitas. No Estado, a essa altura, apenas se encontravam duas Ordens: a dos Carmelitas e a dos Franciscanos de Santo Antonio. Os Mercedarios tinham sido mandados recolher ao convento do Maranhão, incorporando-se seus bens ao patrimonio oficial. Os Franciscanos possuíam gente. D. Marcos, aliás, tivéra deles impressão pouco boa, decorrente da attitude que vinham assumindo num incidente em que o Bispo era parte. Os Franciscanos estavam de partido formado contra o Antistite, encabeçados pelo guardião do convento, frei José da Rainha Santa. (1) Daí, D. Marcos ter preferido os Carmelitas, que se mantinham, em todos os sucessos, que de longa data agitavam o Estado no tocante às coisas espirituais, com uma retidão apreciavel.

A 19 de Outubro de 1803, apresentara-se-lhe o Principal dos Mundurucús, solicitando proteção para sua gente que se algarismava em oito a dez mil individuos. Só no povoado de Santa Cruz, situado naquele rio, já se achavam, em relações pacificas com os colonos, cento e dezoito deles. Queriam incorporar-se ao catolicismo, pedindo padre que os fosse catequizar.

D. Marcos, em relatorio ao Visconde de Anadia, expôs circunstanciadamente o fato, comunicando que ia aproveitar de logo o gesto dos Mundurucús para convocá-los à comunhão lusitana e à verdade da igreja catolica. E ouvindo o Prelado, conseguiu que lhe fosse posto à disposição o Prior dos Carmelitas, frei José Alvares das Chagas, que já operava nas paróquias de Tabatinga e Tefé, então vila de Ega.

Entre o Tapajós, o Madeira, o Maués e o Amazonas estavam as malocas dos Maués e dos Munducurús. Constituia a

(1) Codice 704, da B. A. do Pará.

região, na geografia, a Mundurucania. Já se nucleavam esses nativos em Luzéa, Abacaxis, Canumã, Tupinambarana e Juruty, obra iniciada no governo do brigadeiro Lobo d'Almada. Mas entre os diretores dos povoados, José Pedro Cordovil e José Rodrigues Preto, abriu-se tremenda luta que estava prejudicando todo o esforço para a pacificação.

Frei José, a 2 de Março de 1804, recebeu instruções de D. Marcos para a ação evangelizadora e para a obra de congregamento de que ficava incumbido junto aos dois diretores. O gentio devia ser conduzido dentro do regimen da disciplina católica e do trabalho agrícola organizado. Nada de correrias pela selva, à colheita das especies vegetais nativas, as famosas «drogas do sertão». Nada de excessos, de liberalidades prejudiciais. Nada de trato aspero (2).

Frei José meteu hombros a empreza com vontade de acertar. E se fez, em breve, credor da estima dos selvicolas e dos demais habitantes das redondezas. Só não conseguiu exito no empreendimento diplomatico junto a Cordovil, animo impetuoso, irascivo, descontente com a presença do Religioso, que lhe tirou todo o poder de que usava e abusava em favor de seus interesses mercantis.

A correspondencia do Carmelita, conservada em original em varios codices da Bibliotéca Paraense, seção de manuscritos, permite acompanhar todo o cometimento que por vezes conheceu seus aspetos difíceis, ante a voracidade de colonos e a má vontade de autoridades municipais ou autoridades superiores da Capitania de São José do Rio Negro. A todo momento Frei José apelava para a intervenção dos governantes paraenses, afim de que a obra em começo não ruisse como as anteriores. E, verdade seja proclamada, jamais ajuda lhe faltou. Ajuda, já se vê, constando de observações às autoridades que embaraçam a marcha da catequese e garantias ao missionario no seu santo mister.

Frei José, animado da melhor boa vontade, seguro de sua missão fraterna, colocou-se acima dessas tricas locais. Pela Mundurucania, assinalou-se num conjunto de atividades que lhe deram

(2) Essas instruções constam da monografia «As origens historicas de Parintins», do autor deste ensaio.

realmente uma ascendencia especial sobre toda a gentildade daquela região. Alcuñharam-no, em consequencia dessa obra notavel, o «Anchieta da Mundurucania». Realmente nenhum titulo lhe ficaria melhor, dada a conquista que realisou, conseguindo incorporar suavemente uma multidão imensa à sociedade que Portugal procurava constituir com tanto esforço no extremo norte do Brasil.

Frei José, antes da segunda decada de XIX recebia, porém, comissão mais ampla, de responsabilidades maiores: a direção de todas as atividades de catequese no Alto Amazonas, raio de ação e conjunto de obrigações que eram a resultante da confiança que depositavam as autoridades em seu ministerio. Com o titulo de Prefeito das Missões do Rio Negro, isto é, da Capitania de São José do Rio Negro, hoje o Estado do Amazonas, Frei José passou a ser uma das maiores figuras locais, assumindo encargos que até então tinham estado confiados ao Vigario Geral da Capitania como já vimos em trechos atraz.

No restante da Amazonia, havia, porém, outras multidões de nativos que exigiam a intervenção dos missionarios católicos. D. Manoel de Almeida Carvalho, às voltas com o desenfreimento de seus inimigos, que não vacilavam nos meios mais censuraveis para ferir-lhe a dignidade episcopal, só muito difficilmente pedia ocupar-se com esse aspeto da vida espiritual de sua Diocese. Embora, não se desinteressou do assunto, cooperando na medida das possibilidades da Diocese para o exito que se desejava. As Ordens Carmelitana e Franciscana, ao se aproximar a éra dos entreveros liberais, não dispunham de gente em porção bastante para o santo mister. A iniciativa do Estado, regressando ao sistema da catequese religiosa, corria o perigo de mangrar quasi ruidosamente à falta de elemento humano mobilisavel. Aliás, as condições de toda a igreja católica no vale eram manifestamente dificeis: os templos careciam de reparos urgentes, as paróquias conheciam difficuldades tremendissimas. A boa vontade do Antistite não supria as necessidades gritantes que se apresentavam.

Depois do periodo missionario, como vimos nas paginas deste ensaio, a Amazonia não conhecia a prosperidade esperitual que Pombal imaginára e D. Frei Miguel de Bulhões sonhára.

O CICLO HISTORICO que se abre na Amazonia com o advento do liberalismo como formula politica, assistiu igualmente a um retorno consciente à velha formula da catequese intensiva e da ação penetrante dos Religiosos na obra de civilização do extremo-norte. D. Romualdo de Souza Coelho, primeiro Bispo paraense, educado pelos Mercedarios, inteligencia e dignidade sempre a serviço de sua terra, foi o propulsor desse movimento. Ascendendo o Mitrado numa fase de trepidante partidarismo politico, quando a familia amazonica se dividia em bandos agitadiços, ezaltados, D. Romualdo atuou com o sentido imediato do restabelecimento do equilibrio social, ao mesmo tempo que procurava atender os outros problemas espirituaes da região. O clero de que dispunha estava, na sua quasi totalidade, contaminado pelas novidades liberaes. O Seminario de Belem não era procurado pela mocidade senão para a ilustração comum. De fóra, não vinham sacerdotes. E os poucos sacerdotes estrangeiros que havia, esses mesmos se viam cercados de desconfiança, como suspeitos às condições politicas novas que o Brasil vivia (1).

D. Romualdo, com uma serenidade que constitue a excepção desse momento de paixões desenfreadas, esforçou-se por salvar o seu clero da desordem espiritual, de certo modo ainda um resto da influencia do «Catecismo de Montpellier», mandado adotar na Diocese pelo Bispo D. Frei Miguel de Bulhões. Por outro lado, cooperando com a administração imperial, que comprehendera que os contingentes nativos só poderiam ser trazidos à comunhão nacional pela ação dos missionarios, reorganizou os serviços de catequese que, já em 1833 contavam com doze missionarios trabalhando no Tocantins, no Tapajós, no Jary, no Xingú, no Maués, no Madeira: Frei José Alves das Chagas,

(1) Constavam, em 1838, de nove portugêses e 2 hespanhóes.

Raimjundo Sanches de Brito, Raimundo da Pureza, Bernardo de Sena e Souza, Gaspar de Siqueira e Queiroz, Carlos Ramalho, Frei José dos Santos Inocentes, Antonio Gonçalves, Inacio Guilherme da Costa, Frei Joaquim de Santa Luzia, José dos Santos Prazeres, João Pedro Pacheco.

As condições geraes da Diocese, com um territorio imenso, recursos financeiros insignificantes, obrigações multiformes, eram as mais precarias. Por um relatorio apresentado ao Presidente Soares de Andréa, em 12 de Janeiro de 1838, pelo conego Raimundo Severino de Matos, compreende-se a gravidade do problema espiritual: havia tres vigararias geraes: a da capital, a do Baixo Amazonas e a do Alto Amazonas. A primeira, com trinta e sete paroquias, das quaes sete não tinham parocos; a segunda, com vinte quatro paroquias, sendo que sete desservidas de parocos; a terceira, com vinte nove paroquias e uma missão, das quaes desenove estavam sem parocos.

«O Gentilissimo, que occupa os centros, e as margens de diversos grandes rios, por um calculo aproximado, talvez exceda a cem mil. Só hum numero sufficiente de bons Missionarios, auxiliados, e protegidos pelo Governo, poderão levantar esta rica porção do Imperio do abatimento em que se acha; e porque dez Sacerdotes, que são actualmente os que tem a Comarca, não podem socorrer, como convem, a trinta parochias, despersas por toda a extensão daquelle territorio.

Não se pode contar com huma Igreja pingue; pelas horrorosas catastrophes que tem soffrido esta Provincia: quasi todas se achão arruinadas, poucas soffríveis, com muita falta de paramentos, e alfaias, mormente depois que a Fazenda Nacional deixou de contribuir com cal e mesmo mantimentos para a construção e reparos das igrejas parochiaes; quando a piedade dos Fieis se empregava nestes sagrados objetos. Tem de congrua cada vigario 200\$000» (2).

(2) Divulgado, esse «Relatorio», em Arthur C. F. Reis, «D. Romualdo de Souza Coelho, escorço biografico», Belém, 1941.

Nos vinte anos de seu Bispado, D. Romualdo não descançou um momento na faina de espiritualisação de seu rebanho. Visitando o interior, conclamando os povos à paz politica, à fraternizaçào, sem a qual não poderia haver progresso, diligenciou, indiferente às restrições que lhe faziam, conseguindo vencer hesitações, dominar paixões, impedir que na guerra civil da cabanagem, que durante cinco anos assolou a Amazonia, a cidade de Belém fosse destruida pelo incendio, ateado pelos rebeldes.

A cabanagem, aliás, era uma consequencia do abandono espiritual em que viviam as populações do vale. Recrutada, grosso modo, nas fileiras tapuias que cresciam ao deus-dará, essas populações precisavam do amparo do missionario que as conduzisse, que as salvasse da barbaria a que estava descendo. As companhias de trabalhadores, as diretorias de indios, confiadas a civis, tentativa de que se valera o poder publico para restabelecer a disciplina e salvar os restos indigenas, não produziam os efeitos desejados. Durante as refregas da cabanagem, os sacerdotes que não se tinham deixado envolver nas malhas do desatino partidario, eram justamente a voz obedecida para a quietação que se conseguia. Alguns até, como Prudencio das Mercês e Manoel Antonio Sanchez de Brito, caudilhos legaes, valiam à ordem pelo prestigio que desfrutavam sobre os contingentes humanos do Baixo Amazonas e do Tocantins. Como anteriormente, no preparo da consciencia civica amazonica para a independencia, outros, como Batista Campos, Silvestre Antunes Pereira da Serra tinham sido a eloquencia e a ação mais viva, mais real.

O sucessor de D. Romualdo, D. José Afonso de Moraes Torres, continuando seu esforço moderador, sua ação educativa e civilisadora, visitou a hinterlandia, fundou os seminarios de Obidos e Manaos, reforçou a obra missionaria, cooperou, pela palavra e pelas instruções que expediu ao clero, com as autoridades civis no empenho de soerguimento moral, como capitulo da obra de soerguimento geral da Provincia a que todos estavam dedicados. E' que, finda a guerra civil, a Provincia tratava de reconstruir-se, pois o que padecera e as condições de pobreza a que descera tinham qualquer coisa de espetacular.

Fazendeiros, por exemplo, que possuíam, no Baixo Amazonas, duas a tres mil cabeças de gado, se viam reduzidos a meia duzia de exemplares. D. José Afonso, homem culto, dedicado aos seus misteres, foi assim uma contribuição preciosa para a reconstrução da Amazonia, animando as populações a que levava o seu conforto.

No periodo de sua administração eclesiastica, o ato governamental de 24 de Junho de 1845, que reorganizou os serviços de pacificação dos povos gentílicos a cargo de diretores civis, não excluiu a intervenção dos missionarios catolicos. Reduzidos, todavia, a seis, Antonio Felipe Pereira, Frei Pedro de Ceriana, João Martins de Nine, Frei Egidio de Garesio, Frei Manoel Procopio do Coração de Maria e Estulano Alexandrino Gonsalves Baião, que operavam, respectivamente, no vale do Rio Branco, no Andirá, no Japurá, Iça, Tonantins, Rio Preto, alto Tocantins e Araguari, esses heroes da fé produziam com o mesmo fervor que os catequistas da fase colonial. Em 1851, na «Fala» dirigida ao legislativo provincial, o presidente Fausto Augusto de Aguiar referia-se aos 33 diretores nomeados e aos 6 missionarios em atividade. Aqueles dizia, «nenhum serviço têm absolutamente prestado», enquanto os sacerdotes agiam com resultados animadores bem visiveis.

E' preciso assinalar aqui que varios presidentes da Provincia, como o Barão de Bagé e o brigadeiro Machado de Oliveira eram adeptos da ação missionaria para a civilização das multidões indigenas. Inaugurando a Provincia do Amazonas, João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha recordava, ano de 1852, o que fôra a obra dos catequistas coloniaes e expunha ao governo imperial as condições de miseria que viviam as populações da nova unidade administrativa do Imperio, principalmente as que se domiciliavam na região do Rio Negro, outrora prospera quando ali tinham trabalhado os Carmelitas. E advogava, calorosamente, a vinda de missionarios que realisassem a incorporação dos grupos indigenas ao gremio da civilização e à familia politica do Imperio. Aliás, a nova Provincia fora creada em parte para aparelhar a hinterlandia amazonica em face de sua extensa e cubiçada fronteira, justamente onde se encontravam

os maiores contingentes gentílicos. A incorporação desse gentio à sociedade imperial era, assim, uma medida política imperiosa.

Mas a falta de sacerdotes para os encargos missionários era gritante. Demais, ao clero se exigiam, então, por suas condições de superioridade cultural, obrigações as mais variadas. Nas escolas abertas nas vilas, o clero dava o maior contingente de professores. Em 1851, por exemplo, entre trinta e quatro mestres, no Pará, havia onze padres; os demais, civis, tinham sido educados no Seminário de Belém. Em 1860, no Amazonas, dos desenove professores que trabalhavam em toda a Província, onze eram padres. No tocante à vida política das duas Províncias, também se pedia à Igreja uma contribuição forte. Assim, em 1838, quando se instalou a primeira assembleia legislativa provincial, no Pará, em vinte oito deputados dez eram sacerdotes. Um Frei José dos Santos Inocentes, que missionara no alto Madeira e no alto Rio Branco, estabelecêra aldeamentos no Caratirimani, participara das comoções cívicas autonomistas de 1832, no Amazonas, dera o larme contra a penetração britânica no vale riobranquense, vigia da pátria, ao mesmo tempo que congregava a gentilidade na fronteira cubiçada, articulava a defesa face os perigos da incursão estrangeira, realizada por intermédio de sacerdotes protestantes.

Um Nicolino José de Souza, que vivia entre Faro e Obidos, educado em Paris, nativo, metia-se pelas águas do Trombetas e de seu afluente Cuminá, a descobrir os campos naturais que se escondiam nos vales daqueles cursos fluviais. E em três expedições, conseguia revelar-los ao mundo, nas páginas de um roteiro que tem sido esquecido pelos que escrevem acerca dos que contribuíram para o conhecimento da geografia brasileira.

A Amazonia, na barbárie social e espiritual que ainda a caracterisava, precisava evidentemente da contribuição da Igreja para sua perfeita integração ao patrimônio da civilização. Sua população, seus costumes, suas melhores feições econômicas e sociais revelavam o predomínio fortíssimo das culturas nativas, que precisavam ser aproveitadas convenientemente. A Igreja não podia fugir ao seu destino de ser a grande força capaz de realizar essa conquista. Porque, sem a conquista espiritual, todos os esforços surtiriam apenas efeitos momentâneos.

Nos Relatorios dos Presidentes do Pará e Amazonas, nos diarios e descrições de viajantes illustres que visitaram o vale nesse periodo historico, em todas as paginas que então se escreveram, numa unanime visada acerca das suas condições existenciaes observava-se o imperioso de medidas que, a muitos aspectos, só os sacerdotes religiosos, com seu espirito de sacrificio, poderiam promover.

Os altos rios Tapajós, Xingú, Purus e Juruá permaneciam verdadeiras incognitas geograficas. Gigantescas massas indigenas para lá tinham se dirigido, fugindo à caça que os conquistadores e colonos realisaram em ciclos anteriores. Regiões, como a do Rio Negro, caiam numa decadencia impressionante. Autoridades civis e militares por mais de uma vez haviam exposto quadros realissimos dessa decadencia.

Os sacerdotes religiosos, inegavelmente, precisavam ser solicitados para o grande episodio que se ia continuar, do desbravamento de novas zonas e a incorporação de mais numerosas familias gentilicas.

Na «Fala» que dirigiu ao legislativo provincial amazonense em 1853, o Presidente Conselheiro Herculano Ferreira Pena dizia: «quem considera que toda a Provincia do Amazonas seria ainda hoje uma solidão se aqui não existissem os indios, quem calcula o numero dos que continuam a residir no centro das mattas, quem avalia os progressos que fariam diversas industrias se eles viessem ajudar-nos, não pode deixar de entusiasmar-se com a idea de vel-os efectivamente incorporados à sociedade em que vivemos, não pode deixar de reconhecer como a obra mais agradavel a Deus, e mais util à humanidade chama-los ao gremio da Santa Religião que professamos.

Assim pensava, senhores, o antigo governo da Metropole; assim pensavam os mais dignos e illustrados Governadores das Capitancias dos Pará e Rio Negro, como nos mostram a historia e os registros officiaes do seu tempo; assim pensa hoje o governo Imperial, cuja philantropia para com os Indigenas revela-se em cada palavra do Decreto de 24 de Julho de 1845, pelo qual deveria regular-se este importantissimo ramo de publica Administracão.

Forçoso é, porém, confessar como uma triste verdade que toda a sabedoria das leis e regulamentos até hoje promulgados a respeito da catechese, toda a generosidade de sentimentos que os ditarão tem sido inefficazes por uma razão bem simples, geralmente conhecida, isto é por faltarem-me fieis executores desde que desapareceram os antigos Missionarios, que punhão peito a essa empresa, digna certamente dos Vieira, dos Nobrega, dos Anchieta».

O Presidente, prossequindo na sua exposição e em argumentos cerca do problema do selvicola, classificava-os em tres grupos: no primeiro, situando os que viviam distante de qualquer contacto com os civilizados, em estado de integral primitivismo; no segundo, os que já estavam localizados em malocas, desconheciam a lingua portuguesa, mas não repeliam o contacto com os civilizados, «com eles entretendo pequenos negocios, trocando os productos da pesca e caça e as drogas que trocam por tecidos, ferramentas, espelhos, missangas e outros objetos de insignificante valor, que satisfazem a sua pueril curiosidade»; no terceiro, os que ou viviam ainda em malocas ou nos sitios e povoações, falando alguma coisa de portugûês, empregavam-se em trabalhos de agricultura, na pesca, na condução de embarcações, em varios outros misteres particulares e publicos.

Na terceira classe, o conselheiro Ferreira Pena ainda incluia: «O grande numero de meninos de um e de outro sexo, que são entregues, ou doados a particulares por diversas Authoridades locaes, ou pelos Directores das Aldeas, e só muito casualmente pelos seus proprios parentes».

A seguir, entre outras considerações, todas fundadas no que a sua observação lhe vinha indicando, o Presidente concluia:

«Entregar portanto a direcção das Aldeas a Religiosos que sejam capazes de fazer completa abnegação dos bens, e gosos mundanos; que tenham a paciencia necessaria para revelar aos Indigenas os erros e faltas provenientes da incontestavel inferioridade da sua intelligencia; que lhes inspirem o amor do trabalho; que os instrua nas maximas da Religião Catholica, e na Doutrina Christã; que em summa

os eduquem até o ponto de acharem-se habilitados para cumprir os deveres, e gosar as vantagens da Sociedade civil; é a meu vê o unico sistema que poderemos seguir com toda a probabilidade de feliz successo».

Frei Gregorio José Maria de Bene, capuchinho italiano, a essa altura missionava no alto Rio Negro e afluentes. Cobria, com a sua dedicação, o trecho fronteiro com a Venezuela e a Colombia. Operava sobre muitos milhares de selvagens, que guardavam, à sua chegada, todas as características de uma primitividade singular. No alto Rio Branco, operava Frei Joaquim do Espirito Santo Dias e Silva, enquanto Frei Bernardo de Nossa Senhora de Nazareth Ferreira agia no Solimões, entre os Ticunas e os Maorúnas.

O Governo Imperial, ante a solicitação que lhe faziam as provincias, para a obtenção de missionarios, mandara contrata-los na Italia.

Mas só em 1870, os capuchinhos italianos chegavam ao Amazonas, em numero de seis, chefiados por Frei Samuel Manccini e entre eles Frei Josualdo Machetti e Frei Teodoro Massafra, que se distinguiram por grandes serviços na Provincia. Entrando a trabalhar no vale do Madeira, esses missionarios ocuparam-se tambem do vale do Rio Negro. No Madeira tomaram contacto com os Parintintins, que alias não conseguiram amansar. No Rio Negro, montaram aldeamentos, inclusive no Içana e rio Uaupés.

No Pará, então, os aldeamentos indigenas sofriam os mais violentos insultos dos extratores de borracha e outros produtos naturaes. As malocas eram assaltadas, provocando migrações nativas ou choques sangrentos. A exploração do braço selvagem atingia proporções escandalosas. Nenhum missionario, a esse tempo, visitava essas malocas. O Presidente dr. Francisco Carlos de Araujo Brusque, num documento que fala eloquentemente de sua gestão na Provincia, dirigindo-se ao legislativo local, expunha todas as vicissitudes que padeciam os brasileiros das selvas, solicitando aos legisladores uma attitude que viesse beneficiar as colectividades indigenas. E pleiteava a solução da ca-

tequese missionaria, como providencia acertada e unica de resultados seguros.

D. Antonio de Macedo Costa, sucessor de D. José Afonso, assumindo a 11 de Agosto de 1861 a direção do Bispado Paraense, de pronto sentiu a extensão de responsabilidades que pesavam sobre a Igreja no setor amazonico. E em meio às medidas de varia natureza que foi decretando para dar ao clero uma altitute capaz de fazer frente aos problemas que se acumulavam, procurou riscar um programa de ação no campo da conquista espiritual. A catequese, a seu entender, precisava ser continuada, ou melhor, novamente incentivada. Entrando em relações, a respeito, com o Presidente Araujo Brusque, com ele acordou a vinda de missionarios, contratados na Europa. A falta quasi total de clero brasileiro era gritante e impunha, apesar das reservas que se faziam, a politica da solicitação de missionarios fora dos quadros nacionaes.

D. Antonio, pouco depois às voltas com a questão maçônica, que lhe deu uma nomeada mundial e lhe assegurou uma posição especial na historia religiosa do Imperio, padeceria a pena de prisão que o retirou por algum tempo de sua Paroquia, fazendo que interrompesse os estudos a que procedia para a realização de seu plano de ação espiritual. Ao regresso, porém, visitadas todas as paroquias, sentidas todas as realidades do ambiente, verificadas as necessidades mais prementes, D. Antonio realisou em Manáos, a 21 de Março de 1883, no paço da Assembleia Provincial Amazonense, a sua famosa conferencia sobre «A Amazonia. Meio de desenvolver sua civilização».

Nessa peça oratoria, não se continha a retorica costumeira, que marcava, como nos dias atuaes, a literatura amazonica. D. Antonio examinou, serenamente, o sentido da realidade regional, desde o panorama social, passando pela fisionomia economica até a paisagem moral, espiritual. Referindo-se à vertigem progressista que decorria da corrida para a floresta, no episodio da colheita da borracha, assinalou os perigos que ela escondia e o ficticio que havia nesse progresso, que se não fundava em uma construção social e moral solida. Apreciando a situação das populações, que conhecera por ocasião de suas desobrigas, retratou-as em suas duvidas, em suas dores, em seus padeci-

mentos, em suas angustias. E perguntou: «um povo vivendo à desgarrada por um vastissimo territorio deserto, abandonado a si proprio, entregue a largos ocios e excessos bacchanaes, sem nenhuma instrução nem civil nem religiosa, e parte delle ainda selvagem, poderá attingir o porvir grandioso que todos queremos, que todos ardentemente desejamos para o grande valle do Amazonas?»

Em toda a Diocese, conforme a palavra de Antistite, havia apenas 85 sacerdotes, dos quaes 12 valetudinarios. As Congregações Religiosas da Europa não dispunham de reservas para satisfazer as necessidades brasileiras. Nos seminarios de Belém, Obidos e Manáos, o numero de estudantes não representava um indice de esperanças para o futuro. D. Antonio levantou então a idea de um barco a vapor, o «CRISTOFORO», que singrasse as aguas do Amazonas e de seus grandes afluentes levando um corpo de 12 sacerdotes que se encarregariam de derramar a palavra divina por entre as gentes do vale.

A palavra de D. Antonio não foi ouvida. (3) A conquista espiritual da Amazonia, no periodo imperial, como acabamos de apreciar na sintese desse capitulo, compreendida como necessaria, urgente, imprescendivel mesmo para a incorporação de milhares de nativos e passo seguro do cometimento que constituiria a civilização do extremo-norte, não foi realisada com a profundidade que seria preciso. Sob o ciclo republicano, a Igreja realisaria seus objetivos missionarios?

(3) D. Antonio, a 21 de Dezembro de 1865, sugeriu ao Ministro do Imperio, em resposta a uma solicitação daquela autoridade, um largo plano para promover o progresso do culto catolico e o esplendor da Religião em sua diocese. Nesse plano, o referente à catequese e civilização das populações indigenas compreendia dez itens, que iam da supressão das diretorias civis de indios à regulamentação de todos os misteres da vida dos nativos, confiados às congregações religiosas.

O ESPIRITO LAICO que presidiu os primeiros momentos da Republica no Brasil permitiu, muito naturalmente, a impressão de que a Igreja Catolica ia experimentar rigores ainda mais fortes que aqueles que experimentara no consulado pombalino. Essa impressão, todavia, não durou muito tempo, apesar do texto constitucional de 1891, imbuido dos principios filosoficos da geração contista que liderara o novo regimen. E' que as fileiras positivistas não dispunham de elementos suficientes para nortear em definitivo a nação, levando-a ao excesso de negar ou esquecer a gigantesca contribuição da Igreja Catolica na formação nacional.

Separada a Igreja do Estado, aquela, por isso mesmo, livre de obrigações politicas que de certo modo lhe limitavam a ação e lhe embaraçavam a caminhada ascencional, pode atirar-se à execução de grandes tarefas que a fortificaram na consciencia brasileira.

Na Amazonia, no periodo imperial, como vimos paginas atraz, a obra missionaria, sob a tutela do poder publico, não podera frutificar com a exuberancia do ciclo colonial, apesar das esperanças que havia com as primeiras experiencias realizadas por D. Romualdo de Souza Coelho. E, no entanto, os problemas espirituales da região, convem insistir, eram os problemas mais graves, porque importavam, uma vez solvidos, na abertura de possibilidades imensas para a execução de qualquer plano de civilisação. A Amazonia que, desde as tres ultimas decadas do seculo XIX, vivia por entre os deslumbramentos materiaes e financeiros decorrentes da era do ouro negro, não tinha dado um passo na conquista de bemestar espiritual. Suas populações ribeirinhas continuavam desservidas de conforto material e espiritual, de cuidados sanitarios, de exemplos de dignidade. Nos altos rios, até onde chegavam as levas desbravadoras dos seringueiros, multidões indigenas, que se calculavam em varios centos

de milhares de individuos, permaneciam escusas ou exploradas pela codicia desenfreada dos pioneiros. Em algumas regiões mesmo, como nos afluentes do alto Rio Negro, o dominio absoluto era ainda o da gentildade, que se mantinha nas suas características sociologicas primarias, muitas vezes reagindo contra o advena que ela percebia cheio de voracidade e de intenções hostis. No Madeira, os Parintintins desafiavam catequistas e desbravadores. No Xingú, Karl Von Den Stein encontrara em 1884 e 1887 tribus que jamais tinham tido contacto com os chamados «civilisados», mantendo-se em estadio cultural que permitia o conhecimento das condições culturaes das tribus encontradas pelos primeiros descobridores do Brasil quinhestista.

A Igreja Catolica, orientada pela genialidade de Leão XIII, promovia então a sua grande ofensiva para a expansão da fé, sementeira da verdade divina e civilisação dos primitivos que se contavam por alguns milhões de almas espalhadas pela America, Africa e Oceania. As Congregações Religiosas, num movimento renascentista, atiravam-se aos cometimentos catequistas, numa cruzada que revelava heroes e santos e trazia, à fraternidade entre os homens, rendimentos muito mais sensiveis que os das conferencias internacionaes e os dos acordos politicos para a fixação da paz no mundo.

O Brasil era um campo magnifico para a campanha. E no Brasil, nenhum mais interessante que a Amazonia, espaço ainda desconhecido em muitas de suas feições fisiograficas e etnologicas, apesar das comissões científicas que a visitavam, os estudos dos investigadores de toda parte, que nela encontravam temas surpreendentes, novidades ruidosas. Porque, portanto, as comunidades religiosas catolicas não se voltavam para a Amazonia, restabelecendo a obra dos missionarios colonias?

Inicialmente, era preciso convir que a extensão das duas provincias amazonicas creava dificuldades quasi irremoviveis para o Bispado de Belém e as duas Vigararias Geraes do Baixo e do Alto Amazonas. A elevação da Vigararia do Alto Amazonas á condição de Bispado seria já um primeiro passo que todos compreendiam necessario. Desde meiodos do século XIX participava das cogitações officiaes a bipartição do Bispado pa-

raense. D. Antonio de Macedo Costa sugerira essa bipartição. A Assembleia Provincial do Amazonas, indo ao encontro da sugestão do glorioso Antistite, por proposta do conego José F. da Cruz Dacia, aprovara uma indicação solicitando, em 26 de Abril de 1886, a criação do Bispado do Amazonas. Na Camara dos Deputados do Imperio, por sua vez, o deputado pelo Amazonas dr. Antonio Passos de Miranda, que presidira a Provincia e lhe conhecia bem os problemas, apresentava projeto no mesmo sentido. Só, porém, pela «Bulla ad universas Orbis Ecclesias», de 5 de Maio de 1892, Leão XIII satisfazia os anseios e as necessidades espirituaes dos povos da distante provincia brasileira. O primeiro passo estava evidentemente dado.

A 11 de Dezembro de 1900, «nos apartamentos privados do Pontifice», recebia ele um monge beneditino que vinha do Brasil e lhe expunha a necessidade da obra de catequese, a exigir uma imediata ação da Igreja. S.S., ouvida a exposição, illustrada com indicações em mapa, da extensão dos mundos que estavam carecendo da ação energica e pronta dos missionarios, meditou sobre o assunto. E pouco depois, em ordem transmitida à Nunciatura no Rio de Janeiro, então a cargo de Monsenhor Julio Tonti, tomava as providencias preliminares para a nova crusada. Monsenhor Tonti, pressuroso, dirigira-se às comunidades existentes no Brasil, convocando-as, em nome de SS. para o empreendimento magnanimo.

A 21 de Setembro de 1903, a pedido de D. Francisco Maia, Bispo do Pará, um decreto consistorial creava a Prelazia de Santarem, confiada, por outro decreto consistorial de 26 de Março de 1904, a monsenhor Frederico Benicio da Costa. Em Dezembro de 1906, porém, a Santa Sé entregava a Prelazia à Provincia Franciscana, que tinha casa na Baía, (1) nomeando, a 10 de Janeiro do ano seguinte, segundo prelado, D. Amando Bahlmann O.F.M., que chegou a Santarem a 3 de Agosto e governou durante trinta anos. A Prelazia compreendia os municipios de Fáro, Juruti, Oriximiná, Obidos, Alenquer,

(1) Foi o proprio Monsenhor Frederico Costa quem sugeriu à Santa Sé a entrega da Prelazia a uma ordem religiosa sediada no Brasil.

Santarem, Itaituba, Monte Alegre, Prainha, Almeirim, Macapá, Mazagão, Porto de Moz, Altamira e Souzel. Era uma area gigantesca, que exigia dedicação especial.

Seguiu-se a Prelazia de Rio Branco, creada a 15 de Agosto de 1907, tendo sido seu primeiro prelado D. Geraldo van Caloen, sucedido por D. Pedro Eggerath e este por D. Laurentius Zeller.

Compreendendo a região do vale do Rio Branco, tem séde na cidade de Boa Vista e area tambem imensa, a confinar com a Guiana Britanica e a Venezuela.

Após, pela ordem cronologica da criação:

— Prefeitura Apostolica de Tefé, a 23 de Maio de 1910, confiada à Congregação do Espirito Santo, sendo primeiro prefeito Monsenhor Miguel Alfredo Barrat, nomeado a 10 de Agosto.

— Prefeitura Apostolica do Alto Solimões, entregue aos Capuchinhos de Umbria, creada a 23 de Maio de 1910, sendo primeiro Prefeito Frei Evangelista de Cefalonia, recentemente falecido.

— Prefeitura do Rio Negro, confiada aos Salezianos, creada em Março de 1910, sendo primeiro Prefeito Monsenhor Lourenço Giordano.

— Prelazia da Santissima Conceição do Araguaya, creada em 1911, confiada aos Dominicanos, tendo sido primeiro Prelado Frei Domingos Carreot, succedido por D. Frei Sebastião Tomas.

— Prefeitura do Acre e Purús, creada a 4 de Outubro de 1919, a cargo dos Padres Servos de Maria, sendo primeiro Prelado D. Frei Prospero Gustavo Bernardi.

— Prelazia de Porto Velho, creada a 1 de Abril de 1925, confiada à Ordem Salesiana, sendo primeiro prelado D. Pedro Massa.

— Prelazia de Labrea, creada a 1 de Maio de 1925, a cargo dos Padres Agustinianos Racoletos, sendo primeiro Prelado Frei Inacio Martinez Madri O.R.A.S.

- Prelazia do Guamá, creada a 14 de Abril de 1928, com a denominação de Prelazia de Nossa Senhora da Conceição do Gurupi, mudada para o nome atual por Decreto Consistorial de 3 de Fevereiro de 1935, confiada aos Padres Barnabitas, sendo primeiro Prelado P. Francisco M. Richard.
- Prelazia do Alto Juruá, creada a 22 de Maio de 1931, a cargo da Congregação do Espirito Santo, sendo primeiro Prelado Monsenhor D. Henrique Ritter.
- Prelazia do Xingú, creada a 16 de Agosto de 1934, a cargo à Congregação do Preciosissimo Sangue, sendo primeiro Administrador Apostolico D. Frei Amando Bahlmann O.F.M.

Essas Prelazias recebiam um ativo insignificante, representado por igrejas e capelas estragadas e um passivo de obrigações impressionante, constante, nalguns trechos, de multidões indigenas e populações em estado de pobreza física e material sensivelmente contristadores. Quasi que como no periodo colonial, quando aportaram à Amazonia as seis Ordens cujo escorço historico traçamos nos primeiros capitulos deste ensaio, as comunidades chamadas a operar no extremo-norte tinham de crear tudo, num esforço que só o grão de fé e de confiança na força divina da missão que empreendiam pode explicar.

Alem da reconstrução dessas Igrejas e capelas, construíram algumas desenas de novos templos, sendo de notar que em algumas Prelazias todas as edificações anteriores à chegada das comunidades religiosas eram de taipa ou de palha e em muitas nem mesmo de taipa havia templos. As construções que lavaram a termo, de tijolo, pedra e cimento, modificando a paisagem material, eram uma lição às populações para que se orientassem na conquista de um bemestar menos precario. Ao lado dos templos, residencias, hospitaes, educandarios. Nas malocas indigenas, alteração total das condições de vida, desde a moradia, que deixou de ser a taba rude para ser a casinhola de madeira, à organização social, moral e espiritual, elevada, di-

gnificada e preparada para o ingresso na vida civilisada, à sistematica do trabalho, à utilização do genio industrioso e artistico que revela a generalidade do gentio amazonico.

E' preciso, de outro lado, não esquecer que essas Prelazias estão constituídas de áreas maiores que as de muitos países europeus. Assim, a do Guamá, com séde na cidade de Bragança, compreende os municipios de Bragança, Vizeu, Ourem, São Miguel do Guamá, Irituia, São Domingos e Santana, e tem 29.284 K.²; a do Alto Juruá, com séde em Cruzeiro do Sul, tem uma area de 89.600 K.²; a de Labrea, com séde na cidade da Labrea, à margem direita do Purús, compreende o municipio de que tira o nome, mais o de Canutama e tem uma area de 210.000 K.², com uma população indigena estimada em 10.000 almas; a de Marajó, com séde em Soure, compreende parte da ilha de Marajó, municipios de Soure, Salvaterra, Joanes, Monsarás, Breves, Afuá, Chaves e Anajas, com uma população de cerca de 2.500 indios; a de Porto Velho, com séde na cidade do mesmo nome, à margem direita do rio Madeira, compreende os municipios de Porto Velho, Santo Antonio e Humaitá, com 15.000 indios; a do Araguaya, com séde em Conceição do Araguaya, compreende o municipio desse nome e o de Marabá, com uma população indigena orçada em 4.000 individuos e uma area de que dois terços são constituídos de matas virgens; a do Alto Purus e Alto Acre, com séde na cidade de Sena Madureira, compreende os municipios de Sena Madureira, Rio Branco, Xapuri, isto é, os antigos Departamentos do Alto Purus e Alto Acre, com uma area de 71.200 K.²; a do Xingú, com séde em Altamira, compreende os municipios do rio Xingú, numa das areas mais primitivas da Amazonia, com nucleos humanos em tremenda decadencia e em fase economica ainda caracterizada pela recoletagem de produtos naturaes ou mineraes; a do Alto Solimões, com séde em São Paulo de Olivença, compreende os municipios desse nome e o de Benjamin Constant, limita com o Perú e a Colombia, tem uma area de 109.625 K.²; a de Tefé, com séde na cidade do mesmo nome, compreende os municipios de Tefé, Fonte Boa e Carauari, area de 333.932 K.².

Embora, sem desfalecimentos, o que essas Prelazias têm conseguido, no tocante à obra religiosa, educativa, civilisadora, é verdadeiramente animador. Os Franciscanos da Provincia de Santo Antonio, chamados em Dezembro de 1906, tendo enviado sua primeira contribuição em sacerdotes no ano seguinte, num total de tres, D. Amando, Frei Capistrano Nieggemeyer e o irmão leigo Frei Camilo, representam-se atualmente em 15. Reconstituíram as igrejas de Oriximiná, Prainha, Almeirim. Restauraram: a catedral e a igreja de São Sebastião, em Santarém; as de Bom Jesus e Santana, em Obidos; a de Santo Antonio, em Alenquer; Santo Inacio, em Boim; São Francisco, em Monte Alegre; as de Aveiro, Alter do Chão, Vila Franca. Construíram as de Juruti, Itaituba, Oriximiná, São Raimundo, esta em Santarem, alem de varias capelas no interior da Prelazia, em pequenos nucleos urbanos.

Os Padres do Espirito Santo construíram, alem da matriz de Santa Tereza, na séde da Prelazia, mais desenove templos menores: Capela do Seminario e do convento das Franciscanas, São Miguel e cemiterio, em Tefé; Fonte Boa, Carauari, Foz do Tarauacá, Mari-mari (Juruá), Foz do Jutai Uará e Caiçara (Solimões), Xidarinni, Nogueira, Missão da Boca do rio Tefé, São Rafael (Solimões), Mamupina (rio Mineroá), Tupé (Solimões).

Empresa de titans, a nova conquista espiritual da Amazonia, sonhada por D. Antonio de Macedo Costa, incentivada por Leão XIII e Pio X, ao mesmo tempo que revela vocações, contribue com os João Balzola, os Frei Gil de Vilanova, os Frei Inacio Martinez, os Frei Jozualdo Machetti, para o Agiologico do seculo XX.

Frei Josualdo Machetti, franciscano, missionario no Alto Rio Negro, no Solimões, no Madeira, professor, tipografo, geografo, construtor da Igreja de São Sebastião, em Manãos, encarnou o tipo do sacerdote cheio de virtudes, de espirito de sacrificio, inscrevendo seu nome entre os que deram seu sêr na construção da Amazonia atual.

João Balzola, salesiano, exerceu a catequese como um novo Anchieta, superior a todas as dificuldades de saude ou de natureza material que lhe procuraram perturbar o trabalho.

Frei Inacio Martinez era a imagem da bondade, vivendo para a sua prelazia, num continuado combate pela felicidade de seus paroquiados, que ele amava com um amor santificado. Ainda às vespersas de seu falecimento, percorria o Ituxi, rio reconhecidamente mortifero, batisando, casando, crismando, animando as populações pauperrimas do vale do Purús. Percebendo chegada sua ultima hora, não permitiu que a canoa em que viajava regressasse a Labrea, ordenando, ao contrario, que continuasse a caminhada, pois tinha deveres missionarios a cumprir.

Frei Gil de Vilanova, que alcançou no Pará e em Goiaz a popularidade que cercou no Amazonas a Frei Josualdo Mchetti, explorador do Araguaia, missionario entre os Caiapós, os Carahú, os Cherentes, pacificador de rebeldias politicas, orientador magnanimo de populações da hinterlandia do Tocantins-Araguaya, fundador da atual cidade de Conceição do Araguaia, foi exemplo perfeitissimo de um santo viver. «Apostolo do Araguaia».

Empresa de titans, a conquista espiritual da Amazonia, empreendida pelos Franciscãos de Santo Antonio, Salezianos, Beneditinos, Padres do Espirito Santo, Agostinianos, Dominicanos, Padres Servos de Maria, Capuchinhos, Barnabitas, Padres do Preciosissimo Sangue, está constituindo um capitulo dos mais memoraveis e dignificadores da especie humana na historia da civilisação contemporanea.

O VALE DO RIO NEGRO constitui uma das extensões amazonicas que mais têm merecido a atenção dos estudiosos de todos os temas regionaes. Porque é nele que se aglomeraram as maiores e mais densas multidões nativas da região, porque sua fisiografia é a que proporciona maiores curiosidades, a começar da côr das aguas do seu curso, porque sua natureza é a que vem garantindo maiores novidades aos botanicos e zoografos, porque sua geologia é ainda de certo modo a de uma terra nova, em formação.

Revelado ao mundo nas paginas dos primeiros cronistas que acompanharam os pioneiros do sertão amazonico, à frente deles Frei Gaspar do Carvajal e logo a seguir Frei Cristovam de Acuna, aparecendo nesses descritivos cheios de fantasias e excessos, proprios da literatura de viagens dos seculos XVI e XVII, como um mundo diferente onde se escondiam tipos agigantados, animaes de uma ferocidade alarmante e especies vegetaes e riquezas mineraes que fariam a fortuna de quem as descobrisse, o vale do Rio Negro foi, assim, uma das partes misteriosas que o Novo Mundo trazia para a geografia fantastica que tanto entusiasmo como tanta jornada aventureosa despertou.

Já por volta de meiodos do seculo XVII, um dos cronistas mais autorisados da Amazonia, Mauricio de Heriarte, que conhecera a hinterlandia a quando da entrada de Pedro Teixeira, pois fora um dos membros da bandeira que atingiu Quito, falava do curso negro na pitoresca «Descrição do Estado do Maranhão, Pará, Gorupá e Rio das Amazonas» descrevendo-o nas suas peculiaridades, nos contingentes humanos que lhe povoavam as beiradas, nas características de suas riquezas, nas possibilidades de seu futuro, desde que os conquistadores se dedicassem ao cometimento de o desbravar e incorporar aos dominios de S. Magestade: «Povoando-se este Rio de Portuguezes se pode fazer um Imperio, e senhorear todo o das Amazonas e mais rios».

Todo um panorama de perspectivas sedutoras oferecia o grande vale, na palavra de Heriarte, que dele se encontrara e já o via à sombra de uma prosperidade que faria a gloria mais autentica da monarquia lusitana.

Suas aguas, ao tempo em que Heriarte dizia esses trechos entusiasmados, já eram percorridas pelos sertanistas, que caçavam o braço indigena, numa correria que despovoava os sertões e creava problemas muito serios para o futuro da colonia. As populações nativas, por seu lado, nem sempre dispostas a deixar-se escravisar, reagiam ou fugiam, internando-se mais e mais para escapar à preação desenfreada.

Os Jesuitas, como já sabemos, visitando o rio, pouco realizaram. Os Carmelitas, vindo após, com as obrigações riscadas pela vontade regia em 1694, conseguiram os sucessos que tambem já assinalamos, paginas atraz, estabelecendo oito aldeas, operando descimetos e conseguindo que os Mañao, que tinham a direção dos trechos da zona encaixoeirada, cedessem na sua hostilidade e viessem colaborar com os advenas brancos na formação da sociedade que se principiava a constituir.

Esses Carmelitas, todavia, não operaram no trecho alem das cachoeiras, onde a atuação dos sertanistas, das Tropas de Resgates, tinha uma intensidade invulgar. Nessa região só mais tarde, depois de 1760, se faria sentir o poder do Estado e da Religião, pela presença de autoridades civis e militares, principalmente militares, enviadas para conter os desejos imperialistas dos espanhoes confinantes e de sacerdotes mandados servir os destacamentos e a genealidade que se foi nucleando para as eventualidades da guerra.

Todo o vale do Rio Negro, nas quatro ultimas decadas do seculo XVIII, quando se registraram esses acontecimentos, conheceu suas grandes horas. Muitos milhares de nativos viviam até meados do seculo uma vida serena, nos aldeamentos dos Religiosos. Nas cinco decadas seguintes, todavia, perdido o trato dos catequistas, experimentado o sistema da organização civil dos contingentes indigenas, se não houve rendimentos sensiveis, visiveis, palpaveis, no concornente à conquista e à civilização desses bugres, que se desejava integrando a familia politica regional, nas vilas e mais nucleos, como autoridades, nem por

isso a historia do vale rionegrino perdeu sua significação. Porque creada em 1755 a Capitania de São José do Rio Negro, cuja séde ficou instalada na vila de Barcelos, antigo aldeamento de Mariuá, criação esplendida dos Carmelitas, os descimentos dos gentios se processaram sem cessar para o povoamento das duas dezenas de pequenos povoados onde mandavam as autoridades civis, como algumas dezenas de colonos, expedidos dos Açores e de outros portos da Europa lusitana, tambem vieram engrossar a população e movimentar a evolução local com sua atividade preciosa no tocante às preocupações economicas que os guiavam em suas entredas para a hinterlancia.

Mas já com o seculo XIX, a decadencia do vale rionegrino seria uma realidade impressionante. Transferida para Logar da Barra, hoje Manaus, a séde da Capitania, toda a seiva que irradiava de Barcelos para o alto e baixo rio perdeu a intensidade e aos pouco foi desaparecendo, dando logar à terrivel decadencia que se registrou com uma força e uma rapidez verdadeiramente sensacionaes. Barcelos, na segunda decada do seculo, estava redusida a minuscuro povoado, cujos palacios, levantados no ciclo anterior para a administração publica, cujo traçado urbano, riscado com mestria por um engenheiro de nome Felipe Sturn, que trabalhava para a Coroa Portuguesa, quasi se não descobriam no meio do matagal, das ruinas, da tremenda opressão que a destruia. Como Barcelos, os demais nucleos rionegrinos padeceram, de então em diante, uma decadencia que não foi obstada por uma só medida oficial.

Essa decadencia não parou no periodo que se abriu com a independencia do Brasil. Em 1854, o major de artilharia e bacharel em matematicas Hilario Maximiano Antunes de Gurjão, visitando o vale em missão do governo do Amazonas, constatou a existencia de uma condição de vida que passava da classificação de precaria para tornar-se miseravel. Os povoados arrastavam-se numa verdadeira odissea. Muitos nucleos, que datavam do periodo colonial, tinham deixado de existir.

Em 1861, o engenheiro Joaquim Leovigildo de Souza Coelho, em comissão da Presidencia da Provincia, subia o Rio Negro até a fronteira com a Venezuela e, como o major Hilario, verificava uma extensão de decadencia que imprimia à região o

aspecto de uma terra que tivesse sido revolvida em sua estrutura por terremoto. Barcelos, por exemplo, reduzia-se a 109 casas, uma população de apenas 602 pessoas e era o unico centro urbano onde havia uma escola de primeiras letras...

Pelos anos seguintes a decadencia não diminuiu. A entrada dos imigrantes nordestinos não alterou a paisagem social e economica. Tampouco melhorou a espiritual. Sim, espiritual. Porque até então, os parocos que tomavam a seu cargo a direção espiritual das populações rionegrinas, sem recursos de qualquer natureza, nada podiam realizar. Em alguns trechos mesmo, nem mesmo parocos havia.

Com relação à situação do gentio, a impressão não era outra. E só com a chegada dos capuchinhos, que em 1880 começaram a operar alem das cachoeiras, passando de São Gabriel e atingindo os cursos afluentes alem dessa cachoeira, como o Uaupés e o Issana, principiou a modificar-se o estado de integral abandono em que vegetava aquela gente primitiva. Os capuchinhos, zelosos, servidos das melhores intenções, como já vimos em paginas anteriores, trataram de cumprir seus deveres de bons religiosos missionarios e estabeleceram 14 aldeas no Içana, 4 no Tiquié, 1 no Papury, 1 no Kerary, 1 no Codeiari, 10 no Uaupés. Trabalharam sobre uma população indigena orçada em 2.000 almas. Esses capuchinhos, todavia, em 1888 deixaram o encargo e o gentio voltou à condição anterior, explorado pelos extratores de borracha, vilipendiados, escravizados sem piedade.

Compreendendo que a sorte daqueles rebanhos precisava ser atendida quanto antes, D. Frederico Costa, Bispo do Amazonas, o qual em 1908 percorrera o vale em toda sua extensão em zona brasileira e identificara o grão de abandono e de primitividade que conheciam os brasileiros rionegrinos, viagem durante a qual realizou 378 casamentos, 1.507 batisados, mais de mil crismas e outro tanto de comunhões, dirigindo-se a Roma, solicitou a Pio X a sua bondosa interferencia para a evangelisação daquele pedaço da patria brasileira e concitou, em Turim, a Ordem Salesiana, para o gigantesco cometimento.

Pelo Decreto da Sagrada Congregação da Propaganda Fide, de 18 de Junho de 1914, a congregação de D. Bosco foi

encarregada do santo mister. Sua experiencia em outros pontos do ecumeno eram os mais encorajadores. No extremo-norte do Brasil seguramente provaria os mesmos sentimentos, o mesmo ardor, as mesmas possibilidades, as mesmas iniciativas realisadoras. Para dirigir o primeiro contingente que operaria na Bosconia, (1) nome que se dá ao vale rionegrino onde atuam os filhos de D. Bosco, foi escolhido Monsenhor Lourenço Giordano, que depois de ter trabalhado nos collegios salezianos de França e Uruguay, fundara o Liceu Coração de Jesus na capital paulista e os collegios de Recife, Sergipe e Baía, mas almejava, como ventura suprema de sua vida, ser missionario entre primitivos.

Dirigindo-se, em 1916, para o Rio Negro, monsenhor Lourenço Giordano, ao mesmo tempo por que satisfazia seu aneio catolico, entrava a comandar a maior batalha que se ia principiar na Amazonia, na defesa dos principios da cristandade, na difusão da civilisação entre milhares de homens que andavam ao deos-dará. E monsenhor Lourenço, a esse tempo, contava já sessenta anos de idade.

Durante quatro anos, com um reduzido grupo de companheiros, (2) sem elementos materiaes suficientes, cercado de reservas dos que imaginavam em seu esforço uma perturbação à aventura que caracterisava a evolução social no Rio Negro, quando se fazia a exploração impiedosa do homem pela homem, monsenhor Lourenço escreveu paginas civicas, capitulos de cristandade que não podem ser descritos numa dobra de pagina. Atirando-se ao empreendimento com uma vontade inquebrantavel de vencer, lançava, sem o sentir, os fundamentos de uma obra que se rodearia, nos dias proximos, aos nossos olhos admirados, de uma aureola de obra santificada.

«Como era comovente ver o venerando missionario abraçar meninos e os velhos sujos e exhalando máo cheiro insuportavel, afim de lhes cativar a confiança», escrevia uma testemunha de sua ação.

(1) Denominação alvitrada pelo escritor Ramayana de Chevalier «Cultura Politica», n.º 10.

(2) Constituido por tres irmãos coadjutores de nome Miguel Blanco, Manoel Valerio e Ambrosio Afonso.

«Uma feita, naufragara ele num daqueles afluentes e a custo escapara, salvando o breviário e o altar portátil. Estava no ponto mais longínquo da sua excursão e no rio mais pobre; e por mais de um mês, afim de poder matar a fome, era obrigado a celebrar a missa pela madrugada alta, para estar presente à pauperrima refeição dos índios que não lh'a negavam; e o heroico salesiano de cócoras fazia camaradagem com os pobres selvagens, servindo-se daquela nauseante refeição servida numa vasilha comum! Quando perdida a hora, devia contentar-se com um pouco de farinha e água!

A fibra forte de Mons, Giordano não resistiu porém a tantas fadigas.

E começou por adoecer. Naquelas florestas onde não entravam ainda os influxos da civilização, não se conhecia a ciência médica, nem havia remédios.

E Mons. para buscar o lenitivo aos seus achaques foi coagido a utilizar-se da medicina indígena. Isso acelerou-lhe o fim da vida.

Foi numa das suas longas viagens: estava entre os índios do rio Padauery, afluente do Rio Negro; sentindo-se de repente muito mal, resolveu voltar imediatamente para S. Gabriel, centro da missão; não pôde porém chegar até aí: seu estado era grave de mais.

Foi então transportado para um barracão da margem esquerda do Rio Negro, e aí, quasi em plena floresta, morreu inesperadamente, apertando a mão do dono da casa, como si quizesse agradecer-lhe o derradeiro conforto de uma rede onde morrer.

Vôou ao Céu, enquanto os índios cantavam uma nenia funebre.

E a sepultura? Foi feita no cemitério de São Joaquim, na margem direita do rio, a 30 kilometros abaixo.

Apenas conhecida a sua morte, acorreram os brancos das redondezas, que tanto veneravam o santo missionário os quaes, em suas velozes lanchas a benzina serviram para organizar, sobre as águas do rio um singular cortejo funebre jámais visto naquelas paragens. Era o dia 5 de dezembro de 1919».

Seu companheiro nessa jornada heroica pelo Rio Negro fora padre João Balzola, que ingressara na Ordem ordenando-se em 1892 e logo partira para as missões salesianas na America. No Novo Mundo, vale recordar-se ligeiramente sua biografia, padre Balzola principiara pelo Uruguay, ao lado de D. Lasagna, como secretario do grande Antistite, e no professorado do Collegio Pio, de Vila Colon. Em 1894, porém, deixara a nação platina, transportando-se ao Brasil para dirigir a colonia Teresa Cristina, no São Lourenço, Estado de Mato Grosso. Anos depois, penetrando a selva, distante 500 kilometros de Cuyabá fundara, denominando-a Sagrado Coração, a missão do Barreiro, no país dos Bororos, que até então só tinham contacto com brancos nas sortidas belicas que faziam contra as partidas de sertanistas que se aproximavam de suas malocas. Fora sua primeira vitoria, celebrada por quantos compreendiam a significação do entendimento com os Bororos, que o ouviram e obedeceram em transportes de docilidade singularmente impressionantes.

Mandado, depois, servir com monsenhor Lourenço, padre Balzola sentira inicialmente as dificuldades de sua pobreza. Fora preciso que lhe dessem uma batina, dois pares de botinas e algumas roupas brancas. Nos quinze anos de catequese entre os Bororos não tivera tempo de preocupar-se com essas coisas materiaes. Quinse anos entre os Bororos! Agora iria viver dose anos entre os Tucanos, os Deçanas, os Tarianas e outros grupos gentilicos, com o mesmo espirito de sacrificio, a mesma desenvoltura fraterna, o mesmo objetivo cristão. Espirito de sacrificio que o levaria em 1925, «magro, descarnado, em geral febricitante», mas sempre servido de um entusiasmo especial, a percorrer a Italia, realisando 300 conferencias afim de adquirir obulos para os seus catecumenos da Amazonia.

Homens daquela estirpe, daquele feitio, daquela envergadura é que iniciavam a reconquista espiritual do vale rionegrino. Sua obra, como a imaginara D. Frederico Costa, teria de vingar. E vingou.

O falecimento de D. Lourenço Giordano, ocorrido em 1919, deu margem a que seu substituto fosse monsenhor Pedro Massa, outra figura impar na grande galeria dos tipos marcantes da

historia contemporanea da Igreja no Novo Mundo. Servido do mesmo animo construtivo, espirito aberto às melhores iniciativas, coordenador, guia cheio de qualidades, inteligencia vivissima, tato diplomatico extraordinario, o novo Prefeito Apostolico devia ser o estruturador do monumento que se começara a erguer na floresta rionegrina.

Monsenhor Lourenço e padre Balzola tinham fundado residencia em São Gabriel, séde da Prefeitura, e em Barcelos, e montado os primeiros nucleos missionarios no Taracua, entre os Tucanos, que se consideravam os soberanos da região. As outras tribus eram: Deçanas, Tarianas, Uananos, Carapanãs, Arapaços, Micuratapiuos, Piratapiuos, que se espalhavam pelo Papuri, pelo Issana, pelo Uaupés, pelo Tiquié. Sobre elas devia convergir o esforço catequista mais rapido e mais penetrante. Sem recuar perante uma cachoeira, sem deter-se ante um perigo de qualquer natureza, indiferentes às endemias que assolam a região, os Salesianos, obedientes às ordens de Pedro Massa e ao exemplo assombroso de um João Balzola, que não descansava um momento, amado pelos seus catecumenos, respeitando pelos povoadores brancos ou mestiços, admirado pelas autoridades, desdobrando-se em esforços, deram uma fisionomia nova áquelas regiões distantes, modificaram a paisagem social, modificaram a paisagem economica, modificaram a paisagem moral, fixaram, em bases eternas, uma nova era para aquele mundo esquecido do Brasil, a cujo patrimonio cultural o estão incorporando eficiente e definitivamente.

Nessa jornada, todavia, quanto sacrificio, quanta provação, quanta hora de agonia, mas sempre quanto sentido da obrigação, quanta compreensão do valor e do significado da missão!

Não era suficiente para os encargos dos Salesianos o vale do Rio Negro. E a Santa Sé pelas Bullas Pontificaes Christianae Religionis, de SS. Pio XI, datadas de 1 de Maio de 1925, elevava a Prefeitura do Rio Negro a categoria de Prelazia Apostolica e creava a Prelazia de Porto Velho, que confiava à familia de D. Bosco (3). As obrigações cresciam,

(3) A principio a Prelazia extendia-se pelo vale do Madeira-Mamoré até Guajará-mirim, Estado de Mato-Grosso. Em 1927, porém, o trecho mato-grossense, a começar em Vila Martinho, foi desmembrado para integrar a Prelazia de Guajará-mirim.

consequencia dos frutos admiraveis que estavam aos olhos de todo mundo.

D. Pedro Massa, que era a vontade mascula a dirigir os seus irmãos, ora encorajando-os diretamente nas selvas, nos collegios, nas oficinas, nas aldeas, entre a bugrada, ora atuando junto aos dirigentes da nação para que viessem em ajuda de seus missionarios, cujo trabalho valia como uma das mais eloquentes paginas de devoção civica pelo Brasil, foi, a 25 de Agosto desse mesmo ano de 1925, nomeado Administrador da Prelazia do Rio Negro e da Prelazia de Porto Velho. Ninguem melhor que ele, conhecedor dos problemas, das realidades e dos melhores processos de ação, para governar as duas unidades religiosas.

E' certo que as condições existenciaes do Madeira não apresentavam os mesmos indices negativos do vale do Rio Negro. Embora, a conquista espiritual tinha ali um campo que estava exigindo vocações, experiencias e vontades decisivas como as que os Filhos de D. Bosco revelavam possuir. Os Salesianos, de logo dirigindo-se a Porto Velho, abriram escola, montaram hospital, ergueram matriz, começando a tarefa com o mesmo ardor que revelavam noutras partes. Passando a Humaitá, que entrava na jurisdição da Prelazia, tambem abriram escola, hospital, restaurando a igreja local. Como no Rio Negro, receberam o encargo oficial de manter os observatorios meteriologicos de Humaitá e o Aero-metereologico de Porto Velho. Era o começo.

O registro da ação dos Salesianos não pôde, porém, ficar reduzida aos periodos destas paginas que vimos escrevendo. Na hora atual, ela deve ser entendida como a maior empresa catolica e o maior esforço civilizador que se realiza no mundo amazonico. O pronunciamento de autoridades civis e militares, por exemplo, são prova documental expressiva. Como as estatisticas, que levantam anualmente, dos seus trabalhos, valem demonstrações exuberantes do que vão realizando serena, silenciosa e conscientemente.

Veamos, para exemplificar, a palavra de autoridades: Ouçamos o então coronel e hoje general Boanerges Lopes de Souza, que integrou a comissão de inspeção de fronteiras em fins de

1929 e começos de 1930, num depoimento acerca de um sítio de catequese:

«Taracuí-Ponta — Está collocada em excellente posição topographica, dominando os 2 grandes estirões do rio. Apresenta bellissimo aspecto, empolgando a attenção do viajante que se sente surpreso com o progresso e a grandiosidade da obra da Missão. E a admiração cresce sobremaneira quando então se é informado que tudo aquillo é trabalho de cinco annos, devido à dedicação dos Missionarios e contribuição exclusiva dos indios, que entraram com a mão de obra com o maior enthusiasmo; as mulheres, sobretudo, tomaram parte activa no transporte de pedra, barro para o aterro e construcção das paredes.

Destacam-se em Taracuí a igreja, o grande e magestoso pavilhão dos meninos e o pavilhão das Irmãs, ambos de 2 pavimentos. Naquelle, o pavilhão inferior foi reservado para as usinas, o gabinete do director, o deposito de mercadorias, o salão de refeitório, cozinha, etc.; o andar superior é occupado exclusivamente pelo dormitório dos alumnos e dos Padres, amplos, arejados e de asseio irreprehensivel. O pavilhão das Irmãs tem installação analogá. No pavimento inferior visitámos uma bem montada pharmacia, a cargo de uma das Irmãs.

Visitámos toda a Missão, constatando a ordem, o asseio e o zelo dos Missionarios, a cuja frente se acha o padre João, bonissimo e abnegado sacerdote. Nas festas que nos proporcionaram por occasião da nossa descida do Tiquié, já na classe dos meninos, já na das meninas, tivemos a satisfação de verificar o carinho, a dedicação e o amor com que as Irmãs e os Padres tratam a infancia indigena. Revelam as creanças grande aproveitamento e sobretudo exacto conhecimento de nossa nacionalidade. Como em São Gabriel, os missionarios de Taracuí imprimem cunho patriotico ao ensino, desen-

volvendo nos jovens o amor á Patria e cultuando a sua bandeira, os seus grandes homens, as suas datas gloriosas. — Fomos considerados hospedes da Missão. Consignamos aqui os nossos sinceros reconhecimentos ao bonissimo Padre Marchesi e ás dignas Irmãs pelo carinho e gentilezas captivantes que nos dispensaram durante as 24 horas que ahi permanecemos.

O povoado indigena está bem lançado. — Contámos 18 casas distribuidas em uma rua larga que termina em uma praça ajardinada na qual se ergue uma columna com a imagem de Maria Auxiliadora.

Além da casa reservada aos hospedes da Missão, ha, no posto, um grande barracão destinado aos viajantes e tripulantes em transitio.

Em «Juquira» foi demolida a antiga maloca, levantando-se em sua substituição — 11 casas e uma igreja. — Começa aqui a influencia dos Padres da Missão de Taracua. A povoação está sendo fundada por iniciativa da Missão, que fornece ferramentas aos indios».

Acompanhemos agora as impressões do general Alexandrino da Cunha, datando de 1938, quando aquele militar visitava a orla fronteiriça em comissão do governo federal e, após demorada permanencia entre catequistas e catecumenos, despedia-se deles:

«Não quero, nem devo partir deste rincão hospitaleiro sem deixar consignada a impressão magnifica que me causou o vosso convivio nessas viagens de peregrinação e de estudos. Esta impressão eu a levo e com ella a minha saudade.

Senhores, a influencia das missões salesianas no rio Negro é sem duvida alguma de benemerencia patriótica: Barcellos, S. Gabriel, Taracua, Jauareté são centros de cultura moral e civica. Ainda mais, educa-se o nosso selvicola profissionalmente.

Escolas agrícolas, oficinas de carpintaria, alfaiataria, sapataria armam os seus alumnos para a futura luta pela vida. Isto, porém, Salesianos da minha Patria, pudestes conseguir à custa de muitos trabalhos e de grande dedicação, que só a caridade christã pode inspirar, encorajar a realizar.

Não vi nada de melhor, de mais surpreendente nesta selva amazônica. A vossa atividade culmina aqui em Januareté. Pe. João é o Anchieta desta imensa missão de indios puros.

Há 7 anos passados aqui havia apenas duas ou tres malocas. Pelos rios Waupés, Tiquié, Querari Papuri foram canalizados os indios Dessanos, Pirapuios, Tarianos, Tucanos, que encontram aqui principalmente e nas outras missões do rio Negro o amparo moral e material, em conjunto com uma sadia cultura religiosa, que os dignifica aos olhos dos proprios civilizados.

Para alcançardes isto, tivestes de aprender a lingua destes bons filhos da selva, para fazê-los compreender os beneficios da nossa civilização cristã. Assistindo-os com justiça, lutando heroicamente contra a sua escravidão, ensinando-lhes o mister dignificante do trabalho e o amor à Patria, já incorporastes várias centenas deles ao patrimônio da nação, não só novas fontes de riquezas, como tambem verdadeiras forças vivas de nossa nacionalidade, nos confins da fronteira do nosso Brasil.

Se hoje se pode afirmar que essa população já constitue um elemento de vigilância e de trabalho nesta região fronteiriça, amanhã constituirá sem dúvida alguma um elemento de sua própria segurança, porque os missionários salesianos, alemães ou húngaros, italianos ou chineses, no Brasil, são tão bons brasileiros, como o Pe. Ezequiel Lopes, baiano de nascimento, a Irmã Anita Moratelli, riograndense do sul, de Bagé, mineiros, paulistas, catarinenses, maranhenses, cultivando e ensinando, todos esses mis-

sionários, com elevação e denodo as virtudes pátrias, sem caber em seus corações um só ato de derrotismo, que dissolve, destrói e mata.

O nome do Chefe da Nação e das altas autoridades é aqui acatado e respeitado. Sua Excia. o Sr. Presidente da Republica é considerado por essa população indígena de sangue puro, como o grande benfeitor.

Os discursos dos alumnos e alunas do rio Negro são exemplos frisantes do que assevero, graças à educação cívica que vós, filhos e filhas de D. Bosco, vindes ministrando a esta população então espalhada pelos igarapés desta enorme região e hoje reunida por vós sob a bandeira protetora do Brasil.

Quem disser o contrário, só o fará por ignorância ou má fé. Aos primeiros eu aconselho a vir ver o que vejo agora para sentir o espirito de sadia brasilidade que se evola dos corações de milhares de nossos irmãos dessa selva — homens, mulheres e creanças — conduzidos ao amor da Pátria pelo amor a Deus, que lhes inspirastes, amores estes tão nobremente guardados em seus corações; aos últimos, isto é, aos homens de má fé, se os filmes e fotografias documentais «referentes à influência das missões religiosas do rio Negro» não constituirem um testemunho insuspeito do que venho de afirmar, então é porque são eles falsos brasileiros, facciosos, derrotistas e deshumanos.

A esses eu concito a tomarem contacto com esses missionarios, afim de tomarem deles lições de amor ao Brasil para se tornarem construtores e caridosos, porque salesianos e salesianas, oriundos de patrias distantes, ou nascidos no coração do Brasil, confundem-se numa imensa familia, conforme o preceito do grande educador São João Bosco e adotam a Patria onde exercem a sua benefica, missão na terra».

Passemos agora aos algarismos que expressam, ao vivo, o trabalho salesiano recordando os numeros referentes à extensão das duas Prelazias: a do Rio Negro com uma extensão territorial de 300.000 kilometros quadrados, a de Porto Velho com cerca de 250.000 kilometros quadrados. Só na Prelazia do Rio Negro, os Salesianos organisaram cincoenta e um povoados dos quaes os mais importantes são os de Taracuí e Juareté, tendo conseguido evangelisar os Tucanos, Tarianos, Dessanos, Piratapuios, Uananas, Arapaços, os Cubeuas, os Miritis, os Tucujas, os Macús, os Barés, os Carapaços e os Banivas.

No tocante aos empreendimentos propriamente de civilização, verifiquemos o panorama em 1933:

«Missão de São Gabriel — Asilo e Escola Agricola e profissional com 81 alunos internos e 12 externos.

Asilo Indigena Feminino, de curso elementar, primario, profissional e domestico com 98 alunas gratuitas.

Hospital com 18 leitos e Dispensario gratuito de remedios, tendo sido inaugurado o novo pavilhão do hospital, otima construção em pedra e tijolo, estando em construção mais uma ala do edificio para o mesmo fim. No pavilhão do antigo hospital, depois de devidamente adaptado, passaram a funcionar as novas aulas do Asilo Feminino.

Missão Indigena de Taracuí — Asilo Indigena com 80 alunos internos gratuitos, pertencentes à tribu dos indios Tucanos.

Asilo Indigena Feminino com 71 alunas internas gratuitas, da mesma tribu.

Hospital e Dispensario gratuito de remedios e Posto de Pronto Socorro.

Funcionam nesta missão escolas profissionais gratuitas de alfaiataria e córte para ambos os sexos, e as de marcenaria e carpintaria para os alunos.

Missão Indigena de Jauareté-Cachoeira — Asilo Indigena com 88 alunos internos gratuitos.

Asilo Indigena Feminino com 68 alunas internas gratuitas.

Escola profissional gratuita de alfaiataria e córte para ambos os sexos e de carpintaria para os meninos.

Ambulatorio e Posto de Pronto-Socorro.

Nesta missão, como na de Taracúa, estavam em construção dois novos edificios destinados para os dois internatos de ambos os sexos e aguardava-se a remessa do material necessario para uma instalação electrica, para o serviço de luz e funcionamento de uma completa serraria mecanica.

Missão de Barcelos — Asilo com 38 alunos internos.

Posto de Pronto-Socorro e Ambulatorio.

Nesta Missão foi levantado um novo andar no edificio do Colegio e construido um novo predio de tijolo e cimento para o Asilo Feminino e anexo hospital.

Foram tambem executados os trabalhos para a condução de agua e instalação electrica, para os quaes concorreu generosamente o Estado com uma larga remessa de material de construção.

Manãos — Colegio de D. Bosco — 1.040 alunos, dos cursos elementar, comercial e giniasal, com aulas diurnas e noturnas, dos quaes mais de 400 gratuitos.

Colegio Maria Auxiliadora, com 285 alunas, das quaes 150 gratuitas.

Posto de Pronto-Socorro e Dispensario gratuito de remedios com assistencia medica.

Nucleos indigenas em projeto — Nucleo de Vira-Poço no rio Tiquié. Nucleo de Tunuy Grande, no Rio Içana.

Estradas de Rodagem — Além da estrada de rodagem de Ipanuré e Urubucuará, construida em 1927 e que continua a prestar otimos serviços, contornando as cachoeiras de Ipanuré, foi concertada e remodelada a estrada de rodagem de Camanáos a S. Gabriel, numa extensão de 22 kilometros, afim de torna-la viavel para o trafego de auto-caminhões, continuando-a em seguida até a boca do rio Uaupés, facilitando assim as comunicações daquele rio com o baixo Rio Negro.

Obras Cientificas — A cargo da Prelazia funcionam as Estações Meteorologicas e hydrometricas de S. Gabriel (2.^a classe), Taracúa, Jauareté, Moura e Barcelos (3.^a classe), e a Estação Aerologica e Meteorologica de Manãos (2.^a classe especial).

Igrejas e Capelas construidas pela Prelazia:

Igreja	de Carvoeiro	dedicada	a Santo Alberto
»	» Caborys	»	a N. S. do Rosario
Capela	» Barcelos	»	a N. S. Imaculada
»	» Moreira	»	a N. S. do Carmo
»	» Palmeiras	»	a N. S. da Conceição
»	» Padauery	»	a N. S. Imaculada
»	» Rio Preto	»	a S. Sebastião
»	» Santa Izabel	»	a S. Gabriel
»	» Paraizo	»	a São Pedro
»	» São Pedro	»	a N. S. de Nazaré
»	» Iucaby	»	a N. S. Maria Auuxi- liadora
Igreja	» Camanáos	»	a S. S. Trindade
»	» São Gabriel	»	a S. Gabriel
Capela	» S. Joaquim Uaupés	»	a São Joaquim
Igreja	» Caiary	»	a São Joaquim
Capela	» Sant'Ana	»	a Sant'Ana
»	» Umarituba	»	a São Pedro
»	» São Felipe	»	a São Felipe
»	» São Marcelino	»	a São Marcelino
»	» Marabitana	»	a São José
»	» Içana	»	a Sant'Ana
»	» Urubucuará	»	a Nossa Senhora
»	» Taracúá	»	ao Coração de Jesus
»	» Cucuhy	»	a São Sebastião (em construção).

Posto de Pronto Socorro de Barcelos — Rio Negro —
Remedios distribuidos: Capsulas de quinino — 62.490 — In-
jeções varias — 1.358 — Purgantes salinos — 678 — Purgantes
de oleo de ricino — 1.017 — Lombrigueiros — 1.436 — Ata-
duras — 271 — Pomadas — 553 — Receitas varias — 1.183
— Curativos de feridas — 6.406 — Curativos varios — 1.669
— Injeções no Posto — 2.201 — Injeções a domicilio —
1.664.

Hospital S. José de Porto Velho — O hospital de S. José
tem presentemente 50 leitos, onde são acolhidos os doentes de

toda a vasta e impaludada zona do Rio Madeira, sendo que muitos de entre eles são enviados, das zonas mais afastadas, pela Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, ou conduzidos em gaiolas e canôas.

Assistencia Medica — A cargo do hospital tem funcionado com toda a regularidade o serviço de assistencia medica domiciliar na cidade de Porto Velho, a qual se estende em todo o percurso da E. F. Madeira-Mamoré, penetrando o Estado de Mato Grosso até a vizinha cidade de Guajará-mirim, enviando-se semanalmente um enfermeiro para atender a curativos e à distribuição de medicamento naquela zona impaludada.

Posto de Pronto Socorro — Funcionam tambem a cargo da Prelazia varios postos de pronto socorro, sendo os principais: Sto. Antonio do Rio Madeira, Jacy-Paraná, Presidente Marques ou Albuñã, além de dois dispensarios que funcionam em logares separados e distintos na cidade de Porto Velho.

Posto de Socorro de Humaitá — Nesta cidade funciona um posto de pronto socorro com assistencia medica, entregue ao dr. Frederico Monteiro, que tem prestado os mais relevantes serviços à zona do baixo Rio Madeira e do Rio Machado. A compra e adaptação do Posto custaram 14:000\$000, sendo que só os honorarios medicos importam em 7:200\$000, sem contar a aquisição dos medicamentos necessarios, largamente distribuidos à pobreza local.

Colegios e Escolas — Funcionaram com toda a regularidade os seguintes estabelecimentos do ensino: Em Porto Velho — a Escola Feminina Maria Auxiliadora, com cinco classes e uma matricula de 150 alunas inteiramente gratuitas e uma frequencia media de 115; a Escola Profissional Feminina para ensino de trabalhos domesticos com uma matricula de 48 alunas e uma frequencia média de 35, sendo que, alem de terem o ensino gratuito, distribue-se ainda às alunas o material de confecção necessaria; a Escola Operaria Noturna, gratuita, com cinco classes, uma matricula de 145 alunos e uma frequencia media de 120; a Escola Diurna Masculina, gratuita, com cinco classes, cuja matricula subiu de 20 a 54 alunos.

Igrejas e Capelas de Porto Velho — Porto Velho, consagrada ao Sagrado Coração. Porto Velho, consagrada a São

Francisco. Porto Velho, consagrada a Santa Barbara. Porto Velho, no cemiterio. Sobral, consagrada a Nossa Senhora da Saude. Humaytá, consagrada a Nossa Senhora Imaculada. Pombal, consagrada a São Sebastião (em ruínas). Humaytá, consagrada a Santo Antonio. Humaytá, no cemiterio. Santo Antonio, consagrada a Santo Antonio. Jacy-Paraná, consagrada a São Sebastião (pronta). Fortaleza, consagrada a Santo Antonio (quasi pronta). Cachoeira Samuel, consagrada a Imaculada Conceição.

Quem vive o conforto das capitães ou das cidades de progresso material rapido e seguro, não tem uma idea rasoavel que seja do quanto de energia, de heroismo ha nessa ação catequista dos Salesianos no Rio Negro e no Madeira. Os algarismos que divulgamos talvez a esses que não sentem diretamente a agressividade da natureza amazonica, com suas mil diversidades e peculiaridades ruinosas, impressionem pouco. Mas os depoimentos que expusemos atraz não serão de uma aloquencia palpavel, não serão suficientes para esclarecer e proclamar a benemerencia do esforço Salesiano?

Nos anos seguintes a 1933, numa ofensiva ainda mais energica, os Salesianos (4) meteram-se a novos empreendimentos labutando com um denodo extraordinario. Fundaram novos aldeamentos, levantaram novas igrejas e capelas, aumentaram o numero dos estabelecimentos educativos, formaram novas casas para tratamento de seus enfermos, contribuindo mais intensamente para que a civilização penetrasse os sertões rionegrinos e madeirenses com segurança e em bases definitivas.

No que diz respeito ao povoamento e nucleamento das populações indigenas, na atualidade estão reunidos no rio Negro e afluentes 6.737 indigenas, em 67 povoados. Esses indigenas recebendo ensinamentos agronomicos, frequentando oficinas de artifices, aprendendo a lingua nacional, a historia e a geografia

(4) Nesse periodo, entre outros, distinguam-se os padre Noé Gualberto, Francisco Fabbri, José Schneider, Antonio Jaconi, João Marchezi, Ezequiel Lopes, José Domitrovitch, Tiago Acchiardo, Miguel Ghigo, Clemente Saleri e Francisco Cerdelic.

brasileiras, instrução física e militar. Para tal, funcionam em Barcelos, São Gabriel, Taracúá, Jauareté e Pari-Cachoeira, nove collegios e asilos, que em 1940 somavam uma frequencia de 884 internos gratuitos.

Relativamente aos cuidados com a saude, estão em funcionamento os hospitaes e ambulatorios de São Gabriel, Taracúá, Barcelos, Jauareté. Em 1939, só em Barcelos foram atendidas 6.754 pessoas.

Na Prelazia de Porto Velho, o movimento não é menos expressivo. Mantêm dois collegios, que tiveram frequencia de 534 estudantes em 1940, dos quaes 142 internos e 84 gratuitos: o D. Bosco, em Porto Velho, e o Patronato Domestico Profissional, em Humaitá. Em Porto Velho, alem daquele estabelecimento, tambem sedia a Escola Normal Rural Maria Auxiliadora, que foi a primeira oficialisada no Estado, criação decorrente de um dispositivo regulamentar estadual, para o preparo de pessoal para o magisterio no interior do Amazonas. Já em 1940, essa Escola Normal dava a primeira turma de professoras, tendo registrado uma matricula de 248 alunas.

Na Prelazia, tambem funcionam dois hospitaes e ambulatorios, um em Porto Velho, o São José, com 50 leitos, e o outro em Humaitá, com 24 leitos, sendo que este atendeu no ano passado a 4.786 pessoas e aquele a 7.890.

«As missões continuam tambem com encargo oficial das estações meteorológicas criadas pelo governo federal, estando atualmente a seu cargo as estações meteorológicas do Barcelos, Taracúá, Jauareté e Pari-Cachoeira, Humaitá e as estações meteoro-aerológicas de São Gabriel e Porto Velho e a da cidade de Manaus, tendo todas elas regular funcionamento sob a chefia da diretoria geral da aeronáutica civil.

Marece atenção a localizada estação de Taracúá exatamente sobre a linha equatorial (Lat. S. 0,02'), tornando sobremaneira importante por este motivo a sua produção científica».

Nos empenhos catequistas, os Salesianos adotaram uma politica habilissima, que está dando os melhores frutos: «reuniram o maior numero desses indigenas que vegetavam em igarapés afastados onde mais facilmente eram dizimados pelas febres, acostumaram-nos a viver em contato com os brancos, de cuja

presença facilmente fugiam para não serem obrigados a exaustivos trabalhos nos seringais, evitaram o pernicioso fracionamento das tribus pela sua reunião em coletividades etnicamente distintas, de conformidade com a origem das tribus e suas preferências raciais, proporcionando-lhes um ambiente propício à civilização pela eliminação de fatores negativos, disciplinaram-nos nos povoados que constituem um início auspicioso de futuras vilas. Eliminadas as malocas ou habitações coletivas — origem de tantos abusos e do mais grosseiro comunismo — foram-se construindo casas suficientemente espaçosas e higiênicas, abertas roças, criadas serrarias e pequenas carpintarias, onde os indígenas preparam o madeiramento das casas, portas, janelas e moveis domésticos.

Os índios, que andavam nus, apresentam-se agora vestidos, e suas famílias, facilmente outrora desfeitas pela brutalidade de pseudo-civilizados, crescem num ambiente de relativa civilização, que aumenta na proporção dos recursos, de que as missões podem dispor para melhorar a sua situação».

Toda uma obra de gigantes, que exige admiração e agradecimentos. Mesmo porque além dessa labuta na floresta, às margens dos cursos fluviaes, nas malocas indígenas, nas escolas, nos dispensarios, os Salesianos têm sido os animadores de quasi todos os empreendimentos que comunicam alento, ar menos agreste ao Rio Negro. Antes deles, São Gabriel e Barcelos nada significavam como fócios civilizados. Nos altos afluentes do Rio Negro, não se conhecia uma construção em pedra, uma residencia condigna, um beneficio do seculo das empresas vertiginosas. Depois de sua chegada, a verdade é que Barcelos e São Gabriel passaram a constituir dois centros urbanos que se não envergonham de seus titulos de cidades. Nos altos afluentes do Rio Negro, Jauareté e Taracuí são outros dois nucleos progressistas, que não se arreceiam de confrontos com certas sédes de municipios amazonenses. Basta, aliás, que se refira que antes dos Salesianos, nem em Barcelos nem em São Gabriel havia luz elétrica e esgotos. Hoje, as duas cidades gosam desses melhoramentos, realização silenciosa dos Filhos de D. Bosco.

No momento em que escrevemos, D. Pedro Massa, nomeado a 1 de Maio de 1941 Prelado do Rio Negro, (5) dirigindo-se aos seus paroquiados, anuncia outras realizações: «No Rio Negro, escreve ele, deverá surgir a Missão do Querari, em Pacú-Cachoeira, abaixo da foz desse rio, afluente do Içana, podendo juntar os remanescentes dos índios de Jauareté-Cachoeira para cima a poucas horas de distância da Republica da Colômbia.

a Missão de Moura, na vila do mesmo nome, no baixo Rio Negro;

a Missão dos índios do Demeni.

Na Prelazia de Porto Velho: a Missão dos índios Parintintins;

as residencias ,quasi-paróquias de Arikmes, Abunã e de São Carlos, na boca do Jaguarí, onde já está quasi pronta uma bela igreja».

E mais adiante, «por ocasião da passagem do Ano Jubilar», continúa o intemerato Antistite, «em Jauareté-Cachoeira a igreja aumenta com a sua torre de 30 metros;

em Parí-Cachoeira, o primeiro pavilhão central da nova Missão;

em São Gabriel — as novas oficinas profissionais e possivelmente a torre da Catedral;

em Barcelos — o aumento daquele hospital;

em Taracua — será iniciada a construção do santuário do Sagrado Coração de Jesus, a quem é dedicada aquella Missão;

em Humaitá — o novo hospital e a abertura do curso profissional feminino dirigido pelas Irmãs de Maria Auxiliadora;

finalmente, em Porto Velho serão levantadas as torres da Catedral, devido à generosa colaboração do Exmo. Sr. Major Aluizio Ferreira, espirito empreendedor, a cuja capacidade administrativa deve-se o reerguimento admiravel da região do Madeira.

Em Manaus tambem não passará despercebida esta data, iniciando ao menos a construção do santuário de Santa Teresinha, padroeira das Missões».

(5) A 5 de Abril de 1941, D. Pedro Massa foi preconizado Bispo Titular de Hebron pelo SS. P. Pio XII, tendo sido sagrado no Santuario Maria Auxiliadora, em Niteroy, a 1 de Maio de 1941, por D. Bento Aloisio Masella, Nuncio Apostolico junto ao governo brasileiro.

A OBRA DE CIVILISAÇÃO que as Ordens Religiosas realizaram na Amazonia, no periodo colonial, indicada em suas linhas geraes nas paginas anteriores, mesmo em meio às tremendas dificuldades que o ambiente geografico e o ambiente social lhe crearam, foi uma obra de tal significado que não será possível compreender essa Amazonia em suas horas iniciaes, nas tentativas para desbrava-la e torna-la um recanto onde a paisagem humana e consequente paisagem economica fosse menos barbara, sem o estudo sereno, meditado, do esforço dos missionarios. Esforço que à primeira vista póde parecer apenas reduzido à catequese do selvagem, e mesmo sob esse aspecto ele foi gigantesco, quando na realidade ele se ampliou em panoramas os mais variados.

Porque alem da faina catequista, espalhando a noção de Deus entre as tribus da hinterlandia e da costa, fazendo-as aceitar a vida como as características do ocidente europeu, os Religiosos que operaram na Amazonia estudaram a terra e o homem, aproveitaram as aptidões dos nativos, crearam escolas para os nativos e para os filhos dos colonos, abriram hõspitaes, ensinaram a lavrar a terra e a aproveitar a materia prima regional em industrias novas, levantaram igrejas, capelas e conventos, que constituíram as melhores manifestações artisticas da empresa colonial, crearam as primeiras paginas da literatura amazonica. Toda uma atividade, que os armou cavaleiros de uma cruzada de grande tomo e de tantos perigos como os empreendimentos guerreiros da idade media contra os infieis do Oriente.

Nos ciclos posteriores, essa obra de civilisação, se por vezes foi vagarosa, indicando precariedade de elementos, talvez certa ausencia de entusiasmo, nem por isso deixou de alcançar o aspecto de grandiosidade que a reveste na atualidade, quando dez Ordens Religiosas retomam posição, restauram a catequese e

se dedicam entusiasticamente à conquista de primitivos, à educação de moços, à ressurreição moral de multidões que padeciam o mais impressionante desamparo espiritual, á modificação da paisagem social, que se renova, alenta e fortifica, numa preparação sadia para dias mais venturosos que já começam a experimentar as gentes da hinterlandia amazonica.

Para a compreensão do que valeu o esforço colonial e vale o esforço atual, é necessario, todavia, recordar, numa identificação rapida, o ambiente geografico, diverso do ambiente geografico dos outros trechos do Brasil, verdadeiro mundo aparte na fisiografia e tambem na sociografia e na fisionomia economica.

A Amazonia, caracterisada pela extensão de floresta mais densa do continente, pelo volume de agua maior do globo, pela rusticidade de suas condições de vida, pela precariedade de seus recursos materiaes, pela rarefação populacional mais expressiva da nação, pelo estado genesico que afeiciona sua economia, constituída apenas de materia prima natural, pela insalubridade que em muitos trechos ainda aniquila seus insignificantes contingentes humanos, pelas reservas gentilicas que se escondem em suas florestas, hontem como hoje é um espaço a convidar iniciativas, espiritos corajosos, a proporcionar campo para aplicação de planos de valorisação e de conquista material. Em tudo e por tudo, profundamente diferente da cultura pujante que marca a evolução brasileira em outros setores territoriaes. Profundamente diferente dessa Amazonica lirica que os imaginosos pretendem que ela seja.

Instalando-se nela, com a consciencia perfeita dos perigos que os aguardava em cada dobra de estirão, em cada boca de paraná, em cada trecho de floresta, em cada pedaço de terra, identificando-se com os perigos, os Religiosos, de hontem e de hoje, identificaram-se consequentemente com o ambiente geografico, que jamais os assustou e que sempre souberam enfrentar com uma coragem admiravel, em verdadeiros transportes de sublimidade.

Vencido o obstaculo da aclimação, da adaptação, o problema da conversão do indio não lhes surgiu como um problema que exigisse preocupações demasiadas. Devia ele constituir a finalidade maior e lhes deu nomes ao Agiologio como logo

Luis Figueira e seus companheiros, depois os Franciscanos de Santo Antonio, Frei José de Santa Maria e Frei Martinho da Conceição, imolados pelos indigenas do Marajó, os Carmelitas Antonio de Andrade e Matias Diniz, na bacia do Solimões, os Capuchos da Piedade, Frei Antonio de Vila Viçosa e Frei Pedro d'Evora, mortos no Atumã. Mas não lhes surgiu como um problema que exigisse preocupações demasiadas porque o trato com as multidões gentias já estava na natureza deles, que sabiam como atraí-las, converte-las e conduzi-las à comunhão cristã. E se não foi empresa facil, tambem não foi empresa que receiassem ou em que tivessem fracassado. Ao contrario, os exitos alcançados constituem um dos grandes triunfos de que se podem ufanar e permitiu, no ciclo colonial, a instalação do dominio lusitano. Tivesse mangrado o empreendimento da conversão e o imperio lusiada se não fixaria com a rapidez e a segurança de dois seculos. E na atualidade, o grande capitulo de civilização que se está escrevendo não teria a expressão espiritual que o fundamenta.

A obra de civilização da America, em que, é certo, agiram e agem outras unidades humanas, como as autoridades civis e militares, como os proprios contingentes populacionaes, que desbravam a floresta para dela tirar as utilidades economicas que são a sua razão de vida, tem tido, na contribuição dos Religiosos, desde os primeiros dias da chegada dos advenas europeus às atuaes providencias governamentaes, programadas com tanto entusiasmo, a sua mais evidente força propulsora. E essa força propulsora, atestada no reconhecimento publico das proprias autoridades civis e militares e documentada pelas mil formas de ação, de criação, de construção levada a cabo pelos sacerdotes catolicos.

Chamados para a simples conquista espiritual, compreendida esta, insistamos sempre, na conversão, na pacificação dos indigenas, tranformaram ou ampliaram essa conquista espiritual primaria numa admiravel demonstração de seu espirito aberto aos grandes empreendimentos culturaes, trazendo, à Amazonia, letras, artes, instrução, reforma de costumes, monumentos materiaes, assistencia sanitaria, estudando a terra e o homem, numa singular e ainda não perfeitamente proclamada contribuição aos

inqueritos científicos que ha tres seculos se realisam à volta das coisas regionaes.

No tocante ao estudo da terra e do homem e às primeiras paginas da chamada literatura amazonica, começaram através o contacto com o exotismo que os rodeava e a geografia fantastica que se inscrivia nos livros dos cronistas da epoca colonial. Passaram, depois, ao exame mais sereno e circunstanciado da realidade ambiente, explorando rios, identificando tribus, levantando mapas dos trechos que reconheciam, organisando glossarios das falas indigenas, descrevendo sem exaltações prejudiciaes a fisionomia geografica, fazendo os primeiros capitulos da sociografia amazonica.

Frei Cristovam de Lisboa, alem da cronica dos primeiros choques com os «herejes», no inicio da conquista lusitana, e das tres cartas ao irmão Severim de Faria, em que fez um retrato delicioso da terra e da gente, escreveu o «Tratado das Aves, plantas, peixes e animaes do Maranhão», ainda inedito no Arquivo Colonial de Lisboa. Luis Figueira, no «Memorial sobre as terras e gentes do Maranhão, e Grão Pará e Rio das Amazonas», na «Relação de varios sucessos acontecidos no Maranhão e Grão-Pará, assim de paz como de guerra, contra o rebelde holandês, inglêses e francêses e outras nações», na «Missão que fez o P. Luis Figueira da Companhia de Jesus, superior da Rezidencia do Maranhão, indo ao Grão Pará, Camutá e Curupá, capitancias do Rio das Amazonas, no ano de 1636», trouxe subsidios preciosissimos para a intelligencia das origens historicas da Amazonia e do estado de conhecimentos geograficos e ethnologicos do vale.

João de Souto Maior, no «Diario da Jornada que fiz aos Pacajás», deu-nos um otimo documentario geografico e ethnologico. Samuel Fritz, nos seus diarios, alem dos materiaes de natureza historica, proporcionou abundante noticiario geografico e ethnologico. Sua obra maxima foi, porém, o Mapa de «El Gran Rio Maranon, o Amazonas, con la Mission de la Compania de Jesus», impresso em 1712, em Londres. Bento da Fonseca, Manoel Ferreira, Manoel da Mota, João Ferreira escreveram descrições minuciosas dos rios Madeira, Tapajós, Tocantins e Negro. O Carmelita José Lopes comunicou minu-

cias acerca do curso do Japurá; e Frei Francisco de São Marcos, Piedoso, em 1728 descreveu o Nhamundá.

Felipe de Betendorf, na «Cronica da Missão dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão»; Domingos de Araujo, na «Cronica da Companhia de Jesus da Missão do Maranhão»; Jacinto de Carvalho, na «Cronica da Companhia de Jesus no Maranhão»; Bento da Fonseca, no «Maranhão conquistado a Jesus Cristo, e à Coroa de Portugal pelos Religiosos da Companhia de Jesus»; José de Moraes, na «Historia da Companhia de Jesus da Provincia do Maranhão e Pará»; João Daniel, no «Thesouro descoberto no Rio Maximo Amazonas», além dos quadros historicos, imprescindiveis para quem quizer conhecer seriamente a formação da Amazonia, fizeram nesses livros uma das contribuições mais perfeitas para a ethnologia, a sociografia amazonicas. Particularizando o tomo de João Daniel, podemos dizer que o «Tesouro descoberto» constitue o primeiro inquerito argutamente feito à volta das condições sociaes e economicas das populações nativas, inquerito que nos revela admiravelmente as realidades e possibilidades culturaes das multidões nativas que se adensavam ao longo do Amazonas e seus afluentes.

As «Cartas», de Antonio Vieira, por seu lado, não podem deixar de figurar nesse arrolamento sumarissimo, como peças essenciaes para sabermos dos costumes, da indole, das virtudes e desventuras dos colonos e da gentildade paraense, como acerca da fisiografia gigantesca que o deslumbrou e lhe provocou paginas entusiasmadas.

Já no seculo XIX, o carmelita André Fernandes de Souza escreveu as sumosas «Noticias Geograficas da Capitania de São José do Rio Negro», como o vigario geral do Alto Amazonas, dr. José Maria Coelho, escreveu os «Anaes da Provincia do Rio Negro». Sobre a Capitania, que é hoje o Estado do Amazonas, já nos fins do seculo anterior, o primeiro vigario geral dela, dr. José Monteiro de Noronha, riscara um otimo «Roteiro da viagem da cidade do Pará até as ultimas colonias dos dominios portuguezes em os rios Amazonas e Negro», que foi guia seguro a quem desejava informações sobre a hinterlandia do Estado.

Não devem ser esquecidos ainda, dessa fase, as Memorias e Diarios de Frei João de São José e as de Frei Caetano Brandão, que recolheram impressões, registraram aspectos, compendiaram noticiario abundantissimo sobre vilas, povoados, populações, cursos fluviaes, condições de vida, regimen economico, problemas espirituaes e de administração publica na grande experiencia que foi o periodo colonial. Os Diarios de Viagem dos Bispos D. José Afonso de Moraes Torres, D. Frederico Costa e D. Antonio de Almeida Lustosa, continuando um genero inaugurado pelos dois anteriormente citados, são, igualmente, fontes preciosas que nos permitem uma aproximação honesta com o sertão amazonico, que naquelas paginas nos surge com todas as suas peculiaridades, seu primitivismo, seus anceios.

A bibliografia de Constantino Tastevin, ethnologo, geografo de nomeada mundial, professor no Instituto Catolico de Paris, toda ela trabalhada durante os vinte ou trinta anos que viveu no Solimões e Juruá, integrado à Missão de Tefé, é uma preciosidade que dispensa elogios, porque na realidade está muito acima desses louvores. Desde a «Gramatica da Lingua Geral» às notaveis monografias sobre a fisiografia e a geografia humana do Juruá, do Mineroá, do Riosinho da Liberdade, do Badajós, às memorias sobre a gentilidade que habitava a Prelazia, em todos esses estudos, divulgados em francês, trouxe ele a mais notavel contribuição que, nos tempos modernos, a Igreja já entregou às ciencias sociaes no tocante à Amazonia.

Padre João Batista Parassier e Manoel Albuquerque, Antonio Jacone, Frei Evangelista da Cefalonia, os Franciscanos da Missão do Cururú, os Padres da Prelazia do Alto Purús e Acre, retomando a orientação dos Franciscanos Frei Boa Vista de Santo Antonio, Frei Joaquim da Conceição, Frei João de Jesus, Frei Mateo de Jesus Maria, — que deixaram vocabularios e gramaticas das linguas dos Aroans, Sacacas, Tupis-guaranis, Aracajús, Maraumi — estudam e divulgam vocabularios e gramaticas das linguas geral, tucana, mundurucús, ticunas, estudam e divulgam sumulas ethnologicas e geograficas das regiões compreendidas nas suas Prelazias. Os Salesianos, nesse particular, publicaram, já em tres edições, o livro «Pelo Rio Mar», que compendia a climatologia, a ethnologia, a antropologia, a geo-

grafia e o esboço historico do vale do rio Negro, com minuciosidades preciosas.

Em Tefé, os ensaios do padre Manoel de Albuquerque, em torno à historia do municipio, são evidentemente completos. Como são interessantissimos os dados colhidos sobre o Alto Acre e Alto Purús pelos Padres Servos de Maria. E magnificos, os subsidios ministrados no livro «Missione di Alto Solimões», da autoria do capuchinho Frei Evangelista de Cefalonia.

Passando ao campo educacional, os graficos que vamos apresentar dirão melhor que qualquer periodo nosso, do que significa a ação atual dos Religiosos na Amazonia. Recorde-mos antes que os Franciscanos de Santo Antonio, os Mercedarios, os Carmelitas e os Jesuitas foram os educadores unicos que a Amazonia conheceu antes do consulado pombalino. Alem das escolas de primeiras letras para os filhos dos colonos, mantiveram cursos de latinidade, filosofia, teologia em Belém, escolas para os catecumenos, inclusive aprendizados de artifices, ensinaram «musica e cantoção», em Belem, em Tefé e Barcelos. Como tiveram os Jesuitas e os Mercedarios otimas bibliotecas, mais tarde confiscadas pelas autoridades civis do Estado. O Seminario de Belém e mais tarde os seminarios de Obidos e Manãos, durante grande espaço de tempo, foram os unicos estabelecimentos franqueados à mocidade amazonica. Um Colegio, fundado em 1804 por D. Manuel de Almeida Carvalho, foi igualmente, até meados do seculo XIX, o unico estabelecimento aberto para as meninas paraenses. Já vimos, paginas atraz, que, sob o primeiro Imperio, recaia sobre o clero todo o encargo educativo, pelo que as escolas nas vilas e povoados na sua maioria ficaram a cargo de sacerdotes.

Nos dias atuaes, os graficos são eloquentissimos, como vamos apreciar. Em Belem, para começar, funcionam os seguintes institutos catolicos, que dão os cursos normaes, ginasiaes, commerciaes e profissionaes:

Colegio Salesiano Nossa Senhora do Carmo.

Colegio Nossa Senhora de Nazaré, mantido pelos Irmãos Maristas.

Instituto Gentil Bitencourt.

Obra da Providencia, escola profissional para moças.

Colegio Santa Catarina.

Colegio Nossa Senhora de Lourdes.

Colegio Santo Antonio.

Externato Medalha Milagrosa.

Externato São Vicente.

Colegio Santa Rosa.

Em Manáos, funcionam os seguintes:

Colegio D. Bosco, com frequencia de 1.600 alunos nos cursos diurnos e noturnos.

Colegio Maria Auxiliadora.

Colegio Santa Dorotea.

Patronato da Cachoeirinha.

Instituto Benjamin Constant.

Os Capuchinhos do Solimões mantêm, em São Paulo de Olivença, o grande Colegio de Nossa Senhora da Conceição, com cursos primarios, ensino agricola e profissional, alem de escolas de primeiras letras em varios pontos da Prelazia, ao longo do Solimões e afluentes. Os Padres do Espirito Santo mantêm: um Seminario, com desesseis internos; o Externato São José, com sessenta alunos; a banda de musica Santa Cecilia; um internato de meninas no Colegio Santa Teresa, com 65 internas, orfãs na maioria, a cargo das Franciscanas Missionarias de Maria; uma Escola Normal Rural, do tipo marcado pela legislação estadual amazonense; um jardim de infancia, com 110 creanças; um Prendario Feminino, com cursos de bordado, desenho e costura, frequencia de 40 alunas; um externato feminino, com 90 aulas, dividido em tres seções; e finalmente uma escola de canto para moças. Tudo em Tefé.

Os Beneditinos da Prelazia do Rio Branco mantêm um aprendizado agricola para meninos indigenas e um grande internato para meninas, a cargo das Beneditinas de Tutzing. Os Padres Servos de Maria, do Alto Purús e Acre, alem de escolas primarias nas sédes das paroquias, mantêm o Colegio Santa Juliana, a cargo das Servas de Maria, com 50 orfãos internados. Os Agostinianos Racoletos, no Purús, mantêm, na Labrea, escola de humanidades, escola pratica de agricultura, escola de canto, oficinas de carpintaria, pintura e fotografia, alem de

um instituto para moças, a cargo de um grupo de Agostinianas. Os Franciscanos do Baixo Amazonas mantêm seis escolas primarias em Obidos, Alenquer, Santarem, uma Escola Normal em Santarem, com frequencia de 319 alunas; dois orfanatos, com 130 asilados, dois collegios para meninas em Obidos e Monte Alegre e na missão do Cururú um internato com 75 indiasinhas. Para o ensino feminino, são ajudados pelas Irmãs Missionarias da Imaculada Conceição.

Os Salesianos, que têm inegavelmente o peso de maiores responsabilidades, que lhes advêm da extensão de seus territorios prelaticos, do volume de população indigena ou não sobre que devem atuar e das obrigações que se impuzeram, mantêm, presentemente: a Escola Agricola de São Gabriel, com 118 internos gratuitos; o Asilo Maria Auxiliadora, com 115 internas, tambem em São Gabriel; o Collegio São José, com 115 internos gratuitos e o Asilo Santa Teresinha, com 110 internas, em Barcelos; o Collegio do Sagrado Coração, com 65 internos, todos indios Tucanos, e o Asilo Maria Auxiliadora, com 62 internas, todas Tucanas, em Taracuá; o Collegio São Miguel, com 165 alunos internos, tambem Tucanos, e o Asilo Maria Auxiliadora, com 108 internas, Tucanas, em Jauareté-Cachoeira; o Collegio D. Bosco, com 45 alunos, em Paricachoeira; e um externato em Santa Isabel. Em todos esses estabelecimentos, alem das aulas de primeiras letras, funciona uma escola de agricultura e de ensino profissional. Em Porto Velho, como já vimos em capitulo anterior e não será demais recordar aqui, os Salesianos possuem o Collegio D. Bosco e a Escola Normal Rural. E em Humaitá, o Patronato Domestico Profissional.

Todas essas Ordens Religiosas atendem aos enfermos que os procuram. Quando não são os representantes do poder publico, nos postos sanitarios, mantêm pequenas enfermarias ou mesmo hospitaes. Desde o periodo colonial, aliás, foi assim. E vale recordar que os Franciscanos da Conceição, os Carmelitas e os Frades da Piedade tiveram enfermarias em Barcelos, Tefé, Gurupá e Belém, franqueadas aos civis e militares que as procuravam. Na atualidade, os hospitaes de maior vulto estão a cargo dos Salesianos, Padres Servos de Maria e Franciscanos

de Santo Antonio, que, respectivamente, dirigem os seguintes estabelecimentos: hospital São José, em Porto Velho, hospital de Humaitá, hospitaes de S. Gabriel, Barcelos, Taracúá, Jauareté-cachoeira e Pari-cachoeira; hospital Augusto Monteiro, de Sena Madureira, e hospital São José, de Santarem.

E' de assinalar-se, por fim, a bem da verdade, que para a realização de tão gigantescos esforços e a consecução de tamanhos rendimentos, os Religiosos têm encontrado sempre a bôa vontade das autoridades, principalmente as autoridades federaes que, como nos idos coloniaes, lhes atribuem deveres, solicitam cooperação para o bem estar das populações da hinterlandia, assistindo-os com abundantes recursos materiaes e financeiros que possibilitam exitos e asseguram durabilidade á empresa.

A obra de civilização que a Igreja Catolica, pelas Ordens Religiosas, vem realizando na Amazonia, ha tres seculos, não póde ser negada. E' tão forte, tão viva, tão expressiva! Se das 80 cidades com que conta a Amazonia, 30 são antigas fundações realizadas pelos Religiosos!



BIBLIOGRAFIA

- J. A. DA CUNHA — A Dilatação da Fé no Imperio Português. Lisboa, 1936.
- BARÃO DE STUART — Documentos para a Historia do Brasil. Fortaleza, 1904-1921.
- ARTUR C. F. REIS — Historia do Amazonas, Manaus, 1931.
- ARTUR C. F. REIS — Franciscanos de Santo Antonio na Conquista da Amazonia. Em publicação na Revista do I. H. do R. G. do Sul.
- FREI LUCAS ESPINOSA — Vicariato Apostolico de San Leon del Amazonas (Loreto-Perú) Antecedentes historicos. Madri, 1936.
- D. ANTONIO DE MACEDO COSTA — A Amazonia. Meio de desenvolver sua civilização. Rio, 1884.
- D. FREDERICO COSTA — Carta Pastoral. Fortaleza, 1909.
- FREI JOÃO DE S. JOSÉ — Viagens e visitas do sertão. Revista do I. H. Brasileiro, tomo IX.
- ARTUR C. F. REIS — A Politica de Portugal no Vale Amazonico. Belém, 1940.
- ARTUR C. F. REIS — D. Romualdo de Souza Coelho. Belem, 1941.
- SERAFIM LEITE — Novas Cartas Jesuiticas. S. Paulo, 1940.
- SERAFIM LEITE — Luis Figueira. Lisboa, 1940.
- FR. ANDRÉ PRAT — Notas Historicas sobre as Missões Carmelitas no extremo norte do Brasil. Recife, 1941.
- JOÃO LUCIO DE AZEVEDO — Os Jesuitas no Grão-Pará. Lisboa, 1901.
- MELO MORAES — Historia dos Jesuitas. Rio, 1872.
- ANTONIO FERRÃO — O Marquez de Pombal e a expulsão dos Jesuitas. Coimbra, 1928.
- JOSÉ DE MORAES — Historia da C. de Jesus na Provincia do Maranhão e Pará. Rio, 1860.
- FELIPE DE BETENDORF — Cronica da Missão dos Padres da C. de Jesus no E. do Maranhão. Revista do I. H. Brasileiro, tomo 72.

MANOEL BARATA — Efemerides Paraense — Revista do I. H. Brasileiro, tomo 90.

R. A. DE ALMEIDA PINTO — O Bispado do Pará. Anaes da B. A. Paraense, tomo 5.

BARÃO DE GUAJARÁ — A catequese dos Ind os no Pará. Anaes da B. A. Paraense, tomo 2. Belém, 1902.

JOÃO DANIEL — Tesouro descoberto no maximo rio Amazonas. Revista do I. H. Brasileiro, tomos 2 e 3.

M. DE LA CONDAMINE — Relation abregée d'un voyage, etc. Paris, 1745.

CUNHA RIVERA — Catalogo da Biblioteca Publica Eborense. Lisboa, 1650.

HELIODORO PIRES — A Paisagem espiritual do Brasil no seculo XVIII. S. Paulo, 1937.

EDUARDO BRASÃO — Os Jesuitas e a delimitação do Brasil de 1750. Braga 1939.

GASPAR DE SIQUEIRA E QUEIROZ — Tabela Historica e Cronologica dos Eximos. e Revimos. Senhores Bispos da Diocese Paraense. Pará, 1850.

MISSÕES SALESIANAS DO AMAZONAS — Pelo Rio Mar, Rio 1933.

MANOEL BUARQUE — O Apostolo do Araguaia, Belém, 1929.

D. ANTONIO DE ALMEIDA LUSTOSA — À Margem da Visita Pastoral. Belém, s/d.

D. ANTONIO DE ALMEIDA LUSTOSA — Dom Macedo Costa. Rio, 1939.

D. PEDRO MASSA — Carta Pastoral. Rio. 1941.

D. JOSÉ LOURENÇO DA COSTA AGUIAR — Carta Pastoral, Rio, 1894.

MANOEL ALBUQUERQUE — Notas historicas em "O Missionario". Tefé.

Relatorios dos Presidentes da Provincia do Amazonas. Rio, 1906-1908.

Relatorios dos Presidentes da Provincia do Pará. Varios anos.

Anaes da Biblioteca e Arquivo Publico do Pará. Belém, 1902-1926.

Codices da B. A. Paraense — 588-704-874-876-877-878-879-880-881-886
889-892-897-1086-1096.

APENDICE I

Prelazia do Rio Negro

Dados históricos e estatísticos

A pedido e por iniciativa do Bispo de Manaus, Dom Frederico Benicio de Spiza Costa, foi creada por Pio X em junho de 1910 a Prefeitura Apostólica do Rio Negro, entregue aos Salesianos em 1915, tendo sido nomeado Visitador Apostólico em 1914 o Revmo. Sr. Pe. João Bálzola.

Os Salesianos tomaram conta da Prefeitura em 24 de julho de 1915, sendo primeiro Prefeito Apostólico Monsr. Lourenço Giordano, falecido a 5 de dezembro de 1919 à beira do Rio Negro, no lugar chamado São Joaquim. Em 8 de dezembro de 1920 foi nomeado seu substituto Monsr. Pedro Massa.

A Prefeitura foi elevada a Prelazia Nullius pela Bula «Inter Nostri» do Santo Padre Pio XI, de 1.º de Maio de 1925, ficando sufragânea da Arquidiocese do Pará. Dom Pedro Massa foi nomeado seu administrador apostólico em 21 de agosto de 1925. O mesmo foi preconizado Bispo Titular de Hébron pelo Santo Padre Pio XII a 5 de abril de 1941, e sagrado Bispo pelo Nuncio Apostólico D. Bento Aloisi-Masella, Arcebispo Titular de Cesaréa, no Santuário Maria Auxiliadora de Niterói a 1.º de maio do mesmo ano, tendo sido na mesma data nomeado Prelado do Rio Negro.

A Prelazia do Rio Negro tem uma extensão territorial de quase 300.000 Kms, abrangendo os Municipios de Moura, Barcelos, e S. Gabriel, estendendo-se até os limites do Brasil com

a Colombia e a Venezuela, com uma população aproximada de 30.000 habitantes.

Integraram a primeira expedição missionária em 1915 Monsenhor Lourenço Giordano, como chefe, Pe. João Bálzola e mais 3 Coadjuutores, entre os quais o Snr. Miguel Blanco e Manoel Fernandes Valério.

Em 1914 o Pe. Bálzola visitou o território do Rio Negro, por ordem da Santa Sé, percorrendo a região até o rio Uaupés, acompanhado pelo Pe. Salesiano José Solári, que de São Gabriel teve de regressar por doente.

As Missões fundaram e mantêm os seguintes institutos de ensino gratuito:

Em São Gabriel: a Escola Agrícola de São Gabriel (1921) com uma matricula de 118 alunos gratuitos.

O Asilo Maria Auxiliadora com 115 alunas internas gratuitas (1923).

Em Barcelos: O Colégio São José com 115 alunos internos gratuitos (1923).

O Asilo Santa Teresinha com 110 alunas internas gratuitas.

Em Taracá o Colégio do Sagrado Coração (1923) com 65 alunos internos gratuitos, todos da tribo dos Tucânos.

O Asilo Maria Auxiliadora com 62 alunas internas gratuitas, todas tucânas (1924).

Em Jauareté, o Colégio S. Miguel (1930) com 165 alunos internos gratuitos, quase todos tucânos.

O Asilo Maria Auxiliadora com 108 alunas internas gratuitas (1931).

Em Pari-Cachoeira, o Colégio Dom Bosco com 45 alunos gratuitos.

A Prelazia está fundando recentemente um internato, em Santa Isabel, para ambos os sexos e mantêm mais duas escolas isoladas.

Em todos estes institutos há uma escola de agricultura, ensino profissional primário, tendo quase todas elas olaria e tres dentre elas iluminação elétrica.

QUASE-PARÓQUIAS — A Prelazia tem as quase-paróquias de S. Gabriel, ((sede da Prelazia), Barcélos, Paracua, Januareté e Pari-Cachoeira.

A Prelazia tem 5 igrejas e 47 capélas, estando oito em construção.

A Prelazia fundou e mantém 67 povoações indigenas, distribuidas na rio Uaupés e seus afluentes, num total de mais de 5.000 indios aldeados, aos quais a Missão fornece periódicamente roupas, utensilios, medicamentos e sementes.

Assistência Sanitária e Hospitalar

A Prelazia fundou e mantém os seguintes institutos hospitalares:

Em São Gabriel — um hospital com 20 leitos, dispensário e posto de pronto-socorro.

Em Barcélos — um hospital com 20 leitos, dispensário e posto de pronto-socorro.

Em Taracua — um hospital com 14 leitos, dispensário e posto de pronto-socorro.

Em Jauareté — um hospital com 12 leitos, dispensário e posto de pronto-socorro.

Em Pari-cachoeira — um dispensário.

Milhares de doentes são atendidos anualmente nesses institutos de caridade, socorridos com medicamentos, injeções, curativos, etc.

Em Manaus — a cargo da Prelazia funciona o Posto Auxilium à rua Silva Ramos e um-gabinete de assistência dentária no Patronato da Cachoeirinha a cargo da mesma.

A Prelazia tem a obra central de Manaus, funcionando nessa Capital os seguintes institutos de ensino:

O Colégio Dom Bosco com uma matricula de 1.400 alunos, com curso elementar, comercial, ginasial.

O Colégio Maria Auxiliadora com 650 alunas.

O Patronato Profissional Santa Teresinha para o ensino profissional de alunas pobres com uma matricula anual de quase 500 alunas gratuitas, no bairro da Cachoeirinha.

NOTA — Passaram nos institutos do Rio Negro de 1920 a 1941, 8.795 alunos internos gratuitos, sendo 4.681 alunos e 4.114 alunas, todos gratuitos, com exceção de 417, que contribuíram com uma mensalidade entre 25 e 40 mil réis.

Pessoal atual das Missões do Rio Negro: 16 Sacerdotes, 1 clérigo, 20 Irmãos Coadjuutores, 22 Irmãs Filhas de Maria Auxiliadora e 20 auxiliares.

Colaboração Científica

Os trabalhos científicos da Prelazia do Rio Negro podem ser assim elencados:

Os estudos de patologia do Dr. Miguel Deisenhofer de Munich da Baviera, contratado por D. Pedro Massa em 1923.

A visita do Dr. Prof. Carlos Brunetti, em 1922, para a localização e fundação do primeiro hospital de São Gabriel.

Os trabalhos entomológicos do Dr. Zikan, contratado por D. Pedro Massa, tendo sido preparadas quatro grandes coleções, sendo uma delas oferecida ao Santo Padre na Exposição Missionária, e outra entregue ao Ministério da Agricultura.

Os livros «Missões Salesianas do Amazonas» (1925) e «Pelo Rio Mar» (1933) em duas edições, contendo ambos importante material científico, enriquecido com a classificação etnográfica das tribus indígenas do Amazonas.

A Gramática da Lingua Tucana do Pe. Antonio Giacone. Estão presentemente no prelo o interessante trabalho sobre folk-lore tucano e a História do Brasil na mesma lingua.

A cargo da Prelazia funcionam, sob a fiscalização do Governo Federal, os observatórios meteorológicos e aerológicos de Barcelos, São Gabriel, Taracua, Jauareté e Pari-cachoeira.

APENDICE II

Prelazia de Porto Velho

Dados historicos e estatisticos

Foi creada pela Bula «*Christianae Religionis*» do Papa Pio XI, de 1.º de maio de 1925, com território desmembrado da Diocese de Manáus, desde Tres Casas, no Rio Madeira, até Guajará-mirim em Mato Grosso (sendo desmembrado êste território da Diocese de São Luiz de Cáceres).

Foi nomeado seu primeiro administrador apostólico Dom Pedro Massa, a 25 de agosto de 1925, tendo tomado posse por procuração a 15 de agosto de 1926.

Sua extensão é aproximadamente de 250.000 Kms.² e sua população é computada em mais de 30.000 habitantes. Em 1927 foi desmembrado da Prelazia o território que vai de Vila Murtinho a Guajará-mirim em Mato Grosso, servindo para a formação da Prelazia de Guajará-mirim, tendo tambem a Prelazia de Porto Velho contribuido com a importância de 20 apolices federaes para a constituição do seu patrimônio.

A Prelazia tem atualmente a paróquia de Humaitá fundada em _____ e as paróquias de Porto Velho, estando em formação as paróquias de Abunã e de Arikemes.

A Prelazia dispõe de tres Igrejas e 28 Capélas, das quais cinco ainda não concluidas.

O pessoal missionário é constituido de oito Sacerdotes, seis Irmãos coadjutores e quatrôrze Irmãs de Maria Auxiliadora e sete auxiliares.

Dom Pedro Massa, Bispo Titular de Hébron continúa sendo administrador apostólico da Prelazia.

Obra Educacional

A Prelazia fundou e mantém:

O Colégio Dom Bosco (1932) com uma matricula anual de perto de 170 alunos.

A Escola Normal Rural Maria Auxiliadora para a formação das professoras rurais para o interior do Estado, reconhecida pelo Governo Estadual com perto de 90 alunas internas, e 170 externas, funcionando na mesma um Curso Doméstico-Profissional.

O Patronato Doméstico-Profissional de Humaitá (1941) com uma matricula de 65 alunas externas. A cargo da Prelazia funcionam mais cinco escolas rurais isoladas, no interior da região, com uma matricula de 220 alunos de ambos os sexos.

Assistência Sanitária e Hospitalar

A cargo da Prelazia funcionam:

O Hospital São José em Porto Velho (1930) com 60 leitos e anéxos posto de pronto-socorro e ambulatório.

O Hospital de Humaitá (1932) com 24 leitos e anéxos posto de pronto-socorro e ambulatório. Funcionam mais tres ambulatórios no interior da região.

A média de doentes socorridos anualmente é superior a 15.000 pessoas.

Obra Científica

A cargo da Prelazia funcionam:

O Observatório Meteorológico de Humaitá (1930) e o Observatório Aéro-Meteorológico de Porto Velho (1929), sob a fiscalização da Diretoria da Aeronautica Civil do Brasil.

De 1929 a 1941 a matricula global dos institutos de ensino da Prelazia sóbe a mais de 5.200 alunos de ambos os sexos.



INDICE

A Empresa do descobrimento e da colonização	3
Os Franciscanos da Provincia de Santo Antonio	11
A Historia da Companhia de Jesus	17
A Familia Carmelitana	23
A Ordem de Nossa Senhora das Mercês	28
Os Franciscanos da Provincia da Piedade	34
Os Capuchos da Conceição da Beira e Minho	39
Solicitados a cooperar com o Estado	42
Foi evidentemente uma medida	54
A experiencia realizada depois dos Jesuitas	65
O Ciclo historico	72
O Espirito laico	82
O Vale do Rio Negro	90
A Obra de civilização	112
Apêndice I	125
Apêndice II	129







Btca



AVISO

A disponibilização (gratuita) deste acervo, tem por objetivo preservar a memória e difundir a cultura do Estado do Amazonas. O uso destes documentos é apenas para uso privado (pessoal), sendo vetada a sua venda, reprodução ou cópia não autorizada. (Lei de Direitos Autorais - [Lei nº 9.610/98](#)). Lembramos, que este material pertence aos acervos das bibliotecas que compõem a rede de bibliotecas públicas do Estado do Amazonas.

EMAIL: ACERVODIGITALSEC@GMAIL.COM



Secretaria de
Estado de Cultura



CENTRO CULTURAL DOS
POVOS DA AMAZÔNIA